



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PREGÃO ELETRÔNICO 90046/2026

CONTRATANTE (UASG)

CÂMARA DOS DEPUTADOS (10001)

OBJETO

Aquisição de licenças de software de backup corporativo da marca **Commvault** incluindo serviços de suporte técnico e manutenção pelo período de 60 (sessenta) meses; subsistema de armazenamento de dados intermediário para backup incluindo capacitação operacional e serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; unidade interna de fita backup para fitoteca robotizada (Quantum Scalar i6000) incluindo serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; fitas magnéticas regraváveis do tipo LTO8 e fitas magnéticas de limpeza padrão LTO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Havendo discordância de especificações Comprasnet x Edital, prevalecerão as do Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.176.366,76 (oito milhões cento e setenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos)

DATA DA PUBLICAÇÃO

11/05/2026

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **25/05/2026** às **10 horas** (horário de Brasília) - www.gov.br/pncp/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por grupo e por item não agrupado

O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário

MODO DE DISPUTA

Aberto e Fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Licitação exclusiva? Não

Itens exclusivos/Reserva de cotas? Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Sim

Formalização da contratação NOTA DE EMPENHO (Itens 8, 9 e 10) CONTRATO (Grupos 1, 2 e 3)	Requisitos específicos de habilitação? SIM <i>Veja Termo de Referência</i>	Previsão de Vistoria Prévia? SIM (Facultativa) <i>Veja Termo de Referência</i> <i>Telefone para contato:</i> <i>(61) 3216-3751</i>	Amostra/ Protótipo/ Prova de Conceito? NÃO	Arquivos disponibilizados com o Edital? SIM Modelo da Proposta
Impugnação ao Edital e Pedido de esclarecimento Até o dia 20/05/2026 exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br				
Informações Adicionais Telefones: (61) 3216-4906 e 3216-4907				

Sumário

1. DO OBJETO.....	4
2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, DO DESEMPATE E DA NEGOCIAÇÃO	11
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	15
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	20
10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24
12. DO FORO.....	26





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PREGÃO ELETRÔNICO 90046/2026
(Processo Administrativo 728144/2025)

Torna-se público que a Câmara dos Deputados, por meio da Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Contratações, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei n. 14.133/2021](#); do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 206/2021; doravante designados, respectivamente, como “LEI” e “REGULAMENTO”; pela Lei Complementar n. 123/2006 e demais legislação aplicável; e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de licenças de software de backup corporativo da marca **Commvault** incluindo serviços de suporte técnico e manutenção pelo período de 60 (sessenta) meses; subsistema de armazenamento de dados intermediário para backup incluindo capacitação operacional e serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; unidade interna de fita backup para fitoteca robotizada (Quantum Scalar i6000) incluindo serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; fitas magnéticas regraváveis do tipo LTO8 e fitas magnéticas de limpeza padrão LTO, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.1.1. O objeto está dividido em itens independentes e grupos, formados por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se à licitante a participação em quantos itens e grupos forem de seu interesse, devendo, no caso de grupo, oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da LEI e para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br.

2.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.2. A impugnação e o pedido de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.3. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo da licitação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.4. Eventuais modificações no Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. Caberá à licitante responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara dos Deputados por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 3.1 deste Título e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto neste item poderá ensejar desclassificação na licitação.

3.4. Com relação aos **Itens 9 e 10, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006.

3.5. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da LEI, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão participar deste certame:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus Anexos;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- b) pessoa física ou jurídica que esteja, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara dos Deputados ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) agente público da Câmara dos Deputados;
- g) instituições sem fins lucrativos;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- i) empresário ou sociedade empresarial cujos estatuto ou contrato social não preveja atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame;
- j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) empresário ou sociedade empresarial que se encontrem em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação.

3.6.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Câmara dos Deputados, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da LEI.

3.6.2. O impedimento de que trata a alínea “b” deste tópico será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.6.3. A vedação de que trata a alínea “f” deste tópico estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

3.6.4. A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento antecederão à fase de habilitação.

4.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) até a data de cadastramento eletrônico da proposta, **inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação** na presente licitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) **não emprega menor** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- d) sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, a **proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente** e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e, ainda, que:
 - i. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- ii. não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - iii. o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - iv. o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Câmara dos Deputados antes da abertura oficial das propostas e
 - v. está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- e) não possui **empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) cumpre a **cota de aprendizagem** nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

4.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou enquadrada como sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da LEI.

4.4.1. No caso de item/grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/grupo.

4.4.2. No caso de item/grupo em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da LEI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

4.6. A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. A falsidade de declarações sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.8. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto n. 12.304/2024, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da LEI.

4.9. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública.

4.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea "a" acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do disposto neste Título possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para a Câmara dos Deputados, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

4.15. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. O CNPJ da licitante utilizado para cadastramento de sua proposta e dos documentos de habilitação deverá ser o mesmo constante da documentação apresentada para registro no SICAF.

4.17. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública, os seguintes campos:

- a) Valor ofertado;
- b) Marca/Fabricante, quando disponível;
- c) Modelo/Versão, quando disponível.

4.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

4.19. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.20. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.21. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponder à média dos efetivos recolhimentos da empresa (nos últimos doze meses ou, no caso de empresas criadas no exercício financeiro da licitação, nos meses de funcionamento), quando for o caso.

4.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.23. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.24. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados na primeira página deste Edital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- 5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com requisitos estabelecidos neste Edital.
- 5.3. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.
- 5.3.1. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.
- 5.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.5. O sistema selecionará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.
- 5.6. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 5.7. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, DO DESEMPATE E DA NEGOCIAÇÃO

- 6.1. Classificadas as propostas, será iniciada a fase competitiva, oportunidade em que as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o critério de julgamento constante da capa deste Edital e as demais regras estabelecidas no presente instrumento.
- 6.2. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, sendo imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.3. Durante a fase competitiva, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).
- 6.5. A licitante poderá excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 6.6. Além do que dispõe o item anterior, não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas previstas neste Edital.
- 6.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecuível.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

6.8. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto e fechado”**.

6.8.1. As licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.3. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.8.3.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20% (vinte por cento), nos termos do § 6º do Artigo 24 da IN SEGES/ME n. 73/2022, incluído pela IN SEGES/MGI n. 79/2024.

6.8.4. No procedimento de que trata o subitem supra, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.8.5. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste tópico, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

6.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.12. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.13. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da LEI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

6.13.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.13.2. Nessas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema efetuará a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da empresa licitante.

6.14.1. O sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.

6.14.1.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, somente poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência, nos termos do art. 5º, §9º, I, do Decreto n. 8538/2015.

6.14.1.2. Nessa hipótese, o parâmetro para o empate ficto, consistirá no preço ofertado pela licitante classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.14.2. Nessa hipótese, serão consideradas empatadas com a primeira colocada as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que estejam na faixa de até 5% (cinco por cento), no caso de pregão, ou de até 10% (dez por cento), nas demais modalidades, acima do menor preço ou abaixo do maior desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.14.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem anterior, poderá apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente com valor inferior ao da primeira colocada ou, quando o critério for de maior desconto, com desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado automaticamente pelo sistema após a respectiva comunicação.

6.14.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento), no caso de pregão, ou de até 10% (dez por cento), nas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

demais modalidades, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.14.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio eletrônico entre elas, para definir a ordem de apresentação das novas ofertas.

6.15. Só será possível haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da LEI, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na LEI;
- c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto n. 11.430/2023;
- d) declaração da licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n. 12.304/2024.

6.15.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Distrito Federal;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

6.15.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedora ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

6.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o Pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.16.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação.

6.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.16.4. O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta (conforme modelo anexo) adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.16.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido.

6.16.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e/ou a documentação solicitada, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da LEI, em legislação correlata e no Título 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência;
- c) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- e) por composição societária das empresas a serem contratadas, mediante pesquisa no SICAF, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao § 1º do art. 9º da LEI.

7.2. A verificação pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para verificar as condições de participação da licitante.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será dado prosseguimento ao procedimento licitatório.

7.6. Caso a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se a licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1. Caso a licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6.2. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Pregão.

7.8. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.8.1. Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço definido para a contratação no orçamento estimado;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

e) não cumprir os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Câmara dos Deputados, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, no sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que esse é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12. Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o Pregoeiro anunciará o resultado do julgamento da proposta.

7.13. No caso de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.14. Para item com cota reservada para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

7.14.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

7.14.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da LEI.

8.2. A habilitação da licitante será verificada pelo Pregoeiro por meio do SICAF (habilitação parcial), nos documentos por ele abrangidos e da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante.

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.4. Caso solicitado, os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.5.1. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ARP, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11 da LEI e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na LEI.

8.8. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da LEI.

8.9. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, caso não haja outro meio de verificação das informações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação da licitante.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todas as licitantes.

8.14.3. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, em até 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação, para:

- a) Aferição das condições de habilitação da licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;
- d) Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14.3.1. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo fixado.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda às exigências deste Edital, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.18. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, o pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, contado:

- a) da divulgação do resultado, quando não houver inversão de fases; ou
- b) da fase de habilitação, quando houver inversão de fases.

8.18.1. Poderá ser concedida prorrogação do prazo previsto neste tópico, por igual período, a critério da Câmara dos Deputados, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.18.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da LEI.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da LEI, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;
- d) a apreciação dar-se-á em fase única.

9.4. O Pregoeiro estabelecerá o prazo para manifestação pela intenção de interpor recurso, que não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.

9.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Será assegurado às licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.12. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao Pregoeiro encerrar a sessão de julgamento/habilitação.

9.13. O Pregoeiro encaminhará o processo devidamente instruído à autoridade competente e proporá a adjudicação do objeto e a homologação do procedimento licitatório.

9.14. Para os fins deste Título, considera-se autoridade competente o Diretor-Geral.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa, respeitando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da indisponibilidade e supremacia do interesse público, conforme o disposto na LEI e no REGULAMENTO.

10.2. Para efeito deste Título, equipara-se a contrato qualquer outro ajuste firmado pela Câmara dos Deputados, ainda que com outras denominações, que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar, entre outras admitidas em direito, que preveja a aplicação de sanções.

10.3. Comete infração a licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- i. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - ii. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - iii. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou
 - iv. deixar de apresentar amostra/realizar Prova de Conceito, quando exigido;
- c) não celebrar o contrato, não apresentar o seguro-garantia, quando for o caso, ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - i. recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar o contrato e/ou a ARP, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital, o que configurará inexecução total do contrato;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - i. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - ii. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - iii. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

10.4. A Câmara dos Deputados poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
 - i. moratória;
 - ii. compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Câmara dos Deputados, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A **multa** será em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do contrato ou do valor estimado correspondente a 12 (doze) meses do contrato, se o objeto for de natureza continuada.

10.7. Todas as sanções previstas neste Título poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

10.8. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** com a União será proposta em decorrência das infrações relacionadas nas alíneas “a” a “c” do item 10.3 deste Título, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional**, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d” a “h” do item 10.3 deste Título, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a” a “c” que justifiquem a imposição de penalidade mais gravosa.

10.10. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato ou a ARP, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea “c” do item 10.3 deste Título, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará a Adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) do valor total da adjudicação, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como na imediata perda da garantia de proposta em favor da Câmara dos Deputados, quando for o caso.

10.11. No processamento das sanções, primeiro serão consideradas as circunstâncias atenuantes seguidas das agravantes.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Câmara dos Deputados.

10.13. As circunstâncias consideradas atenuantes e agravantes, bem como as hipóteses de reabilitação e da desconsideração da personalidade jurídica estão dispostas no REGULAMENTO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

10.14. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório das licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.14.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.15. Demais sanções administrativas estão previstas no Termo de Referência e na Minuta do Termo de Contrato anexa.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital, demais peças que compõem o processo ou especificações descritas no sistema eletrônico, prevalecerão as deste Edital.

11.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.3. Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

11.6. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Câmara dos Deputados.

11.7. Os prazos referidos neste Edital começam a fluir a partir do termo inicial preestabelecido, ou da intimação formal realizada pela Câmara dos Deputados.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. A homologação do resultado do Pregão em epígrafe não implicará direito à contratação.

11.10. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara dos Deputados não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.11. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

revogação; e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

11.11.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

11.11.2. No caso de desfazimento do procedimento licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.12. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou de seus anexos.

11.13. Quando do julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação.

11.14. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente certame serão resolvidos pelo Pregoeiro.

11.15. Endereço da Câmara dos Deputados: Comissão Permanente de Contratações - Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Contratações - Edifício Anexo I, 14º andar, sala 1406. Praça dos Três Poderes. Brasília – DF. CEP: 70160-900.

11.16. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Câmara dos Deputados: 00.530.352/0001-59.

11.17. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

11.18. O Edital está disponível, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/pncp/pt-br e no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes?search=.

11.19. Telefone para contato em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas: 0800-978-9001.

11.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- a) ANEXO 1 - A, B e C – Termo de Referência; Caderno de Especificações; Níveis de Serviço;
- b) ANEXO 2 – Modelo da Proposta;
- c) ANEXO 3 – Minuta do Termo de Contrato;
- d) ANEXO 4 – A e B – Modelo do Termo de Vistoria e Modelo de Declaração sobre conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- e) ANEXO 5 – Orçamento Estimado;
- f) ANEXO 6 – Da Proteção de Dados Pessoais;
- g) ANEXO 7 - Termo de confidencialidade;
- h) ANEXO 8 - Termo de responsabilidade e uso para acesso remoto.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes deste procedimento licitatório.

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



ANEXO 1-A
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto

1.1. Aquisição de licenças de software de backup corporativo da marca **Commvault** incluindo serviços de suporte técnico e manutenção pelo período de 60 (sessenta) meses; subsistema de armazenamento de dados intermediário para backup incluindo capacitação operacional e serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; unidade interna de fita backup para fitoteca robotizada (Quantum Scalar i6000) incluindo serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; fitas magnéticas regraváveis do tipo LTO8 e fitas magnéticas de limpeza padrão LTO.

1.1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Título III do REGULAMENTO.

Especificações Técnicas

GRUPO 1 (Itens 1 e 2) SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO COM SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO

ITEM 1 LICENÇAS DE SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO

MARCA: Commvault

DESCRIÇÃO: Licenças de uso de software de backup corporativo Commvault, conforme disciplinado neste Termo de Referência e no Anexo 1-B.

Unidade: CONJUNTO

Quantidade: 1

ITEM 2 SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO COMMVAULT.

DESCRIÇÃO: Serviços de suporte e manutenção para software de backup corporativo Commvault, compreendendo manutenção corretiva e evolutiva, em regime 24 por 7, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado neste Termo de Referência e no Anexo 1-B.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 60

GRUPO 2 (Itens 3 a 5) SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS INTERMEDIÁRIO PARA BACKUP, COM CAPACITAÇÃO OPERACIONAL E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO.



ITEM 3 SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS.

CARACTERÍSTICAS: Subsistema de armazenamento de dados com capacidade de armazenamento de 2.153 TB, com total redundância de componentes internos, incluindo instalação e ativação, conforme disciplinado neste Termo de Referência e no Anexo 1-B.

ACESSÓRIOS:

- rack para acomodação do equipamento, cabos de alimentação elétrica;
- régua de tomadas (power distribution units – PDUs) redundantes, em quantidade suficiente para a ativação de todos os equipamentos da solução;
- trilhos e demais acessórios para fixação dos equipamentos nos racks.

GARANTIA MÍNIMA: garantia de funcionamento pelo período de 60 (sessenta) meses contados do recebimento definitivo.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 1

ITEM 4 CAPACITAÇÃO OPERACIONAL EM SUBSISTEMAS DE ARMAZENAMENTO.

CARACTERÍSTICAS: Capacitação Operacional para subsistema de armazenamento, conforme disciplinado neste Termo de Referência e no Anexo 1-B.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 5 GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS

DESCRIÇÃO: Garantia de funcionamento de hardware e de software, contemplando serviços de suporte técnico e manutenção, em regime de 24 horas por dia e 7 dias por semana, com fornecimento de peças a expensas da Contratada, para subsistema de armazenamento, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado neste Termo de Referência e no Anexo 1-B.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 60



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

GRUPO 3 (ITENS 6 E 7) UNIDADE INTERNA DE FITA DE BACKUP PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000, COM SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO

ITEM 6 UNIDADE INTERNA DE FITA DE BACKUP PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000.

DESCRIÇÃO: Drive padrão LTO 8 interno para fitoteca robotizada, conforme disciplinado neste Termo de Referência e no Anexo 1-B.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 6

ITEM 7 SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000.

DESCRIÇÃO: Serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses, com fornecimento de peças, para fitoteca robotizada, conforme disciplinado neste Termo de Referência e no Anexo 1-B.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 60

ITENS NÃO AGRUPADOS

ITEM 8 FITAS MAGNÉTICAS REGRAVÁVEIS DO TIPO LTO8- PARTICIPAÇÃO ABERTA – VINCULADO AO ITEM 9.

MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA: QUANTUM/LTO-8 ULTRIUM MR-L8MQN-01; IBM/LTO-8 ULTRIUM 01PL041; HPE/LTO-8 ULTRIUM Q2078A.

CARACTERÍSTICAS: cartucho de fita padrão LTO-8 ULTRIUM regravável.

MEDIDA(S):

- reentrância do cartucho de 79 mm x 17 mm;
- largura mínima da etiqueta de 15,5 mm;
- altura dos símbolos (barras) de 11,1 mm;
- código de barras contendo "quiet zones", "start-stop" e caracteres de dados, ocupando um comprimento mínimo de 74,088 mm;
- a etiqueta deverá se encaixar na reentrância reservada na face do cartucho, sem encostar nas bordas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

CAPACIDADE: capacidade de 12 TB não compactado e 30 TB compactado.

ACESSÓRIOS: deverá ser acompanhado de estojo plástico para armazenamento e etiqueta autoadesiva de código de barras com sequência de identificação de FB0001L8 a FB0640L8, codificado de acordo com a especificação AIM USS-39.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: cartucho de plástico rígido de ½", com reentrância reservada na face do cartucho para afixação de etiquetas.

COMPATIBILIDADE: com as condições de operação do "software" Commvault 11 e da fitoteca robotizada Quantum Scalar i6000.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original para 20 unidades, com identificação, quantidade do material e lacre de fábrica preservado.

OBSERVAÇÕES:

- a etiqueta deve ser do tipo/formato EDP/Colorflex 1700-008, com números de 0001 a 0640 em fundo colorido;
- a superfície frontal da etiqueta deve ter acabamento fosco e não reflexivo.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 285

ITEM 9 FITAS MAGNÉTICAS REGRAVÁVEIS DO TIPO LTO8 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP – VINCULADO AO ITEM 8

MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA: QUANTUM/LTO-8 ULTRIUM MR-L8MQN-01; IBM/LTO-8 ULTRIUM 01PL041; HPE/LTO-8 ULTRIUM Q2078A.

CARACTERÍSTICAS: cartucho de fita padrão LTO-8 ULTRIUM regravável.

MEDIDA(S):

- reentrância do cartucho de 79 mm x 17 mm;
- largura mínima da etiqueta de 15,5 mm;
- altura dos símbolos (barras) de 11,1 mm;
- código de barras contendo "quiet zones", "start-stop" e caracteres de dados, ocupando um comprimento mínimo de 74,088 mm;
- a etiqueta deverá se encaixar na reentrância reservada na face do cartucho, sem encostar nas bordas.

CAPACIDADE: capacidade de 12 TB não compactado e 30 TB compactado.

ACESSÓRIOS: deverá ser acompanhado de estojo plástico para armazenamento e etiqueta autoadesiva de código de barras com sequência de identificação de FB0001L8 a FB0640L8, codificado de acordo com a especificação AIM USS-39.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

FORMA DE APRESENTAÇÃO: cartucho de plástico rígido de ½", com reentrância reservada na face do cartucho para afixação de etiquetas.

COMPATIBILIDADE: com as condições de operação do "software" Commvault 11 e da fitoteca robotizada Quantum Scalar i6000.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original para 20 unidades, com identificação, quantidade do material e lacre de fábrica preservado.

OBSERVAÇÕES:

- a etiqueta deve ser do tipo/formato EDP/Colorflex 1700-008, com números de 0001 a 0640 em fundo colorido;
- a superfície frontal da etiqueta deve ter acabamento fosco e não reflexivo.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 95

ITEM 10 FITAS MAGNÉTICAS DE LIMPEZA PADRÃO LTO – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA: QUANTUM/LTO ULTRIUM MR-LUCQN-01; IBM/LTO ULTRIUM 35L2086; HPE/LTO ULTRIUM C7978A.

CARACTERÍSTICAS: cartucho de limpeza padrão LTO ULTRIUM para limpeza de drives padrão LTO ULTRIUM.

MEDIDA(S):

- reentrância do cartucho de 79 mm x 17 mm;
- largura mínima da etiqueta de 15,5 mm;
- altura dos símbolos (barras) de 11,1 mm;
- código de barras contendo "quiet zones", "start-stop" e caracteres de dados, ocupando um comprimento mínimo de 74,088 mm;
- a etiqueta deverá se encaixar na reentrância reservada na face do cartucho, sem encostar nas bordas.

COMPATIBILIDADE: com as condições de operação do "software" Commvault 11, a fitoteca robotizada Quantum Scalar i6000 e o "tape drive" IBM LTO-8.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: cartucho de plástico rígido de ½", com reentrância reservada na face do cartucho para afixação de etiquetas.

ACESSÓRIOS: deve ser acompanhado de estojo plástico para armazenamento e etiqueta autoadesiva de código de barras com sequência de identificação de CLN001L1 a CLN017L1, codificada de acordo com a especificação AIM USS-39.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.

OBSERVAÇÕES:

- a etiqueta deve ser do tipo/formato EDP/Colorflex 1700-CNAB, com números de 001 a 017 em fundo branco;
- a superfície frontal da etiqueta deve ter acabamento fosco e não reflexivo.

Unidade: PEÇA

Quantidade: 8

1.1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (*Comprasnet*) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as deste Termo de Referência.

Formalização da contratação

1.2. Para assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente.

1.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

Somente Nota de Empenho: Itens 8 a 10 do objeto

1.3. Para os **itens 8, 9 e 10** do objeto, o instrumento de formalização da contratação será Nota de Empenho, na forma do disposto no inciso II do artigo 95 da LEI.

1.3.1. A Nota de Empenho será encaminhada por e-mail.

1.3.2. A(s) Adjudicatária(s) do presente Pregão terá(ão) o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, por e-mail, para assinar e encaminhar o termo de recebimento da Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

1.3.3. O prazo para encaminhamento do termo de recebimento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara dos Deputados.

1.3.4. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta vencedora, integrarão a Nota de Empenho, como se nela estivessem transcritos.

1.3.5. O aceite da Nota de Empenho implicará o reconhecimento de que:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- a) a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida, as disposições da LEI;
- b) a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e em seus Anexos;
- c) a Contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da LEI e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma LEI.

1.3.6. Na assinatura do termo de recebimento da Nota de Empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo Fornecedor durante a vigência do contrato.

1.3.7. Será facultado à Câmara dos Deputados, quando a convocada não encaminhar o termo de recebimento da Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, nas condições propostas pela licitante vencedora.

1.3.8. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos deste tópico, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

1.3.9. A recusa injustificada da Adjudicatária em encaminhar o termo de recebimento da Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades estabelecidas no Edital.

1.3.9.1. O disposto neste tópico não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da alínea “a” do subitem anterior.

Instrumento de Contrato: Grupos 1, 2 e 3 do objeto:

1.4. Para os **Grupos 1, 2 e 3** do objeto, a formalização da contratação se dará por meio de instrumento de contrato, na forma do disposto no artigo 95 da LEI.

1.4.1. O Contrato, cujos termos constam da minuta anexa (Minuta do Termo de Contrato), deverá ser assinado pela(s) Adjudicatária(s) do presente Pregão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da sua notificação.

1.4.2. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

1.4.3. Para a assinatura do Contrato, a Adjudicatária apresentará à Câmara dos Deputados:

- a) o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las à Unidade Responsável pela fiscalização do Contrato, juntamente com os números de telefone e o e-mail que serão utilizados para contato;
- b) Termo de Compromisso de Confidencialidade (relacionado às informações a que terá acesso no decorrer da execução contratual), assinado pelo responsável legal da empresa, conforme modelo anexo;
- c) Termo de Responsabilidade e Uso assinado pelo responsável legal da empresa para acesso remoto a serviços da rede de dados da Câmara dos Deputados no decorrer da execução contratual, conforme modelo anexo.

1.4.3.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada à Unidade Responsável.

1.4.4. Para o Item 3 do Grupo 2 do objeto, a Contratada deverá prestar garantia contratual de que tratam os arts. 96 e seguintes da LEI, no percentual e nas condições descritas neste Termo de Referência e nas cláusulas da minuta do Termo de Contrato anexa.

1.4.5. Será facultado à Câmara dos Deputados, quando a convocada não assinar o Termo de Contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

1.4.5.1. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos deste tópico, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

1.4.6. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades estabelecidas no Edital.

1.4.6.1. O disposto neste tópico não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da alínea "a" do subitem anterior.

Vigência da contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

1.5. O prazo de vigência será de 62 (sessenta e dois) a 64 (sessenta e quatro) meses, aproximadamente, conforme o grupo do objeto, podendo ser prorrogado, de forma sucessiva, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 113 da LEI.

1.6. Os serviços dos Itens 2, 5 e 7, associados ao fornecimento do objeto, são enquadrados como continuados, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar constante do processo.

1.7. A minuta do Termo de Contrato anexa oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A proteção da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Câmara dos Deputados, por meio de uma Solução de Cópias de Segurança e Arquivamento (SCSA), é uma prática consolidada e em contínua evolução desde 2007, ajustando-se ao avanço tecnológico dos ativos que visa proteger. Diante da crescente dependência das atividades institucionais em relação aos recursos de TIC, torna-se imperativa a proteção contra incidentes que possam ocasionar a perda de dados e serviços, como corrupção de arquivos, deleções, ataques de ransomware e desastres físicos em datacenters.

2.2. Nesse contexto, a SCSA figura como um componente essencial para a estratégia de continuidade de negócios e recuperação de desastres da instituição. A manutenção de uma solução robusta e com o devido suporte técnico não representa apenas uma boa prática, mas um dever primordial da gestão de TIC desta Casa, em alinhamento com as exigências legais e normativas que tratam da segurança da informação e da preservação de dados no setor público.

2.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos está pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar constante do processo.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da Câmara dos Deputados, conforme informações constantes do processo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O objeto está pormenorizado neste Termo de Referência e a descrição da solução como um todo integra o Estudo Técnico Preliminar constante do processo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, para os **Grupos 1, 2 e 3**, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Deverá integrar a proposta declaração da licitante de que será responsável pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados durante a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

execução dos serviços contratados – incluindo consumíveis, peças substituídas, embalagens e demais materiais – em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei n. 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a NBR 10.004 (classificação de resíduos sólidos).

Documentação complementar

4.2. Na forma de documentação complementar, o Pregoeiro poderá solicitar catálogos ou informações do fabricante que comprovem a perfeita adequação do objeto ofertado às exigências constantes deste Termo de Referência.

4.2.1. A indicação do endereço do sítio eletrônico do fabricante referente à documentação técnica apresentada poderá ser aceita, como alternativa, para fins de averiguação das especificações do objeto, desde que o *link* indicado direcione especificamente para o produto ofertado, sendo vedado *link* que forneça apenas a página inicial do sítio eletrônico do fabricante.

4.2.2. Serão aceitas, subsidiária e excepcionalmente, declarações do fabricante, assinadas pelo seu representante legal, para demonstrar atendimento a subitens da especificação técnica que, porventura, não logre êxito na comprovação por meio de documentação técnica do fabricante ou não exijam forma específica de comprovação.

4.2.2.1. Cada declaração será restrita a uma característica pontual do produto, cuja comprovação, porventura, não conste em documentação técnica, e deverá informar valor ou dado técnico do produto.

4.2.2.2. Não serão válidas declarações genéricas que transcrevam o texto do Edital informando o seu atendimento.

4.3. Para os Grupos 1, 2 e 3 do objeto, deverão integrar a proposta as seguintes declarações:

- a) declaração da licitante de que os equipamentos ofertados, caso necessário, receberão atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante;
- b) declaração da licitante de que disponibilizará equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação;
- c) declaração da licitante de que informará os preços unitários dos equipamentos, das peças e dos demais componentes que integram o objeto da licitação sempre que solicitado pela Câmara dos Deputados, para fins de registro patrimonial;
- d) declaração da licitante de que disponibilizará, na data da assinatura do Contrato, Centro de Suporte com atendimento em português do Brasil, indicando as formas de contato (número de telefone e/ou site Internet);

4.4. Para o Grupo 2 do objeto:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- a) que os equipamentos e os softwares constantes da solução proposta pertencem à atual linha de produção do fabricante, na data da abertura da licitação; e que não há publicação de anúncio, pelo fabricante, da descontinuidade dos serviços de suporte (*End of Support - EOS* ou *End of Service - EOS*) dentro de 60 (sessenta) meses, contados da data da abertura da licitação;
- b) declaração da licitante de que não possui restrição do(s) fabricante(s) do(s) equipamento(s) ofertado(s), para aquisição de peças.

4.4.1. A proposta deverá contemplar também, quadro com descrição e detalhamento técnico dos componentes ofertados informando marca, modelo/versão e quantidades de cada componente e, adicionalmente:

4.4.1.1. Para o **Grupo 1** do objeto:

- a) relação dos “**part numbers**” do fabricante referente às licenças de software de que trata o Item 1 do objeto e relação dos “part numbers” referentes aos serviços a que se refere o Item 2 do objeto, apresentando o código e descrição do “part number”, conforme portfólio do fabricante;
- b) tabela de conformidade técnica, com a comprovação individualizada do atendimento de cada subitem da especificação mínima exigida no Anexo 1-B para o grupo, informando o documento e a página em que está a comprovação;
- c) tabela com o detalhamento dos preços das licenças (unitários e total) e preço dos serviços de suporte técnico e atualização para software de backup corporativo Commvault, de que trata o Item 2 do objeto, mensal (unitário) e total para 60 (sessenta) meses, além do valor global da proposta para o Grupo.

4.4.1.2. Para o **Grupo 2** do objeto:

- a) relação dos “**part numbers**” do fabricante para os componentes de hardware e para os componentes software referentes ao Item 3 do objeto e para a garantia de funcionamento tratada no Item 5 do objeto, apresentando código e descrição de cada produto, conforme portfólio do fabricante;
- b) tabela de conformidade técnica, com a comprovação individualizada do atendimento de cada subitem da especificação mínima exigida no Anexo 1-B para o grupo, informando o documento e a página em que está a comprovação;
- c) O valor da proposta da Licitante para o Item 5 do objeto (garantia de funcionamento, contemplando serviços de suporte e manutenção para subsistema de armazenamento de dados) **não poderá ser inferior a 21,9%** do valor total da proposta para o Grupo 2.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

4.4.1.3. Parar o **Grupo 3** do objeto:

- a) informação de “**part number**” do fabricante para os drives fornecidos, conforme Item 6 do objeto;
- b) tabela de conformidade técnica, com a comprovação individualizada do atendimento de cada subitem da especificação mínima exigida no Anexo 1-B para o grupo, informando o documento e a página em que está a comprovação.

Indicação de marcas e modelos

4.5. Marcas de Referência

4.5.1. Para fins de especificação adequada do objeto, foram indicadas marcas referenciais, de caráter meramente indicativo, podendo ser aceita qualquer outra que atenda integralmente às especificações técnicas do, com exceção do disposto no item 4.6 deste Título.

4.6. Exigência de Marca

4.6.1. A marca indicada nas especificações do **Item 1** do objeto, de acordo com as justificativas constantes do processo, é aquela que deve, necessariamente, ser oferecidas pela licitante, sob pena de desclassificação da proposta quanto ao grupo ofertado.

Apresentação de Amostras

4.7. Não se exigirá apresentação de amostra para o(s) produto(s) ofertado(s).

Subcontratação

4.8. Não será admitida a subcontratação para execução do objeto contratual.

Garantia de execução do contrato

4.9. Para o Item 3 do Grupo 2 do objeto, será exigida a garantia de execução do contrato de que tratam os artigos 96 e seguintes da LEI, pelas razões constantes do processo.

4.9.1. A licitante deverá indicar em sua proposta a modalidade de garantia escolhida entre as seguintes opções:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- c) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

d) Seguro-garantia.

4.9.2. No caso de opção pela modalidade seguro-garantia, a Adjudicatária deverá apresentá-lo no prazo de 1 (um) mês, contado da homologação.

4.9.2.1. Pressupõe-se a ciência da Adjudicatária no ato da homologação do resultado da licitação no sistema eletrônico (Comprasnet).

4.9.2.2. Ao exclusivo critério da Contratante, caso solicitado e justificado pela Adjudicatária dentro do seu transcurso, o prazo para apresentação de seguro-garantia poderá ser prorrogado uma única vez, por até 1 (um) mês.

4.9.3. Em caso de interesse público devidamente justificado, e desde que obtida a anuência expressa da Adjudicatária, o contrato poderá ser assinado em prazo inferior ao estabelecido no subitem 4.9.2 deste Título, com a constituição de garantia provisória resultante do bloqueio de créditos da Contratada, até o limite do valor correspondente à garantia de execução.

4.9.3.1. Os créditos bloqueados nos termos deste item serão liberados tão logo o instrumento de seguro-garantia seja aprovado pela Câmara dos Deputados.

4.9.4. Assinado o Contrato com a constituição de garantia provisória, a Contratada deverá observar o prazo previsto no subitem 4.9.2 deste Título para apresentar o seguro-garantia, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato.

4.9.5. A falta de apresentação da garantia dentro do prazo estipulado no subitem 4.9.2 deste Título facultará à Câmara dos Deputados convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela Adjudicatária, ou, caso nenhum das licitantes aceite a contratação nos termos da Adjudicatária:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.9.6. A falta de apresentação da garantia prevista no subitem 4.9.2 deste Título poderá ensejar a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do Sicaf, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e, ainda, a aplicação de multa correspondente ao valor da garantia.

4.9.7. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização, deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de entrega da via do Contrato, conforme definido na minuta do Termo de Contrato anexa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

4.9.8. O percentual e as condições da prestação da garantia estão estabelecidos na Minuta do Termo de Contrato anexa.

4.9.9. A Minuta do Termo de Contrato anexa oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia de execução do contrato.

Margem de Preferência

4.10. Alguns itens do objeto da contratação enquadram-se na margem de preferência prevista no Decreto n. 11.890/2024 e definida na Resolução n. 8 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega e de Execução

5.1. O prazo de entrega dos **Itens 8, 9 e 10** do objeto será o constante da proposta da Contratada, que não poderá ser superior a **30 (trinta) dias**, contados da data da ordem de fornecimento da Câmara dos Deputados, em remessa única.

5.1.1. A Contratante deverá confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada, imediatamente após o envio.

5.2. Para os **Grupos 1, 2 e 3**, o prazo de finalização das atividades de entrega, instalação, configuração e ativação, será o constante da proposta da Contratada, que, contados da data da assinatura do contrato, em remessa única, não poderá ser superior a:

- a) **20 (vinte) dias**, para o **Grupo 1** do objeto;
- b) **90 (noventa) dias**, para o **Grupo 2** do objeto;
- c) **60 (sessenta) dias**, para o **Grupo 3** do objeto.

5.3. Caso não seja possível a entrega do objeto na data assinalada, a Contratada deverá apresentar à Contratante pedido formal de prorrogação do prazo de entrega, de forma tempestiva, ou seja, antes de esgotado o prazo em que o objeto deveria ter sido entregue.

5.3.1. A Contratada deverá informar o novo prazo em que o objeto será entregue, não sendo admitidos pedidos que apenas cite genericamente a necessidade de mais prazo.

5.3.2. A Contratada deverá justificar a impossibilidade de cumprimento do prazo e apresentar os respectivos documentos comprobatórios.

5.3.3. Caso o pedido seja motivado por fatos ou atos atribuídos a fornecedores ou outros terceiros, é necessário que as declarações do fornecedor e demais documentos comprobatórios sejam contemporâneos à sua ocorrência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

5.3.4. Em caso de intempestividade ou indeferimento do pedido, a Contratada ficará constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as multas e demais sanções previstas neste Termo de Referência e na Minuta do Termo de Contrato anexa, conforme o caso.

5.4. Locais de entrega e instalação:

- a) Grupo 1: os softwares e as respectivas licenças serão entregues fisicamente no CETEC Norte, ou disponibilizados no site do fabricante e fornecidas as informações necessárias ao acesso, considerando ainda o disposto no subitem 1.1.6 do Anexo 1-B;
- b) Grupo 2: todos os componentes do Subsistema de armazenamento de dados intermediário para backup serão entregues no CETEC Norte;
- c) Grupo 3: todas as unidades internas de fita de backup (drives) para fitoteca robotizada Quantum Scalar i6000 serão entregues no CETEC Sul;
- d) Itens 8, 9 e 10: deverão ser entregues no Centro de Gestão de Armazenamento de Materiais – CEAM/SIA.

5.4.1. Endereços para entrega:

- a) CETEC Norte, localizado no Complexo Avançado da Câmara dos Deputados - Setor de Garagens Ministeriais Norte, Via N3 - Projeção L em Brasília – DF, telefone para contato (61) 3216-3751;
- b) CETEC Sul, localizado no Edifício Anexo IV da Câmara dos Deputados – Subsolo – Sala 111 Praça dos Três Poderes em Brasília – DF, telefone para contato (61) 3216-3751;
- c) Centro de Gestão de Armazenamento de Materiais – CEAM/SIA, situado no SIA Trecho 5, Lotes 20/60 - Setor de Indústria e Abastecimento, em Brasília – DF. CEP 71205-050. Telefone para contato: (61) 3216-8409.

5.5. Dia/Horário: em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30.

5.6. É da responsabilidade da Contratada o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.

5.7. Os equipamentos e acessórios serão entregues acondicionados em caixas lacradas de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhados de documentação técnica necessária à sua instalação, configuração e operacionalização.

5.8. Caso o objeto ofertado seja importado, a Câmara dos Deputados poderá solicitar à Contratada, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente, comprovação da origem dos bens



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

5.9. Será realizada, **para os Grupos 1, 2 e 3 do objeto**, em até 7 (sete) dias após a assinatura do contrato, **reunião preparatória**, envolvendo a equipe técnica da Contratante e os representantes da Contratada, com o objetivo de alinhar e organizar as diversas etapas contratuais, em atendimento ao cronograma e ao conjunto de especificações deste Termo de Referência.

5.9.1. A Contratada encaminhará, em até 5 (cinco) dias após a reunião preparatória, as informações necessárias para viabilização da abertura e acompanhamento de chamados técnicos.

5.10. Para os Grupos 2 e 3 do objeto, com base na ata da reunião preparatória, em até 15 (quinze) dias, a Contratada produzirá e entregará à Contratante, documento com o planejamento (projeto executivo da implantação) contendo, no mínimo:

- a) O detalhamento técnico da solução fornecida, com lista de componentes de hardware e software incluídos;
- b) Informações relacionadas ao cabeamento, consumo de energia elétrica, refrigeração e demais requisitos de datacenter;
- c) O roteiro de serviços com o detalhamento de atividades planejadas para as etapas de entrega dos equipamentos e softwares, além da instalação, configuração e ativação da solução fornecida, contemplando descrição de cada etapa, sequência dos procedimentos e metodologia adotada, em atenção às especificações deste Anexo e às melhores práticas do fabricante.

5.11. A instalação, a configuração e a ativação compreenderão:

5.11.1. Para o **Grupo 1** do objeto, a Contratada será responsável pela ativação do conjunto de licenças fornecidas no ambiente de cópias de segurança da Contratante, nas condições especificadas neste Termo de Referência, colocando-as em funcionamento, com todas as funcionalidades exigidas, de forma plenamente integrada ao ambiente existente.

5.11.2. Para os **Grupos 2 e 3** do objeto, a Contratada será responsável pela instalação, configuração e ativação da solução fornecida, colocando os equipamentos e softwares em pleno funcionamento, em perfeitas condições de operação e de forma totalmente integrada ao ambiente de infraestrutura de TIC da Câmara dos Deputados, com todos os equipamentos ativos e conectados na rede de dados e à rede de armazenamento FC, observando ainda que:

5.11.2.1. A Contratada se obriga a:

- a) certificar todas as condições físicas, elétricas e ambientais de instalação dos equipamentos, de acordo com padrões estabelecidos pelos fabricantes, nos datacenters da Contratante;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- b) validar a compatibilidade das versões dos softwares, sistemas operacionais e firmware dos produtos fornecidos em relação aos componentes da infraestrutura de hardware e de software existentes, descritos no Título 4 do Anexo 1-B;

5.11.2.2. As atividades serão realizadas por profissionais treinados e qualificados disponibilizados pela Contratada, e serão acompanhadas e supervisionadas pela equipe técnica da Contratante, considerando ainda que:

- a) serão antecedidas por agendamento junto à Contratante e executados, em regra, nos dias úteis, no período das 8h às 18h;
- b) em caráter excepcional e a critério da Contratante, as atividades poderão ser realizadas em dias e horários distintos do estabelecido, definidos em acordo com a Contratada;
- c) serão realizadas nos locais de hospedagem dos equipamentos, os datacenters da Contratante, nos endereços indicados nos subitens 5.4.1 deste Anexo; e
- d) serão conduzidas sem indisponibilidade para os serviços de TIC em produção.

5.11.3. Para o Grupo 2 do objeto, o conjunto de procedimentos de instalação, configuração, e ativação consistirá das etapas a seguir, que deverão ser realizadas em conformidade com o Projeto Executivo de Implantação definido no subitem 5.10 deste Anexo:

- a) montagem física, cabeamento e instalação física do subsistema de armazenamento no respectivo rack;
- b) inicialização, configuração básica, e atualização de sistema operacional e firmware do equipamento para versão mais recente, indicada pelo fabricante;
- c) instalação e configuração das ferramentas centralizadas de administração, gerenciamento e monitoração;
- d) criação de, no mínimo, 8 (oito) LUNs;
- e) configuração de acesso via FC às LUNs criadas, a partir de 2 (dois) servidores, uma para cada sistema operacional (Microsoft Windows Server e VMWare), utilizando as funcionalidades de multi-path;
- f) configuração de alertas de falhas e monitoramento via ferramenta de gerenciamento;
- g) realização de bateria de testes para demonstração das funcionalidades do subsistema, do funcionamento das ferramentas de gerenciamento, dos recursos de alta disponibilidade e do desempenho do equipamento incluindo, no mínimo, simulação de leitura e escrita intensiva como monitoramento de desempenho, falha em discos, falha



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

em cabeamento FC e falha em controladora, além de testes de recebimento de alertas de falhas.

5.11.4. Para o **Grupo 3** do objeto, o conjunto de procedimentos de instalação, configuração, e ativação consistirá das etapas a seguir, que deverão ser realizadas em conformidade com o Projeto Executivo de Implantação definido no subitem 5.10 deste Anexo:

- a) instalação física de todas as unidades de fita LTO 8 fornecidas, internamente à fitoteca robotizada, após retirada dos 4 (quatro) drives LTO 7 existentes;
- b) inicialização, configuração básica e atualização de firmware dos drives instalados para a mesma versão dos drives LTO 8 existentes;
- c) geração de comprovação de que os novos drives foram detectados e reconhecidos pela fitoteca e que a totalidade dos drives se encontra funcional;
- d) realização de bateria de testes de leitura e de escrita nos novos drives instalados para demonstração dos requisitos exigidos no subitem 3.1.2 do Anexo 1-B e comprovação da sua plena compatibilidade e integração com a fitoteca robotizada.

5.12. Cronograma de entrega e realização dos serviços:

Grupo 1

Marco	Prazo	Contado da Data de
Reunião Preparatória	7 dias	Assinatura do contrato
Entrega e ativação da totalidade do licenciamento de software	20 dias	Assinatura do contrato
Recebimento provisório da entrega e ativação da totalidade do licenciamento de software	10 dias	Entrega e ativação da totalidade do licenciamento de software
Aceite definitivo de ativação da solução	10 dias	Recebimento provisório da entrega e ativação totalidade do licenciamento de software
Serviços de suporte técnico e manutenção para o Software de Backup	60 meses	Aceite definitivo de ativação da solução
Recebimento mensal provisório dos serviços de suporte técnico e manutenção para o Software de Backup.	10 dias	Fim do período mensal de referência da prestação dos serviços de suporte técnico e manutenção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Aceite mensal definitivo dos serviços de suporte técnico e manutenção	10 dias	Recebimento mensal provisório dos serviços de suporte técnico, e manutenção.
TOTAL	62 meses	

Grupo 2

Marco	Prazo	Contado da Data de
Reunião Preparatória	7 dias	Assinatura do contrato
Entrega do Projeto Executivo	15 dias	Reunião Preparatória
Finalização das atividades de entrega e ativação da solução	90 dias	Assinatura do contrato
Recebimento provisório da entrega e ativação da solução	10 dias	Finalização das atividades de entrega e ativação da solução
Aceite definitivo de ativação da solução	10 dias	Recebimento provisório da entrega e ativação da solução
Garantia de funcionamento	60 meses	Aceite Definitivo de Ativação da Solução
Início da Capacitação Operacional	100 dias	Assinatura do contrato
Finalização da Capacitação Operacional	20 dias	Início da Capacitação Operacional
Recebimento provisório da Capacitação Operacional	10 dias	Finalização da Capacitação Operacional
Aceite definitivo de Capacitação Operacional	10 dias	Recebimento provisório da Capacitação Operacional
Recebimento mensal provisório do serviço de garantia de funcionamento	10 dias	Fim do período mensal de prestação do serviço de garantia de funcionamento
Aceite mensal definitivo do serviço de garantia de funcionamento	10 dias	Recebimento mensal provisório do serviço de garantia de funcionamento
TOTAL	64 meses	

Grupo 3

Marco	Prazo	Contado da Data de
Reunião Preparatória	7 dias	Assinatura do contrato
Entrega do Projeto Executivo	15 dias	Reunião Preparatória



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Finalização das atividades de entrega e ativação da solução	60 dias	Assinatura do contrato
Recebimento provisório de entrega e ativação da solução	10 dias	Finalização das atividades de entrega e ativação da solução
Aceite definitivo de ativação da solução	10 dias	Recebimento provisório da entrega e ativação da solução
Serviços de suporte técnico e manutenção para a fitoteca robotizada	60 meses	Aceite definitivo de ativação da solução
Recebimento mensal provisório dos serviços de suporte técnico e manutenção	10 dias	Fim do período mensal de prestação dos serviços de suporte técnico e manutenção
Aceite mensal definitivo dos serviços de suporte técnico e manutenção	10 dias	Recebimento mensal provisório dos serviços de suporte técnico e manutenção
TOTAL	63 meses	

Itens 8, 9 e 10

Marco	Prazo	Contado da Data de
Entrega da totalidade das fitas magnéticas do tipo LTO8 e fitas de limpeza do tipo LTO	30 dias	Ordem de fornecimento da Câmara dos Deputados
Recebimento provisório da entrega da totalidade das fitas magnéticas do tipo LTO8 e fitas de limpeza do tipo LTO	10 dias	Entrega da totalidade das fitas magnéticas do tipo LTO8 e fitas de limpeza do tipo LTO
Aceite definitivo de entrega da totalidade das fitas magnéticas do tipo LTO8 e fitas de limpeza do tipo LTO	10 dias	Recebimento provisório da entrega da totalidade das fitas magnéticas do tipo LTO8 e fitas de limpeza do tipo LTO

5.13. O material (nacional ou importado) deve ser entregue contendo no rótulo todas as informações sobre ele, em língua portuguesa e/ou inglesa.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.14. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- a) antes do encerramento do contrato será realizada pela Contratada, a verificação final de necessidade de atualizações de firmwares e patches de correção e de segurança, garantindo que os equipamentos e softwares encontram-se devidamente atualizados;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- b) antes do encerramento do Contrato a Contratada deverá finalizar a solução da totalidade dos chamados eventualmente pendentes e entregar a documentação relacionada, a exemplo dos relatórios de atendimento;
- c) com o encerramento do contrato será efetuada a exclusão das credenciais de acesso, tanto físico como virtual, dos colaboradores da Contratada, ao ambiente computacional e às instalações da Contratante, conforme termo de permissão de acesso da Instrução nº 3/2013 do Centro de Informática, atual DITEC.

Validade, Garantia, Manutenção e Assistência técnica

5.15. Com relação aos Itens 8, 9 e 10 do objeto (itens não agrupados), os prazos de garantia/validade foram estabelecidos nas especificações constantes do Título 1 deste Termo de Referência.

5.16. Para o Item 3 do objeto, o prazo de garantia dos equipamentos será o constante da proposta da Contratada, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) meses, contados da data do recebimento definitivo.

5.16.1. Durante o prazo de garantia, a Contratada deverá prestar serviços de manutenção e suporte técnico, sob demanda, independentemente de ser ou não a fabricante, sem ônus adicionais para a Contratante.

5.16.2. Os equipamentos e softwares ofertados deverão contar com o atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante, caso seja necessário

5.16.3. A garantia será prestada com vistas a manter a solução fornecida em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.16.4. A garantia abrange a realização de serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e evolutiva dos bens, de acordo com as normas técnicas específicas, pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada do fabricante, sem ônus adicionais para a Contratante.

5.17. Para os Grupos 1, 2 e 3, os serviços de suporte técnico e manutenção (preventiva, corretiva e evolutiva) serão executados no regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, nas condições e nos prazos aqui especificados, iniciando-se na data do aceite definitivo de entrega e ativação.

5.17.1. A manutenção corretiva compreende a série de procedimentos destinados à resolução de problemas para recolocar os equipamentos e softwares em seu perfeito estado de funcionamento, com todas as funcionalidades exigidas na especificação técnica. Compreenderá, inclusive, as substituições de peças e componentes, além de ajustes e reparos necessários, sempre de acordo com os manuais do fabricante e normas técnicas específicas.

5.17.2. A Contratada viabilizará serviço de suporte técnico por meio de telefone e/ou internet, para os casos em que não for necessária a presença de técnico, com o objetivo de esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação e configuração



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

dos equipamentos e/ou softwares, bem como para o acompanhamento da resolução de problemas.

5.17.3. As ferramentas e equipamentos necessários aos serviços de suporte e manutenção serão de responsabilidade da Contratada.

5.17.4. Considera-se problema de software, o comportamento ou características que se mostrem diferentes daquelas previstas na documentação do produto e/ou nas suas especificações técnicas ou ainda, funcionamento inconsistente ou intermitente, desempenho aquém do esperado ou operação degradada.

5.17.5. A Contratada fornecerá e instalará, a título de manutenção corretiva, os pacotes de correção, incluindo “patches”, e também, atualizações de software, atualizações de firmware, além de novas versões de softwares da solução, sem ônus adicional à Contratante, durante toda a vigência do contrato.

5.17.6. A instalação dos pacotes de correção e atualização ocorrerá assim que liberados por parte do fabricante, desde que autorizada pela Contratante ou a qualquer tempo, quando solicitada pela Contratante por meio de chamado técnico.

5.17.6.1. Os procedimentos deverão ser previamente agendados junto à Contratante, que acompanhará e validará os respectivos serviços.

5.17.6.2. Caberá à Contratante a decisão sobre o momento de solicitar a instalação dos pacotes de correção e atualização.

5.17.7. O processo de instalação, realizado pela Contratada, incluirá:

5.17.7.1. o levantamento de requisitos para a instalação, juntamente com a avaliação do possível impacto no(s) equipamento(s)/software(s) objeto da instalação e nos equipamentos, sistemas operacionais e aplicações de produção conectados;

5.17.7.2. a certificação de compatibilidade das versões de todos os itens de software e firmware entre si e em relação aos equipamentos do ambiente de produção conectados;

5.17.7.3. a efetiva instalação dos pacotes de correções; e

5.17.7.4. a reconfiguração do ambiente, quando necessário, além da validação final do funcionamento normal e pleno de todos os equipamentos e softwares envolvidos.

5.17.8. Os procedimentos de instalação dos pacotes de correção e atualização deverão ser finalizados em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da data da abertura do respectivo chamado técnico.

5.18. Chamados técnicos: os chamados técnicos ou ordens de serviços serão abertos pela Contratante por meio de e-mail, telefone ou página na internet, disponibilizados pela Contratada em regime de 24 horas por dia e 7 dias por semana (24x7).

5.19. A Contratada identificará o chamado técnico com um número (número de protocolo) para fins de comprovação de registro e acompanhamento do chamado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

5.19.1. Uma vez recebido um chamado que exija a presença física do técnico junto ao(s) equipamento(s), a Contratada deverá fornecer ao solicitante, por meio eletrônico, os dados da pessoa indicada para realizar a tarefa, para autorização de acesso por parte da Contratante.

5.20. Serão fornecidas as seguintes informações para abertura dos chamados:

5.20.1. A identificação e/ou número de série do equipamento e/ou identificação do software afetado;

5.20.2. A anormalidade observada, agregada da informação de origem do problema (se originado no software, hardware ou não identificado);

5.20.3. O nome e a informação de contato do responsável pelo acompanhamento do chamado, por parte da Contratante; e

5.20.4. O alerta do nível de severidade do problema, conforme definições no subitem 5.22 deste Anexo, exceto quando a severidade for baixa.

5.21. Para fins de atendimento e resolução dos chamados técnicos são conceituados os seguintes termos:

5.21.1. **Início do atendimento:** definido pela primeira resposta dada à equipe técnica da Contratante em retorno à abertura do chamado técnico, em que a Contratada registrará e informará o número do chamado, podendo ser realizado via telefone, e-mail ou página na Internet.

5.21.2. **Término do atendimento:** definido pelo encerramento dos trabalhos, com a resolução do problema (ou implementação de solução de contingência, no caso específico do subitem 5.25 deste Anexo) e a restauração dos serviços à operação normal, com os equipamentos e/ou software disponíveis para uso em plenas condições de funcionamento, no local onde estão instalados. Está condicionado à verificação de conformidade da Contratante.

5.21.3. **Prazo de atendimento:** tempo decorrido entre a abertura do chamado técnico e o início do atendimento.

5.21.4. **Prazo de atendimento no local:** para os casos em que seja necessária a presença física do técnico da Contratada (conforme critérios do subitem 5.19.1 deste Anexo), o início do atendimento no local será definido pela chegada do técnico ao local, comprovado por seu registro de entrada nas dependências do datacenter.

5.21.5. **Prazo de resolução:** tempo decorrido entre a abertura do chamado técnico e o término do atendimento.

5.22. As severidades dos problemas são definidas e segregadas nos seguintes níveis:

5.22.1. **Alta:** a ser atribuída a todos os eventos de hardware ou de software que causem paralisação total ou impacto igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) na disponibilidade ou no desempenho de qualquer equipamento, software ou de componente crítico da solução, a exemplo de, mas não restrito a:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

5.22.1.1. Para o Grupo 1 do objeto:

- a) falhas que causem indisponibilidade do catálogo (servidor de backup corporativo) ou mais de 50% (cinquenta por cento) dos servidores “media agents”, inviabilizando a realização de cópias de segurança;
- b) qualquer falha do software de backup que impossibilite a restauração de dados;

5.22.1.2. Para o Grupo 2 do objeto:

- a) falhas que causem indisponibilidade de mais de 50% (cinquenta por cento) da área de armazenamento, das controladoras ou das portas de “front-end” do subsistema de armazenamento, com impactos no desempenho do subsistema de armazenamento;

5.22.1.3. Para o Grupo 3 do objeto:

- a) falhas que causem a paralisação total ou a indisponibilidade de mais de 50% (cinquenta por cento) dos drives ou dos braços robóticos da fitoteca robotizada, com impactos no desempenho da fitoteca robotizada.

5.22.2. **Moderada:** a ser atribuída a todos os eventos de hardware ou software que causem paralisação parcial ou impacto de menos de 50% (cinquenta por cento) na disponibilidade ou no desempenho de qualquer equipamento, software ou de componente crítico da solução, a exemplo de, mas não restrito a:

5.22.2.1. Para o Grupo 1 do objeto:

- a) falhas que causem indisponibilidade de menos de 50% (cinquenta por cento) dos servidores “media agents” e/ou agentes/clientes de aplicação, inviabilizando a realização de cópias de segurança;

5.22.2.2. Para o Grupo 2 do objeto:

- a) falhas que causem indisponibilidade de até 50% (cinquenta por cento) da área de armazenamento, das controladoras ou das portas de “front-end” do subsistema de armazenamento, com impactos no desempenho do subsistema de armazenamento;

5.22.2.3. Para o Grupo 3 do objeto:

- a) falhas que causem indisponibilidade de até 50% (cinquenta por cento) dos drives ou braços robóticos da fitoteca robotizada, com impactos no seu desempenho.

5.22.3. **Baixa:** a ser atribuída a problemas de hardware ou de software que não causem indisponibilidade ou impacto no desempenho de qualquer equipamento ou software da solução, a exemplo de falhas em componentes redundantes, sem impactos nos serviços de TIC, além de a problemas referentes a dúvidas e questionamentos técnicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

5.23. Os prazos máximos para resolução dos problemas atribuídos aos chamados técnicos são os seguintes:

- a) para quaisquer chamados técnicos, de problemas de quaisquer severidades, tanto de hardware quanto de software, o prazo de início de atendimento será de 2 (duas) horas;
- b) para chamados técnicos de problemas de hardware com severidade alta, o prazo para atendimento no local será de até 8 (oito) horas após a sua abertura;
- c) para chamados técnicos de problemas de severidade alta, tanto de hardware como de software, o prazo de resolução será de até 24 (vinte e quatro) horas;
- d) para chamados técnicos de problemas de severidade moderada, tanto de hardware como de software, o prazo de resolução será de até 72 (setenta e duas) horas; e
- e) para chamados técnicos de problemas de severidade baixa, tanto de hardware como de software, o prazo de resolução será de até 15 (quinze) dias.

5.24. A Contratada deverá promover o isolamento, a identificação e a caracterização de falhas de software ("bugs"), e implementar os procedimentos corretivos, independentemente de pagamento adicional, durante todo o prazo de vigência do contrato.

5.25. No caso de falha que necessite intervenção do fabricante para criação de pacote de correção ("fix" ou "patch") de software, a Contratada notificará o fabricante e implementará uma solução temporária de contingência, que providencie o retorno dos serviços dentro do prazo de resolução estabelecido.

5.26. A instalação do devido pacote de correção ocorrerá conforme passo a passo descrito no subitem 5.17.5 deste Anexo.

5.27. A resolução dos problemas de software poderá ser realizada remotamente.

5.28. A resolução de qualquer problema de hardware, de qualquer severidade, incluirá o suporte técnico presencial, com o encaminhamento de técnico ou equipe técnica até o local onde se encontram instalados os componentes defeituosos.

5.29. Para a resolução de problemas de severidade alta, após a abertura do chamado técnico, a Contratada trabalhará de forma ininterrupta, até o retorno do equipamento e/ou software ao regime normal de operação.

5.30. O acompanhamento dos serviços de suporte e manutenção, mesmo aqueles que exijam atuação fora do horário de expediente da Câmara dos Deputados, será realizado pela equipe técnica da Contratante.

5.31. No caso de problemas de severidade baixa, poderão ser estabelecidos intervalos de até 72 (setenta e duas) horas, a critério da Contratante, para posterior



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

retomada dos trabalhos, em decorrência de eventuais restrições de acesso às dependências da Contratante ou para adequação à janela de manutenção.

5.31.1. O tempo decorrido durante os intervalos será acrescido ao prazo de resolução definido no subitem 5.23, alínea e) deste Anexo.

5.32. A Contratada deverá encaminhar comunicação formal à Contratante (sem prejuízo à continuidade do atendimento e da resolução dos problemas), sempre que constatar condições inadequadas de funcionamento dos equipamentos ou má utilização a que estejam submetidos, fazendo constar a causa da inadequação e a respectiva ação de correção para as devidas providências da Contratante.

5.32.1. a comunicação incluirá, necessariamente, laudos detalhados e conclusivos, baseados em documentação oficial do fabricante.

5.33. Quando a resolução de problema exigir a substituição de componente ou peça, esse será substituído por outro de mesmo tipo e modelo, sendo o elemento defeituoso recolhido pela Contratada e, se descartado, deverá seguir o que preconiza os normativos dispostos no subitem 4.1.1 deste Anexo.

5.33.1. Os componentes e peças de reposição deverão ser novos e de primeiro uso.

5.33.2. Caso haja, no período de vigência do Contrato, a descontinuidade de fabricação de componente(s) ou peça(s), será aceito o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que garantida a total compatibilidade dos itens substitutos com os equipamentos em operação e com quaisquer itens anteriormente instalados.

5.34. Os serviços serão executados, em regra, nas dependências da Contratante, exceto quando se tratar de serviços de natureza complexa, caso em que alguma peça e/ou componente poderá ser removido para reparo, com autorização prévia e formal da Contratante, sem prejuízo dos prazos definidos neste Anexo.

5.35. A retirada de componentes ou peças das dependências da Câmara dos Deputados somente poderá ser realizada mediante expressa autorização da Contratante.

5.36. Caso seja necessário, a Contratada poderá ter acesso remoto aos equipamentos objeto da prestação do serviço, que será controlado e registrado pela Contratante.

5.36.1. O acesso remoto deverá ser realizado apenas após a assinatura do termo de responsabilidade e uso para acesso remoto a serviços da rede Câmara e do Termo de Compromisso de Confidencialidade, constantes da Instrução n. 3, de 25 de novembro de 2013, da Contratante e anexos ao Edital, ou de normativo que venha a sucedê-la. Caso não sejam assinados, o atendimento deverá ser realizado presencialmente.

5.36.2. O tempo de permissão de acesso será restrito ao tempo mínimo necessário para resolução do problema e será determinado pela Contratante.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

5.36.3. Cabe à Contratada informar antecipadamente à Contratante, quaisquer necessidades de acesso remoto.

5.36.4. Todas as intervenções realizadas remotamente são de responsabilidade da Contratada, cabendo-lhe responder por quaisquer danos porventura decorrentes dessas intervenções, bem como pela divulgação não autorizada e indevida de quaisquer dados ou informações contidas no ambiente computacional da Contratante, que não sejam de domínio público.

5.36.5. A Contratante poderá realizar a gravação da sessão de acesso remoto.

5.37. **Relatórios técnicos:** cada chamado técnico aberto pela Contratante será registrado pela Contratada em relatório específico, visando o acompanhamento e controle da execução dos serviços, e deverá ser encaminhado à Contratante em até 30 (trinta) dias da data de encerramento do chamado.

5.37.1. Cada relatório de visita deverá conter o número do chamado, a identificação do equipamento ou software, a data e hora da abertura do chamado, a data e hora do término da reparação, com a resolução do problema, a descrição do problema, a solução adotada, a identificação do técnico responsável pela execução do serviço e outras informações pertinentes.

5.38. Reserva-se a Contratante o direito de exigir, durante o período de garantia, em comunicação por escrito à Contratada, a substituição de equipamento defeituoso por outro novo e para primeiro uso, de marca e modelo iguais ou atualizados ao originalmente ofertado, desde que atendidos todos os requisitos técnicos previstos nas especificações do objeto neste Termo de Referência.

5.38.1. A referida substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da confirmação do recebimento da solicitação, nos seguintes casos:

- a) se ocorrerem mais de 2 (dois) problemas de severidade alta, conforme definição do subitem 5.22.1 deste Anexo, sem resolução no prazo estipulado, dentro do período de 90 (noventa) dias, mediante emissão de relatório de situação pela Contratante, comprovando que o equipamento não está funcionando a contento, considerada a especificação técnica exigida;
- b) comprovada inviabilidade técnica de reparo do equipamento.

5.38.2. Confirmada a necessidade de substituição de equipamento, a Contratada deverá disponibilizar equipamento de mesma característica técnica do original, mantendo os serviços operacionais, até a entrega do equipamento definitivo.

5.38.3. Havendo impossibilidade de substituição por equipamento de marca e modelo iguais ao originalmente fornecido, poderá, a critério da Contratante, ser admitida a substituição por outro, cujas características técnicas sejam similares ou superiores às do equipamento substituído, no prazo estabelecido no subitem 5.38.1 deste item.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

5.38.3.1. A substituição a que se refere este subitem será admitida a critério da Contratante, após prévia avaliação técnica quanto às condições de uso e compatibilidade do equipamento ofertado em relação àquele a ser substituído.

5.38.4. Os prazos estabelecidos neste tópico incluem todos os procedimentos necessários, tais como a retirada, o transporte, o reparo ou a substituição e a devolução ou a entrega do(s) equipamento(s) à Contratante.

5.39. É de responsabilidade da Contratada a retirada, a suas expensas, das dependências da Contratante, de peça ou componente para reparo e sua posterior devolução após a realização dos reparos, bem como no caso de substituição de peça ou componente.

5.40. A Contratada ficará obrigada a comunicar formalmente o envio de peça de reposição a ser utilizada em atividades de manutenção técnica, além da devolução de equipamento, peça ou componente retirado(a) das dependências da Contratante para reparo.

5.41. A Contratante poderá efetuar a configuração, desconexão e conexão dos equipamentos a outros, bem como adicionar componentes compatíveis tecnicamente, sem prejuízo das condições de garantia previstas neste Termo de Referência, facultado o acompanhamento de tais atividades pela Contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Disposições Gerais

6.1. O Contrato e a Nota de Empenho deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da LEI, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Após a assinatura do Contrato, a Contratante poderá convocar representante da Contratada para reunião inicial com vistas à apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.3. As atividades de gestão e fiscalização serão executadas de acordo com a Portaria n. 295, de 2023 da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados.

Responsáveis pela gestão da contratação (Grupos 1, 2 e 3)

6.4. Unidade Responsável: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (DITEC)

6.5. Subunidade Gestora do Contrato: Coordenação de Administração de Infraestrutura de TIC (CAINF), localizada no Complexo Avançado da Câmara dos Deputados Avenida N3, Projeção – L, Setor de Garagens Ministeriais, Bloco C, CETEC Norte, 1º andar, Sala 140, Brasília – DF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

6.6. O titular da Unidade Responsável designará o gestor do Contrato e o fiscal técnico, os respectivos substitutos e os assistentes de fiscalização, bem como, se for o caso, os demais servidores que participarão do recebimento definitivo do objeto contratual.

6.7. Caberá ao Gestor, dentre outras atribuições:

- a) Coordenar as atividades dos fiscais no exercício de suas atribuições;
- b) Promover, em conjunto com o fiscal técnico, considerada a complexidade do objeto, reunião de alinhamento de entendimentos e de expectativas, antes do início da execução contratual e reunião de encerramento das atividades, antes da extinção do Contrato, para solucionar pendências e garantir a regular transferência do objeto para outra empresa, se for o caso;
- c) Decidir sobre solicitações da Contratada, nos limites de suas atribuições;
- d) Solicitar à Contratada a substituição de empregado ou preposto e, quando assim exigir o Contrato, aprovar, previamente, substituição feita por iniciativa da Contratada;
- e) Encaminhar, para conhecimento e providências do titular da Unidade Responsável, questões relevantes que não puder solucionar por motivos técnicos ou legais;
- f) Verificar periodicamente a necessidade de manutenção ou alteração do Contrato, bem como apresentar proposta de sua rescisão ou alteração;
- g) Acompanhar o trâmite dos processos administrativos para alteração, prorrogação e rescisão do Contrato;
- h) Comunicar tempestivamente à unidade administrativa competente situação que possa impedir a manutenção ou a eventual prorrogação do instrumento contratual;
- i) Coordenar o encaminhamento, à unidade administrativa competente, de informações necessárias para a formalização dos procedimentos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outros;
- j) Participar do recebimento do objeto do Contrato, quando for o caso.

6.8. Caberá ao fiscal técnico, dentre outras atribuições:

- a) Elaborar e manter atualizado o Plano de Fiscalização;
- b) Orientar, no caso de dúvidas técnicas apresentadas pela Contratada, sobre os procedimentos a serem adotados e documentar os entendimentos relevantes com a Contratada ou seu preposto;
- c) Acompanhar o cumprimento do cronograma de execução e dos prazos previstos no Contrato para a entrega de documentos, bens e serviços, acessórios e principais;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- d) Determinar à Contratada a regularização de falhas ou de defeitos observados, assinalando o prazo para correção;
- e) Coletar, aprovar e manter comprovação de capacidade técnica profissional eventualmente exigida da Contratada, bem como outros documentos que devam ser apresentados somente após o encerramento da fase de licitação;
- f) Relatar, por meio de nota técnica ao Gestor, a inobservância de cláusulas contratuais ou ocorrências relevantes que possam trazer dificuldades, atrasos, defeitos e prejuízos à execução da avença, em especial os que ensejarem a aplicação de penalidades;
- g) Comunicar ao Gestor a eventual necessidade de acréscimos ou supressões de serviços, materiais ou equipamentos, devidamente justificada;
- h) Comunicar ao Gestor qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Câmara dos Deputados ou de terceiros, por ação ou omissão dos empregados da Contratada ou de seus prepostos, inclusive em razão da execução do contrato;
- i) Acompanhar os prazos de execução do objeto e de vigência do Contrato e manifestar-se tempestivamente, por meio de nota técnica ao Gestor, quanto à necessidade de alteração de prazos, prorrogação ou rescisão do Contrato, anexando, quando for o caso, documentação comprobatória;
- j) Receber o objeto do Contrato.

6.9. As reuniões promovidas pelo fiscal técnico com o preposto da Contratada de que resultem decisões relevantes ou cujo assunto possa gerar implicações administrativas deverão ser registradas em ata sucinta e submetidas ao Gestor.

6.10. As comunicações e as determinações relevantes do fiscal técnico do Contrato à Contratada serão registradas por escrito, preferencialmente realizadas por e-mail, admitida, em caráter de urgência, comunicação verbal ou por outros meios eletrônicos de comunicação, que deverá, assim que possível, ser reduzida a termo.

6.11. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e os demais documentos relevantes relacionados à execução do objeto do Contrato constarão de processo eletrônico específico criado, organizado e mantido pela fiscalização, referenciado ao processo de que trata a contratação.

6.12. A verificação de conformidade, com vistas à emissão de aceites, dar-se-á conforme segue.

6.12.1. Para o **Grupo 1** do objeto, a Verificação de Conformidade de Entrega e Ativação incluirá, obrigatoriamente, a validação e aprovação, por parte da equipe da Contratante:

6.12.1.1. Da correta ativação, pela Contratada, da totalidade das licenças do ambiente de cópias de segurança da Contratante, representado pelo licenciamento já existente somado ao licenciamento fornecido, considerando quantidade e tipo de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

licenças, bem como o período de suporte contratado, nas condições especificadas neste Anexo.

6.12.1.2. Dos quantitativos, tipos e período de suporte das licenças de softwares entregues frente ao constante no site do fabricante. Caso necessário serão realizadas ainda, diligências junto ao fabricante a fim de comprovar o adequado registro das licenças que constam na proposta em nome da Câmara dos Deputados;

6.12.2. Para os **Grupos 2 e 3** do objeto, a Verificação de Conformidade de Entrega e Ativação, em atendimento às especificações deste Anexo, será realizada pela Contratante ao longo do conjunto de atividades previstas nos subitens 5.1 a 5.11.4 deste Anexo e após sua finalização, incluindo, necessariamente:

6.12.2.1. Contagem física dos componentes de hardware e software recebidos;

6.12.2.2. Identificação, contagem e verificação de características dos componentes internos do equipamento recebido em relação ao exigido e à proposta da Contratada, via console local; caso necessário, serão realizadas, ainda, diligências junto à fabricante a fim de identificar e comprovar as características dos componentes;

6.12.2.3. Validação das licenças de softwares recebidas no site do fabricante do equipamento e também, via console de gerência dos equipamentos. Caso necessários serão realizadas ainda, diligências junto à fabricante a fim de comprovar o correto registro das licenças que constam na proposta em nome da Câmara dos Deputados;

6.12.2.4. Verificação e validação da presença de todas as funcionalidades solicitadas na especificação técnica;

6.12.2.5. Validação da plena compatibilidade da solução fornecida com o ambiente da Câmara dos Deputados;

6.12.2.6. Validação do perfeito funcionamento dos equipamentos e softwares; e

6.12.2.7. Validação da ativação final da solução, com a disponibilidade operacional dos equipamentos e softwares recebidos, resultando no pleno funcionamento de todas as funcionalidades exigidas.

6.12.3. A Contratada poderá ser convocada para participar dos trabalhos de verificação de conformidade, tendo 24 (vinte e quatro) horas, a contar da hora da convocação, para confirmar a presença.

6.12.3.1. A Contratada disponibilizará, na medida de suas possibilidades e responsabilidades, todos os recursos, informações e procedimentos, solicitados pela Contratante, que facilitem a verificação de conformidade.

6.12.3.2. Verificada qualquer não conformidade, a Contratada promoverá as correções necessárias, dentro do prazo remanescente ao especificado no subitem 5.2 deste Anexo.

6.12.3.3. Os dias utilizados pela Unidade Responsável para a verificação de conformidade serão computados e adicionados a este prazo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

6.12.3.4. Após a finalização das correções será realizada nova verificação de conformidade pela Contratante.

6.12.4. Para os **Grupos 1, 2 e 3** do objeto, a Verificação de Conformidade dos Serviços será realizada por meio do acompanhamento e fiscalização, por parte da Contratante dos serviços de suporte técnico e manutenção executados no contexto dos chamados técnicos, avaliando-se os resultados obtidos e o perfeito estado de funcionamento dos equipamentos e softwares, considerando o atendimento às exigências estabelecidas e a obediência aos prazos, conforme especificações constantes deste Anexo.

6.12.4.1. A Contratada enviará à Contratante, mensalmente, para cada período mensal de referência transcorrido:

- a) o relatório dos chamados técnicos abertos, com informação de, no mínimo, o número do chamado, descrição, data e hora de abertura e de fechamento (se já estiver encerrado);
- b) a nota fiscal de serviços referente ao período a ser enviada sempre por meio do Protocolo Digital da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/protocolo-digital>).

Responsáveis pelo recebimento do objeto (Itens 8, 9 e 10)

6.13. Unidade Responsável: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, por meio da Coordenação de Administração de Infraestrutura de TIC, localizada no Complexo Avançado da Câmara dos Deputados Avenida N3, Projeção – L, Setor de garagens Ministeriais, Bloco C, CETEC Norte, 1º andar, Sala 127, Brasília – DF.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Para os **Itens 8, 9 e 10** do objeto, os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.1.1. Quando a entrega ocorrer em almoxarifado da Câmara dos Deputados, o objeto será recebido sumariamente por servidor ou prestador de serviço lotado no respectivo almoxarifado. O supervisor do almoxarifado deverá atestar o quantitativo dos itens.

7.1.2. Em razão da natureza e da complexidade dos bens adquiridos, o supervisor do respectivo almoxarifado poderá requisitar a participação conjunta de representante da unidade responsável para o recebimento provisório dos bens.

7.1.3. Quando, em razão das características do objeto, houver definição de local diverso para sua entrega, o recebimento provisório caberá à Unidade Responsável.

7.2. O objeto dos **Grupos 1 (Item 1), 2 (Itens 3 e 4) e 3 (Item 6)** será recebido provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal técnico, quando verificada a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

conformidade do objeto conforme descrito no item 6.12 deste Termo de Referência e após o recebimento, por meio do Protocolo Digital da Contratante (<https://www.camara.leg.br/protocolo-digital>), das notas fiscais referentes aos produtos fornecidos, prevalecendo a data que ocorrer por último.

7.3. Os serviços dos **Grupos 1 (Item 2), 2 (Item 5) e 3 (Item 7)** serão recebidos mensalmente, de forma provisória, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, pelo fiscal técnico, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e após o recebimento da totalidade dos documentos descritos no subitem 6.12.4 deste Termo de Referência.

7.4. Os bens serão recebidos definitivamente por representante da unidade responsável ou fiscal técnico, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento provisório, se em perfeitas condições e conforme as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta da Contratada.

7.4.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4.2. O recebimento definitivo poderá ficar a cargo do Fiscal Técnico, caso o bem tenha sido recebido provisoriamente apenas por servidor ou prestador de serviço lotado em almoxarifado da Câmara dos Deputados.

7.5. A nota fiscal, a fatura ou o documento idôneo equivalente deverá ser atestado pelo fiscal técnico (Grupos 1, 2 e 3) ou pelo representante da Unidade Responsável (Itens 8, 9 e 10).

7.6. Por ocasião do ateste da nota fiscal, fatura ou do documento idôneo equivalente, o fiscal técnico ou representante da Unidade Responsável deverá verificar a regularidade previdenciária, fiscal e trabalhista da Contratada, por meio das seguintes certidões:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.6.1. As certidões acima mencionadas poderão ser substituídas por consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), em que fique demonstrada a situação da Contratada junto à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Justiça do Trabalho.

7.6.2. Eventual situação irregular da Contratada não constitui óbice à continuidade do processo de pagamento, podendo configurar infração contratual, que deve ser comunicada em processo específico à unidade administrativa competente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

7.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o exigido neste Termo de Referência e/ou no Contrato.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da LEI, comunicando-se à Contratada para emissão de nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente, referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, fatura ou do documento idôneo equivalente, verificadas pela Contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.12. As atribuições definidas neste tópico não afastam as competências específicas conferidas por normas internas a unidades da estrutura da Câmara dos Deputados.

Prazo e forma de pagamento

7.13. O objeto dos **Itens 1, 3, 4, 6, 8, 9 e 10**, efetivamente executado, aceito definitivamente pela unidade responsável, será pago por meio de depósito em conta corrente da Contratada, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente discriminados, após atestação pela Contratante.

7.14. O objeto dos **Itens 2, 5 e 7**, aceito pela Contratante, será pago em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto, observando-se o seguinte:

7.14.1. O valor mensal efetivo dos serviços (PMES) será calculado conforme expressão matemática (11), a partir do valor mensal constante da proposta da Contratada (VMPC) para o item de referência, descontado do abatimento porcentual referente ao fator de abatimento do pagamento (FAP), definido no subitem 1.3.4 do Anexo 1-C.

$$\text{PMES} = \text{VMPC} - (\text{FAP} \times \text{VMPC}) (11)$$

7.14.2. Sempre que os valores esperados de IQS e IDS forem iguais a 100%, conforme definido nos subitens 1.2 e 1.3 do Anexo 1-C, não ocorrerá abatimento no pagamento referente ao período mensal de referência.

7.14.3. O quadro a seguir resume os cálculos que resultam no valor do PMES, sempre que os índices de qualidade ou de disponibilidade forem inferiores a 100%:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Pagamento mensal efetivo da garantia de funcionamento (PMGF), caso IQS e/ou IDS sejam menores que 100%:

$$\text{PMGF} = \text{VMPG} - (\text{FAP} \times \text{VMPG})$$

Em que:

1) VMPG (Valor Mensal previsto para a Garantia de Funcionamento)

$$\text{VMPG} = (\text{Valor total do Item 3 do objeto}) / 60$$

2) FAP (Fator de Abatimento no Pagamento)

$$\text{FAP} = (\text{FAQS} + \text{FAIS})$$

Em que:

1) FAQS (Fator de Abatimento por Qualidade dos Serviços)

$$\text{FAQS} = \text{FAPA} + \text{FAPS} + \text{FARIP} + \text{FARRT}$$

E cada um dos fatores é assim calculado:

1) FAPA (Fator de Abatimento por inobservância do Prazo de Atendimento)

$$\text{FAPA} = (0,72) \times (\text{Número de horas de atraso})$$

2) FAPS (Fator de Abatimento por inobservância do Prazo de Solução)

$$\text{FAPS} = (\text{Peso}) \times (\text{Número de horas de atraso})$$

Em que:

Peso = 2,88% para problemas com severidade alta;

Peso = 1,44% para problemas com severidade moderada;

Peso = 0,72% para problemas com severidade baixa.

3) FARIP (Fator de Abatimento por inobservância do Requisito de Instalação de Atualizações)

$$\text{FARIP} = (0,58) \times (\text{Número de dias de atraso})$$

4) FARRT (Fator de Abatimento de Relatório Técnico)

$$\text{FARRT} = (0,38) \times (\text{Número de dias de atraso})$$

2) FAIS (Fator de Abatimento por Indisponibilidade)

$$\text{FAIS} = (\text{Impacto}) \times (\text{THP})$$

Em que:

THP = total de horas paradas;

Impacto = 3 caso a TUO aferida seja menor do que 100% (cem por cento) e maior/igual a 96,66% (noventa e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento);

Impacto = 5 caso a TUO aferida seja menor do que 96,66% (noventa e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) e maior/igual a 93,33% (noventa e três inteiros e trinta e três centésimos por cento); e

Impacto = 7 caso a TUO aferida seja menor do que 93,33% (noventa e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).

Em que:

TUO (Taxa Útil Operacional):



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

$$TUO = \frac{THM - THP - TPP}{THM - TPP} \times 100$$

Em que:

THM = total de horas do período mensal (24 * número de dias do mês);

THP = somatório do total de horas paradas devido a problemas com nível de severidade crítico, durante o período mensal;

TPP = total de horas paradas programadas durante o período mensal, por solicitação da Contratante.

7.15. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal, fatura ou no documento idôneo equivalente.

7.15.1. A nota fiscal, fatura ou o documento idôneo deverão indicar como destinatário/tomador o CNPJ 00.530.352/0001-59, da Câmara dos Deputados, independentemente da unidade orçamentária emissora da Nota de Empenho.

7.15.2. O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do aceite definitivo do objeto.

7.15.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15.4. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

7.15.4.1. Para os **Itens 2, 5 e 7**, os encargos moratórios devidos serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

7.15.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais previstos na legislação aplicável.

7.15.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e às contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

7.15.8. Estando a Contratada isenta (ou imune) de retenções previstas neste Título, a comprovação exigida pela legislação tributária vigente deverá ser anexada à respectiva nota fiscal, fatura ou ao respectivo documento idôneo equivalente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime e forma de Execução

8.2. Para os **Grupos 1, 2 e 3**, o regime de execução do contrato será de fornecimento de bens (Itens 1, 3 e 6) com prestação de serviço associado (Itens 2, 4, 5 e 7) e para os **Itens 8, 9 e 10** será o fornecimento integral de bens, sem prestação de serviço vinculada.

Exigências de Habilitação

8.3. A licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.

8.4. A licitante deverá, ainda, apresentar a seguinte documentação:

- a) declaração do SICAF referente à habilitação da licitante (situação);
- b) os documentos que não estejam contemplados no SICAF.

8.5. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

8.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123/2006.

Qualificação Econômico-Financeira

8.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.7.1. As empresas que estejam em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, deverão apresentar certidão positiva de recuperação judicial e certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

Qualificação Técnica

Qualificação Técnico-Operacional

8.8. A licitante deverá apresentar **atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica** emitido(a)(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a licitante, de forma satisfatória:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- a) (Grupo 1) prestou (em caso de contrato encerrado) ou esteja prestando (em caso de contrato vigente) serviços de suporte técnico e manutenção para solução corporativa de cópias de segurança da plataforma Commvault, por pelo menos 1 (um) ano;
- b) (Grupo 2) forneceu e instalou subsistema(s) de armazenamento de dados com capacidade bruta por subsistema de, no mínimo, 800 (oitocentos) TB ou com capacidade líquida de, no mínimo, 538 (quinhentos e trinta e oito) TB e prestou (em caso de contrato encerrado) ou esteja prestando (em caso de contrato vigente) serviços de manutenção/suporte técnico para a referida solução por pelo menos 1 (um) ano;
- c) (Grupo 3) forneceu e instalou fitoteca(s) robotizada(s) ou ampliação de fitoteca(s) robotizada(s) com expansão do quantitativo de drives e prestou (em caso de contrato encerrado) ou esteja prestando (em caso de contrato vigente) serviços de manutenção/suporte técnico para fitoteca robotizada com, no mínimo, 10 (dez) drives LTO e com, no mínimo, 400 slots cartuchos, por pelo menos 1 (um) ano.

8.8.1. Para o Grupo 2, será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a capacidade líquida exigida.

8.8.2. Para o Grupo 3, não será aceito o somatório de atestados para comprovar o total de drives LTO ou slots exigidos.

8.8.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, 1 (um) ano do início de sua execução.

8.8.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

8.8.5. O(s) atestado(s) deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:

- a) indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
- b) informação do local e da data de expedição do atestado;
- c) descrição da data de início e término da prestação dos serviços referenciados no documento;
- d) descrições e quantidades dos componentes da solução fornecida.

8.8.6. O(s) atestado(s) deverá(ão), preferencialmente, estar impresso(s) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone e e-mail do responsável pela emissão do(s) atestado(s).

8.8.7. A licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

apresentando, entre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi fornecido o objeto.

Vistoria Prévia (Grupos 1, 2 e 3)

8.9. Considerando que, para a contratação pretendida, para os Grupos 1, 2 e 3 do objeto, a avaliação prévia do ambiente de TI é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização do serviço, sob pena de inabilitação, assegurado a ela o direito de realização de vistoria prévia, acompanhada por servidor designado para esse fim.

8.9.1. À licitante que optar por realizar vistoria prévia serão disponibilizados data e horário exclusivos, a serem agendados na Coordenação de Administração de Infraestrutura de TIC da Câmara dos Deputados, por meio do telefone (61) 3216-3751, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outras licitantes. Nesse caso, a licitante receberá o Termo de Vistoria, conforme modelo anexo, que deverá ser apresentado na fase de habilitação.

8.9.2. Caso a licitante opte por não realizar vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo anexo.

8.9.3. A licitante, independentemente da opção pela realização da vistoria técnica ou apresentação da declaração, não poderá alegar desconhecimento ou dúvidas sobre o ambiente de TI, devendo a Contratada assumir o ônus dos serviços decorrentes.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.176.366,76 (oito milhões cento e setenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ITENS 8, 9 E 10 DO OBJETO)

10.1. A despesa com a execução da contratação objeto deste Termo de Referência correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Administração Legislativa
- Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 - 3.3.90.30 – Material de Consumo



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ITENS 8, 9 E 10 DO OBJETO)

11.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990);
- b) Comunicar à Câmara dos Deputados, antes de esgotado o prazo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados;
- d) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, apresentar à Câmara dos Deputados, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF e 3) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Paralisar, por determinação da Câmara dos Deputados, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- f) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Câmara dos Deputados.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ITENS 8, 9 E 10 DO OBJETO)

12.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa, respeitando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da indisponibilidade e supremacia do interesse público, conforme o disposto na LEI e no REGULAMENTO.

12.2. Para efeito deste Título, equipara-se a contrato qualquer outro ajuste firmado pela Câmara dos Deputados, ainda que com outras denominações, que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar, entre outras admitidas em direito, que preveja a aplicação de sanções.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

12.3. Serão consideradas infrações administrativas, nos termos da LEI e do REGULAMENTO:

- a) dar causa à inexecução parcial do objeto;
- b) dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Câmara dos Deputados, ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do objeto;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado e aceito pela Contratante;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto;
- f) praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

12.4. Serão aplicadas à Contratada quando incorrer nas infrações descritas no item anterior as seguintes sanções:

- d) **advertência**;
- e) **multa**:
 - i. moratória;
 - ii. compensatória;
- f) **impedimento de licitar e contratar com a União**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- g) **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme REGULAMENTO:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Câmara dos Deputados, para o funcionamento dos seus serviços ou para o interesse coletivo;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. No processamento das sanções, primeiro serão consideradas as circunstâncias atenuantes seguidas das agravantes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

12.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

12.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara dos Deputados.

Advertência

12.9. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme REGULAMENTO:

- a) inexecução parcial de obrigação, desde que não tenha havido dano à Câmara dos Deputados, ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo, que justifique a aplicação de sanção mais gravosa;
- b) descumprimento de pequena relevância, assim considerados aqueles que não impactam objetivamente na execução do objeto e não causem prejuízos à Câmara dos Deputados.

Multas Moratória e Compensatória

12.10. O atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados na entrega do objeto sujeitará a Contratada às seguintes multas, calculadas sobre o valor do objeto:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

12.10.1. A Contratada será também considerada em atraso se entregar o objeto em desacordo com as especificações e não o substituir dentro do período remanescente do prazo de entrega fixado na proposta.

12.10.1.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Câmara dos Deputados a converta em compensatória e promova o cancelamento da Nota de Empenho com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente Título.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

12.10.2. Na hipótese de inexecução total do objeto e/ou abandono da contratação, ficará a Contratada sujeita à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do objeto não entregue, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

12.10.2.1. Considerar-se-á inexecução total do objeto a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada.

12.10.3. A sanção de multa compensatória poderá ser reduzida ou aumentada, em conformidade com o disposto no REGULAMENTO.

12.11. A penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** será proposta pela prática das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Câmara dos Deputados, ao funcionamento de seus serviços ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do objeto;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela Câmara dos Deputados.

12.11.1. A sanção base será de 6 (seis) meses, sendo acrescidos 6 (seis) meses por agravante constatada, limitado ao máximo de 3 (três) anos.

12.11.2. A penalidade será reduzida em 1/3 (um terço) por atenuante constatada.

12.12. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, será aplicada pela prática das seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013;
- f) nas condutas previstas no item anterior, quando se justificar a imposição da penalidade mais gravosa.

12.13. As circunstâncias consideradas atenuantes e agravantes, bem como as hipóteses de reabilitação e da desconsideração da personalidade jurídica estão dispostas no REGULAMENTO.

12.14. O valor da multa aplicada ou das indenizações cabíveis será, nesta ordem:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- a) desconto dos pagamentos devidos pela Contratante decorrentes do presente contrato ou de contratos diversos entre a Contratante e a Contratada;
- b) recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);
- c) desconto de eventual garantia prestada, sem prejuízo da cobrança do valor remanescente.

12.14.1. Inexistindo pagamentos devidos pela Contratante, a Contratada será notificada para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU.

12.14.2. A compensação total ou parcial dos débitos de que trata este tópico, com os créditos devidos pela Contratante decorrentes de contratos diversos, poderá ser formalizada de ofício pela Contratante ou mediante requerimento do interessado, acompanhado da relação de contratos vigentes que serão objeto de compensação.

12.15. Os atos previstos como infrações na LEI, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei n. 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida LEI.

12.16. As sanções aplicadas serão registradas pela Contratante, para fins de publicidade:

- a) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) nos cadastros instituídos no âmbito do Poder Executivo;
- c) no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos casos das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade.

12.16.1. O prazo para registro das penalidades será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção.

12.17. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório da Contratada, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.17.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade

Página 70 | 142

(Processo Administrativo 728144/2025)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Pregoeiro



ANEXO 1-B
CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

1. GRUPO 1 DO OBJETO – AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO DO SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO

1.1. Item 1 do objeto - Licenças de software de backup corporativo Commvault

1.1.1. Situação atual: encontra-se em operação no ambiente de infraestrutura de TIC, software de backup corporativo Commvault, Commcel ID 100A94 da Câmara dos Deputados, cujas características são detalhadas no subitem 4.2 deste anexo, operando com o seguinte conjunto de licenças, na modalidade de uso perpétuo:

- a) 120 (cento e vinte) licenças do tipo “VM Socket” para ambiente de virtualização;
- b) 16 (dezesesseis) licenças para servidores físicos.

1.1.2. A licitante poderá obter, na oportunidade da vistoria prévia prevista no Termo de Referência, caso julgue necessário para a correta elaboração da proposta, informações mais detalhadas do licenciamento existente.

1.1.3. Será fornecido e ativado, pela Contratada, um conjunto de 39 (trinta e nove) licenças do tipo “VM Socket”, em adição às 120 (cento e vinte) licenças atualmente existentes no licenciamento Commcel ID 100A94 da Câmara dos Deputados.

1.1.4. As licenças fornecidas terão as mesmas características e funcionalidades das 120 licenças “VM Socket” já existentes, incluindo a modalidade de uso perpétuo.

1.1.5. Todas as 120 (cento e vinte) licenças originais do Commcell ID 100A94 deverão ser mantidas inalteradas após a adição das 39 (trinta e nove) novas licenças, resultando no total de 159 (cento e cinquenta e nove) licenças do tipo “VM Sockets”.

1.1.6. A Contratada deverá entregar, a título de comprovação de entrega deste item do objeto, o arquivo de atualização de licenças, emitido pelo fabricante, demonstrando claramente a adição das licenças solicitadas ao conjunto de licenças da situação anterior, com todas as funcionalidades presentes e ativas.

1.2. Item 2 do objeto - Serviços de suporte técnico e manutenção para software de backup corporativo Commvault:

1.2.1. Serão executados serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, por período de 60 (sessenta) meses, para todos os componentes do software de backup (incluído o licenciamento existente e o novo), no regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, conforme as condições e prazos especificados no Termo de Referência (desconsideradas as exigências relacionadas exclusivamente à manutenção de hardware).

1.2.2. A manutenção evolutiva inclui os serviços de “update”, “upgrade” e “hardware refresh” da infraestrutura Commvault, bem como suporte técnico em uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

eventual mudança de arquitetura do Commserve, MediaAgents, Disk Libraries (e suas DDBs) e Tape Libraries.

2. GRUPO 2 DO OBJETO - SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS INTERMEDIÁRIO PARA BACKUP:

2.1. Item 3 do objeto - Subsistema de armazenamento de dados com capacidade de armazenamento de 2.153 (dois mil cento e cinquenta e três) TiB líquidos:

2.1.1. REQUISITOS GERAIS

2.1.1.1. O equipamento deve ser novo, para primeiro uso, ainda em linha de fabricação, sem anúncio de descontinuidade (EOL – “End of Life”) na data da abertura da licitação.

2.1.1.2. O sistema operacional dos subsistemas de armazenamento deverá ser desenvolvido, mantido e suportado pelo fabricante do equipamento. Não serão aceitos sistemas operacionais OEM (“Original Equipment Manufacturer”).

2.1.1.3. Considera-se, para fins de cálculo de capacidade líquida de armazenamento e de capacidade de memória cache, a base 2 (dois), onde:

2.1.1.3.1. 1 (um) TiB corresponde a 1.024 (um mil e vinte e quatro) GiB;

2.1.1.3.2. 1 (um) GiB corresponde a 1.024 (um mil e vinte e quatro) MiB;

2.1.1.3.3. 1 (um) MiB corresponde a 1.024 (um mil e vinte e quatro) kiB;

2.1.1.3.4. 1 (um) kiB corresponde a 1.024 (um mil e vinte e quatro) bytes;

2.1.1.4. Todos os softwares e todas as funcionalidades exigidos deverão estar licenciados para a capacidade total de armazenamento fornecida, exceto nos casos em que houver especificação diversa.

2.1.1.5. Todas as licenças de softwares oferecidas serão na modalidade de licenciamento perpétuo (definitivo) em nome da Câmara dos Deputados, assim como todas as atualizações ou novas versões de software instaladas durante o período de garantia de funcionamento.

2.1.2. REQUISITOS TECNOLÓGICOS MÍNIMOS

2.1.2.1. O subsistema de armazenamento deverá possuir controladoras redundantes, em número par, de modo que, na falha de uma controladora ou porta da controladora, outra controladora assuma, de forma automática, sem intervenção manual, o tráfego do elemento em falha, sem interrupção dos serviços, mantendo a operação normal na capacidade total de armazenamento, de número mínimo de LUNs ativas e de hosts conectados, considerando ainda:

2.1.2.1.1. todos os discos de back-end sejam acessíveis por meio de qualquer uma das controladoras;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.2.1.2. qualquer interface de front-end seja capaz de apresentar qualquer volume lógico do subsistema de armazenamento com áreas de discos localizados em qualquer gaveta do back-end;

2.1.2.1.3. não seja baseado em virtualização de componentes externos ao subsistema de discos.

2.1.2.2. Arquitetura interna de alta disponibilidade, sem ponto único de falha, sendo que a falha de qualquer componente ativo não impedirá o completo funcionamento do subsistema.

2.1.2.3. Acesso à totalidade dos dados armazenados por meio de um conjunto de portas externas e caminhos redundantes entre os servidores e o subsistema de armazenamento, suportando a recuperação automática de falhas nos caminhos, a fim de garantir o contínuo acesso dos servidores aos dados.

2.1.2.4. Todos os volumes lógicos (LUNs) serão acessíveis por meio de, pelo menos, duas controladoras.

2.1.2.5. Possuir caminhos alternativos, em caso de falha de algum componente, configurados de forma automática e transparente, considerando os recursos definidos no subitem 2.1.2.18 deste Anexo, sem perda de nenhuma funcionalidade, mesmo se tratando de componentes externos, tais como portas de switch e cabeamento, com implementação de fail-over automático para todos os componentes.

2.1.2.6. Viabilizar atividades de manutenção técnica tais como substituição de discos, controladoras, fontes, ventiladores, cabos, bem como ampliação de capacidade, alteração de características funcionais e upgrade de código (firmware) de qualquer componente do subsistema, de forma não disruptiva, sem necessidade de desligamento de equipamentos nem interrupção dos serviços de produção.

2.1.2.7. Os equipamentos deverão ser fornecidos juntamente com seus racks próprios, homologados pelo fabricante, além de todos os elementos necessários para sua correta fixação, como trilhos, parafusos, ferragens, bem como cabos de alimentação.

2.1.2.8. Possuir tomadas elétricas organizadas em unidades de distribuição de força (PDUs) que atendam a todos os equipamentos a serem instalados nos racks, considerando que:

2.1.2.8.1. a alimentação elétrica será em 220 (duzentos e vinte) Volts fase-neutro e 60 (sessenta) Hertz, por meio de, no mínimo, duas fontes de energia independentes, em circuitos monofásicos com capacidade de corrente máxima de 32 Amperes cada;

2.1.2.8.2. deverão ser fornecidos os conectores macho e fêmea para as PDUs.

2.1.2.9. Os itens fonte de alimentação, controladoras, ventiladores e discos rígidos devem ser redundantes, hot-pluggable/hot-swappable, permitindo manutenção, reparo, substituição e acréscimo desses componentes com o sistema em operação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.2.10. Possuir redundância para fontes de alimentação, controladoras, processadores, cabos de interconexão, cache, baterias do cache e ventiladores, além de utilizar alimentação elétrica a partir de no mínimo duas fontes externas independentes.

2.1.2.10.1. Em caso de falha de qualquer um desses componentes, o equipamento será mantido em operação integral, quaisquer que sejam a temperatura e a tensão de alimentação, respeitados os limites máximos e mínimos de operação.

2.1.2.11. Suportar configurações de redundância em RAID 5, RAID 6, RAID HA ou superiores.

2.1.2.12. Serão aceitos subsistemas de armazenamento do tipo "All-Flash" e ainda, subsistemas de armazenamento híbridos que possuam mais de uma categoria de discos, resultando em camadas distintas de armazenamento, diferenciadas pelo desempenho dos discos utilizados em cada camada;

2.1.2.13. Para equipamentos híbridos, possuir funcionalidade de migração automática de dados entre camadas de armazenamento realizando, sem perda de acesso, a migração de blocos ou subáreas de LUNs entre diferentes camadas existentes no subsistema de armazenamento, considerando:

2.1.2.13.1. migração de acordo com políticas baseadas no volume de acesso específico a cada uma das subáreas de LUNs;

2.1.2.13.2. viabilização da não inclusão de áreas específicas de armazenamento nas políticas de migração automática, de forma que as LUNs alocadas nessas áreas utilizem apenas uma camada de armazenamento.

2.1.2.14. Suportar recurso de hot-spare global para as unidades de disco, ou seja, havendo falha em qualquer disco do subsistema, qualquer área de hot-spare da mesma camada terá condições de substituir o disco em falha, sem perdas e sem intervenção manual.

2.1.2.15. A proporção entre a área mínima de discos destinada a hot-spare global e a área total de discos de cada camada deverá seguir a recomendação do fabricante, obedecendo à razão maior ou igual a 1 (um) disco de hot-spare para cada 23 (vinte e três) discos instalados;

2.1.2.16. Prover mecanismos de proteção dos volumes lógicos com "LUN Masking", objetivando restringir o acesso a determinado volume lógico (LUN) para um servidor ou conjunto de servidores específicos, físicos ou virtuais.

2.1.2.16.1. Os volumes lógicos ficarão visíveis e utilizáveis apenas pelos servidores para as quais estejam destinados.

2.1.2.17. Suportar a criação de LUNs com capacidade de até 128 (cento e vinte e oito) TB.

2.1.2.18. Implementar recursos de multi-path para acesso via FC, com software para failover e balanceamento de carga, viabilizando mais de um caminho de acesso dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

servidores ao subsistema de armazenamento, garantindo que, no caso de falha de um caminho, o outro assuma todo o tráfego, sem interrupção de acesso.

2.1.2.19. Implementar funcionalidade de cópias instantâneas, por meio de cópia física dos dados (cópia tipo “clone”) e de ponteiros (cópia tipo snapshot), licenciadas para a capacidade total fornecida no equipamento, considerando:

2.1.2.19.1. a funcionalidade deverá ser implementada pelo subsistema de armazenamento, configurada em sua estação de gerência, sem a necessidade de equipamentos ou softwares externos adicionais para a realização das cópias;

2.1.2.19.2. caso as cópias por meio de ponteiros necessitem de área adicional de armazenamento para estabelecimento inicial das cópias, deverá ser fornecida em acréscimo ao valor especificado no subitem 2.1.3.1 deste Anexo.

2.1.2.20. Viabilizar a criação de snapshots imutáveis (protegidos contra remoção ou alteração), de forma a robustecer proteção contra remoção indevida de dados armazenados, contemplando:

2.1.2.20.1. recursos para definição do período de tempo pelo qual os snapshots permanecem imutáveis após sua criação (período de imutabilidade ou retenção);

2.1.2.20.2. implementação de exigência, para a remoção de snapshots antes do final do seu período e imutabilidade e para a redução do seu período de imutabilidade, da autorização de ao menos 2 (dois) administradores do subsistema ou, alternativamente, a autorização do fabricante (a ser obtida via chamado técnico);

2.1.2.21. Prover funcionalidade de provisionamento dinâmico (thin provisioning ou provisionamento virtual), permitindo a criação de LUNs que consumam a capacidade de armazenamento especificada apenas sob demanda de novas gravações nos servidores, ou seja, a simples criação da LUN não pré-aloca a sua área total.

2.1.2.22. Possuir funcionalidade de migração manual de LUNs inteiras entre áreas de dados diferenciadas existentes no subsistema (“pools de armazenamento”), sejam elas da mesma camada ou de camadas distintas, sem interrupção do acesso à LUN, incluindo a monitoração da evolução das migrações em andamento.

2.1.2.23. As funcionalidades de cópias instantâneas e provisionamento dinâmico devem ser providas para utilização simultânea na mesma LUN e sem necessidade de agregação de software de terceiros.

2.1.2.24. Possuir funcionalidades de Qualidade de Serviço (QoS), viabilizando a priorização do desempenho de determinadas LUNs ou hosts, com base na quantidade de operações por segundo (IOPS) ou largura de banda.

2.1.2.24.1. A funcionalidade deverá estar licenciada para a totalidade da capacidade ofertada.

2.1.2.25. Possuir funcionalidade de migração de dados entre equipamentos de fabricantes distintos, permitindo a migração dos dados dos equipamentos descritos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

nos subitens 4.5 deste Anexo para nos equipamentos ofertados, com licenciamento válido por, no mínimo, 6 (seis) meses após a data do Aceite de Ativação da solução.

2.1.2.26. Possuir funcionalidade de criptografia para os dados armazenados implementada de forma nativa pelo próprio equipamento, visando a proteção dos dados de acesso não autorizado quando os dispositivos de armazenamento forem removidos fisicamente do sistema de armazenamento.

2.1.2.26.1. criptografia padrão AES ou superior, com chave de, no mínimo, 256 bits e tecnologia Encryption at Rest.

2.1.3. REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE

2.1.3.1. Capacidade líquida de armazenamento instalada, livre para uso com alocação convencional, sem considerar redução de dados com compressão e deduplicação ou ainda provisionamento virtual, de pelo menos de 2.153 (dois mil cento e cinquenta e três) TiB.

2.1.3.1.1. da capacidade total de armazenamento solicitada, no mínimo 148 (cento e quarenta e oito) TiB deverão ser em drives do tipo SSD ou Flash, tecnologia SLC ou enterprise Flash, incluindo enterprise rate cMLC, eMLC (Enterprise Multi-Level Cell), 3D-TLC (Triple-Level Cell) ou SLC (Single-Level Cell), ou superiores;

2.1.3.1.2. serão aceitos equipamentos do tipo All-flash e permitido, neste caso específico, o emprego de discos do tipo QLC (Quad-Level Cell), além dos tipos de discos elencados no subitem 2.1.3.1.1 acima;

2.1.3.1.3. proteção em RAID 6 (seis), em que cada grupo RAID é composto de, no máximo, 8 (oito) discos de dados e de, no mínimo, 2 (dois) discos de paridade, ou superior.

2.1.3.2. A capacidade líquida de armazenamento instalada é a quantidade líquida disponível para armazenamento de dados, ou seja, as áreas extras (spare), as áreas de redundâncias para proteção RAID, as áreas de sistema, áreas de ponteiros e as áreas de controle das funcionalidades de compressão e deduplicação deverão ser providas em acréscimo.

2.1.3.3. Possuir um conjunto de interfaces de front-end para conexões externas, considerando:

2.1.3.3.1. mínimo de 16 (dezesesseis) portas FC de front end, externas, nativas e independentes, com capacidade mínima de 32 (trinta e dois) Gbps full duplex cada, distribuídas igualmente entre todas as controladoras, destinadas à conexão, via rede de armazenamento, de servidores e de subsistemas de armazenamento;

2.1.3.3.2. todas as portas FC com transceptores SFP instalados, de 32 (trinta e dois) Gbps, com conectividade também a 16 (dezesesseis) Gbps, no padrão SWL, com conectores tipo LC, viabilizando conexão à SAN por meio de fibras óticas duplas multi-modo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.3.4. Garantir, na configuração solicitada, taxa de transferência sustentada mínima de 2.145 (dois mil, cento e quarenta e cinco) MB/s, considerando:

2.1.3.4.1. carga de trabalho com acesso 100% sequencial com 20% de leitura e 80% de escrita;

2.1.3.4.2. blocos de 128 kB;

2.1.3.4.3. cache hit de zero para escrita e leitura;

2.1.3.4.4. algoritmo(s) de redução de dados (desduplicação e/ou compressão) não ativados;

2.1.3.4.5. a comprovação se dará por meio de ferramenta de modelagem ("sizing") oficial do fabricante, em que conste o atendimento conjunto dos requisitos 2.1.3.4 a 2.1.3.4.4 acima, considerando a configuração de equipamento e software proposta.

2.1.3.5. Possuir memória cache em volume e capacidade compatível com o desempenho requerido, protegida por ECC ou similar, considerando ainda:

2.1.3.5.1. arquitetura com redundância de cache, viabilizando a gravação de todas as operações de escrita em, pelo menos, duas áreas de memória localizadas em controladoras distintas;

2.1.3.5.2. área de memória de escrita, não volátil ou espelhada entre as controladoras, com mecanismo que garanta a integridade dos dados presentes em memória e ainda não gravados em disco em caso de falha de uma das controladoras ou falta súbita de energia;

2.1.3.5.3. a totalidade da memória cache deverá estar distribuída igualmente entre todas as controladoras;

2.1.3.5.4. não será aceita a utilização de expansão de cache por meio de discos ou placas SSD;

2.1.3.5.5. possuir mecanismo de proteção que viabilize, em casos de falha de energia elétrica, a gravação dos dados de memória em disco ou área não volátil, garantindo a integridade e a disponibilidade dos dados após o restabelecimento da energia elétrica.

2.1.3.6. Suportar conexão simultânea por meio da rede SAN de, no mínimo, 4.096 (quatro mil e noventa e seis) hosts (servidores físicos) de forma simultânea, com permissão de acesso a áreas específicas do subsistema de armazenamento.

2.1.3.7. Suportar a criação de, no mínimo, 12.000 (doze mil) discos lógicos (LUNs), já excluídos aqueles gerados pelos recursos de cópias instantâneas especificados no subitem 2.1.2.19 deste Anexo.

2.1.4. REQUISITOS DE GERENCIAMENTO

Prover central de gerenciamento viabilizando as atividades de monitoração, controle e configuração do subsistema de armazenamento fornecido, a partir de servidor



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

virtual de gerência já disponível na Câmara dos Deputados, nas plataformas Microsoft Windows Server 2019 ou Linux RedHat 7 (ou superiores), incluindo:

- 2.1.4.1. disponibilidade de gerenciamento via interface gráfica e por meio de linha de comando (CLI);
- 2.1.4.2. envio de mensagens de e-mail ao administrador em caso de falhas de qualquer dos componentes e falhas iminentes dos discos;
- 2.1.4.3. criação e configuração, através do software de gerenciamento, de Raid Groups e volumes lógicos (LUNs);
- 2.1.4.4. visualização e configuração da distribuição de cada LUN pelas camadas de armazenamento;
- 2.1.4.5. balanceamento de carga entre as controladoras, permitindo a definição de controladora preferencial por LUN ou o funcionamento das controladoras em regime ativo/ativo;
- 2.1.4.6. monitoramento proativo que permita a detecção e isolamento de falhas antes mesmo que elas ocorram;
- 2.1.4.7. abrangerá a monitoração de condições físicas tais como de energia e de temperatura, detecção e isolamento de erros de memória, placas, processadores, controladoras e discos, gerando logs de erros e alertas, inclusive acionamento automático da reposição de discos ("hot-spare");
- 2.1.4.8. análise do desempenho instantâneo e histórico do equipamento com:
 - 2.1.4.8.1. plotagem mínima para desempenho instantâneo de 3 (três) amostras por minuto;
 - 2.1.4.8.2. retenção de, no mínimo, uma amostra a cada 5 (cinco) minutos para análise histórica, por período mínimo de 30 (trinta) dias;
- 2.1.4.9. contemplar em ambos os casos, no mínimo, as informações de:
 - 2.1.4.9.1. taxas de I/O por segundo e bytes por segundo para leitura e para escrita por LUN;
 - 2.1.4.9.2. taxas de transferência por porta de front-end;
 - 2.1.4.9.3. tempos de resposta para leitura e para escrita por LUN;
 - 2.1.4.9.4. percentual de acertos de cache; e
 - 2.1.4.9.5. taxa de utilização dos discos.
- 2.1.4.10. suporte ao protocolo SNMP para gerenciamento e envio de alertas para a console de gerenciamento centralizada.
- 2.1.4.11. notificação de eventos críticos, pré-falhas e falhas ao administrador, além de geração de relatórios para todos os eventos relacionados ao subsistema de armazenamento, sejam eles de falhas, avisos ou configurações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.4.12. autenticação de usuários e definição de perfis distintos de permissões por meio de cadastramento de usuários no equipamento contemplando a criação de, no mínimo, 2 perfis de usuários distintos, com atribuições (roles) específicas.

2.1.4.13. controle, criação, alocação, realocação e expansão dos volumes lógicos para os servidores, de forma dinâmica, sem interrupção dos serviços vinculados ao servidor.

2.1.4.14. administração do provisionamento dinâmico de LUNs, com recursos para identificar o espaço efetivamente consumido por cada LUN.

2.1.4.15. configuração, monitoração e controle dos recursos de cópias instantâneas por meio de cópias físicas e de ponteiros, com identificação do espaço efetivamente consumido por cada cópia instantânea.

2.1.4.15.1. recursos de agendamento da ativação e da reativação de cópias instantâneas, com envio de mensagens aos administradores sobre o resultado da execução.

2.1.4.16. configuração, monitoração e controle de cópias manuais ou migração de dados entre grupos RAID ou entre áreas distintas do subsistema de armazenamento.

2.1.4.17. configuração, monitoração e controle das funcionalidades de migração automática de dados entre as camadas de armazenamento.

2.1.4.18. Realizar, de forma automática, os chamados ao fabricante para viabilizar atividades de manutenção, por meio de capacidade de call-home, que pode ser implementada via e-mail ou via VPN.

2.1.4.18.1. Os chamados devem ser enviados simultaneamente ao ambiente de gerenciamento e administração de suporte técnico da Câmara dos Deputados.

2.1.5. REQUISITOS DE COMPATIBILIDADE

2.1.5.1. Deverá possuir suporte nos Sistemas Operacionais Microsoft Windows Server, elencados no subitem 4.6.1 deste Anexo, comprovado pela HCL ("Hardware Compatibility List") da Microsoft, por meio da figuração do modelo ou série do equipamento proposto na lista de compatibilidade "Windows Server Catalog".

2.1.5.2. Deverá possuir compatibilidade com VMWare ESX nas versões elencadas no subitem 4.6.3 deste Anexo, com suporte a VAAI, comprovado por meio da figuração do modelo ou série do equipamento no guia de compatibilidade do fabricante VMWare.

2.1.5.3. Deverá possuir compatibilidade com RedHat Enterprise Linux versão 7 ou superior, com comprovação por meio de lista de compatibilidade do fabricante dos equipamentos ou do fabricante do sistema operacional mencionado.

2.1.5.4. Compatibilidade plena com os switches de rede de armazenamento identificados no subitem 4.4 deste Anexo, comprovada pela figuração destes



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

equipamentos na matriz de compatibilidade do subsistema de armazenamento fornecido;

2.2. Item 4 do objeto - Capacitação operacional em subsistemas de armazenamento

Para o Grupo 2 do objeto, será realizado programa de Capacitação Operacional, por meio de cursos na plataforma de hardware e software na versão fornecida, observando as seguintes condições:

2.2.1. prazo para finalização de até 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato;

2.2.2. Realização na modalidade remota “on-line” (EAD):

2.2.2.1. a Contratada disponibilizará ambiente on-line para realização da capacitação operacional, com acesso, para as aulas práticas, a equipamentos e software iguais aos empregados na solução; e

2.2.2.2. excepcionalmente, de forma justificada pela Contratada, será aceita a modalidade presencial. Neste caso, deverá ser realizada em Brasília, nas instalações e equipamentos que a Câmara dos Deputados disponibiliza para essa finalidade no CEFOR (Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento), localizado no Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, sem nenhum ônus à Contratante. A Contratada disponibilizará acesso, para as aulas práticas, a equipamentos e software iguais aos empregados na solução.

2.2.3. quantidade de alunos: 2 (dois);

2.2.4. carga horária total mínima: 40 (quarenta) horas;

2.2.5. carga horária diária máxima: 4 (quatro) horas;

2.2.6. duração máxima: 3 (três) semanas;

2.2.7. conteúdo programático orientado à solução fornecida, baseado na documentação técnica dos equipamentos e softwares fornecidos, abordando atividades de gerenciamento, administração e operação de rede de armazenamento, com mínimo os seguintes tópicos:

- a) conceitos, descrição da arquitetura, topologia e identificação de componentes do subsistema de armazenamento fornecido;
- b) instalação e configuração física e lógica do subsistema;
- c) configuração de pools, RAID groups e demais componentes básicos;
- d) provisionamento e mapeamento de LUNs em sistemas operacionais Windows e VMWare com acesso por caminhos redundantes;
- e) configuração de todas as funcionalidades fornecidas, entre elas os snapshots, os clones, a replicação remota, e a migração de dados de storages externos;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- f) configuração de proteção contra perda de dados por meio de snapshots e recursos de resiliência contra ataques de ransomware;
- g) atualização dos componentes de software e de firmware do sistema;
- h) configuração de conectividade com a rede de armazenamento;
- i) administração e gerenciamento de configuração por meio de linha de comando e por meio de scripts;
- j) monitoração de desempenho on-line com geração de gráficos;
- k) monitoração de desempenho histórico, com criação e geração de relatórios de desempenho e de falhas;
- l) identificação e isolamento de falhas;
- m) resolução de problemas e incidentes;
- n) configuração de recursos de segurança como restrições de acesso de usuários, white lists e black lists.

2.2.8. O(s) instrutor(es) deverá(ão) ser certificados na administração/operação da solução de armazenamento oferecida;

2.2.9. Deverão ser fornecidas, no início do treinamento, apostilas que abordem todo o conteúdo programático, com base na documentação técnica dos equipamentos e softwares.

2.2.10. A Contratada fornecerá aos participantes aprovados nos programas de treinamento os respectivos certificados de conclusão.

2.2.11. Ao final da capacitação operacional, será realizada avaliação de qualidade, por parte dos participantes, em questionário fornecido pela Contratante, em escala de 0 (zero) a 10 (dez), que abrangerá os aspectos relativos ao instrutor, com peso 1 (um) e ao curso, com peso 2 (dois), conforme modelo do quadro abaixo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Questionário de Avaliação de Capacitação Operacional

Contratada:

Contrato:

Curso:

Período:

Instrutor:

Participante:

Avalie cada item em escala de 0 a 10. Considere a ordem crescente em seu grau de satisfação.

Sobre o Curso	Nota de 0 a 10
Conteúdo	
Carga horária	
Material didático	
Grau de aprendizado	

Sobre o Instrutor	Nota de 0 a 10
Segurança e domínio do conteúdo	
Clareza na exposição de ideias	
Capacidade de planejar e utilizar o tempo	
Condução lógica do programa	

2.2.12. Será adotada seguinte fórmula para a pontuação média, com base no questionário:

2.2.12.1. Média de avaliação do instrutor = (somatório das pontuações) / 4;

2.2.12.2. Média de avaliação do curso = (somatório das pontuações) / 4;

2.2.12.3. Pontuação = [(média da avaliação do instrutor) + 2 x (média da avaliação do curso)] / 3.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.2.13. A Contratada ficará obrigada a repetir a capacitação operacional caso a pontuação média, seja inferior a 5 (cinco) pontos em pelo menos 70% (setenta por cento) das avaliações dos participantes.

2.2.14. Caso a média da avaliação do instrutor seja inferior a 5 (cinco) pontos em pelo menos 70% (setenta por cento) das avaliações dos participantes, o instrutor deverá ser substituído.

2.3. Item 5 do objeto - Garantia de funcionamento, contemplando serviços de suporte e manutenção para subsistema de armazenamento de dados.

2.3.1. a solução fornecida será garantida, por meio de fornecimento de garantia do fabricante, para todos os equipamentos e softwares envolvidos, na totalidade de seu funcionamento, pelo prazo de 60 (sessenta) meses;

2.3.2. durante o prazo de garantia serão executados serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva em todos os equipamentos e softwares da solução, no regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, nas condições e prazos especificados no Termo de Referência.

3. GRUPO 3 DO OBJETO – AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO DA FITOTECA ROBOTIZADA

3.1. Item 6 do objeto - Unidades internas de fita de backup (drives) para fitoteca robotizada Quantum Scalar i6000

3.1.1. Situação atual: encontra-se em operação no ambiente de infraestrutura de TIC da Câmara dos Deputados, fitoteca robotizada marca Quantum, modelo i6000, número de série 273410909, com 24 (vinte e quatro) drives do tipo LTO8 e 4 (quatro) drives do tipo LTO7, cuja configuração detalhada pode ser vista no subitem 4.1 deste Anexo.

3.1.2. Serão fornecidos, instalados e ativados pela Contratada, 6 (seis) “drives” do tipo LTO-8 novos, para primeiro uso, totalmente compatíveis com a fitoteca Quantum Scalar i6000 descrita no subitem 4.1 deste Anexo, possuindo cada drive as seguintes características:

3.1.2.1. drives do tipo “Full-height”;

3.1.2.2. taxa de transferência nativa (sem compressão) mínima de 360 (trezentos e sessenta) MB/s;

3.1.2.3. capacidade nativa (sem compressão) mínima de 12 (doze) TB;

3.1.2.4. a compatibilidade do drive fornecido, com a fitoteca Quantum Scalar i6000 será comprovada pela figuração do modelo de drive fornecido na matriz de compatibilidade do fabricante da fitoteca robotizada.

3.1.3. Um quantitativo de 4 (quatro) do total de 6 (seis) drives LTO8 fornecidos, será instalado em substituição aos atuais 4 (quatro) drives LTO-7 presentes na



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

fitoteca Quantum. É de responsabilidade da Contratada a desinstalação destes drives, bem como a instalação dos novos drives LTO-8 fornecidos, em seu lugar.

3.1.4. Juntamente com os drives, serão fornecidos todos os componentes necessários para sua perfeita interconexão à fitoteca robotizada, incluindo placas controladoras, softwares e licenças de uso perpétuo necessárias, de forma que os novos drives se integrem plenamente ao ambiente da fitoteca robotizada, sem perda de funcionalidades para a estrutura de hardware, software e licenciamento existentes, e que as características e funcionalidades dos drives novos sejam as mesmas dos drives LTO8 já existentes, sem qualquer restrição.

3.1.5. Após a ampliação, a fitoteca robotizada deverá possuir o quantitativo mínimo de 30 (trinta) unidades do tipo LTO-8 ativas e funcionais.

3.1.6. Os drives LTO-8 fornecidos deverão ser totalmente compatíveis com o formato LTO7-M8, inclusive inicializando neste formato cartuchos LTO-7 padrão (novos, não pré-inicializados).

3.2. Item 7 do Objeto - Serviços de suporte técnico e manutenção para fitoteca robotizada Quantum Scalar i6000:

3.2.1. serão executados serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, por período de 60 (sessenta) meses, para todos os componentes da fitoteca robotizada Quantum Scalar i6000, no regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, conforme as condições e prazos especificados no Termo de Referência.

4. DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

Os elementos de infraestrutura abaixo descritos se encontram em operação, como parte integrante ou dependente da solução de cópias de segurança e arquivamento do Objeto:

4.1. Fitoteca robotizada

4.1.1. marca Quantum;

4.1.2. modelo Scalar i6000;

4.1.3. número de série 273410909;

4.1.4. 2 (dois) braços robóticos geração 2;

4.1.5. 24 (vinte e quatro) drives do tipo LTO8;

4.1.6. 4 (quatro) drives do tipo LTO7;

4.1.7. 5 (cinco) frames;

4.1.8. 1.435 (um mil e duzentos) slots físicos para fitas;

4.1.9. 1.200 (um mil e duzentos) slots físicos licenciados para fitas;

4.1.10. Relatório de configuração conforme quadro abaixo:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Library Configuration Record_2025-04-14 14:25:29 -0300:

Name: Scalar i6000 (Upgraded)

Product version: 815Q.GS08400

MCB2B version: 815G.GM08400

MCB2B board revision: 6

RCU2 version: 815G.GP023

RCU2 board revision: 6

CMB2 Version: 815G.GD04000

EEB version: 170G.GC00400

Serial Number: 273410909

Partition Count: 2

Module Count: 5

Tower Count: 0

Storage Slot Count: 1536

Unassigned Storage Slot Count: 336

Drive Count: 28

Unassigned Drive Count: 0

I/E Slot Count: 24

Unassigned I/E Slot Count: 0

Cleaning Slot Count: 6

COD Count: 1200

Used COD Storage Count: 1200

Used Non COD Storage Count: 0

Media Count: 630

Data Tape Count: 630

Cleaning Tape Count: 0

Library Time: 04/14/25-14:25:39 BRT (GMT-0300)

=====

Robot Information

Location: Left



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Serial Number: BU1536CEA00001

Firmware Version: 830G.TP002

Generation: Gen 2

Location: Right

Serial Number: BU1717CEA00014

Firmware Version: 830G.TP002

Generation: Gen 2

=====

Hardware

Library Frames = 5

Power supply serial numbers.

Frame 1: Power Supply A: S/N 004066. Src pwr is AC

Frame 1; Power Supply B: S/N 001239. Src pwr is AC

Frame 2: Power Supply A: S/N 004380. Src pwr is AC

Frame 2; Power Supply B: S/N 001252. Src pwr is AC

Power supply types.

Frame 1: Power Supply A: 1500 Watt rated. 219 Watt consumption

Frame 1: Power Supply B: 1500 Watt rated. 339 Watt consumption

Frame 2: Power Supply A: 1500 Watt rated. 158 Watt consumption

Frame 2: Power Supply B: 1500 Watt rated. 140 Watt consumption

=====

License Information

License description: Active Vault

Quantity: 1

License description: Capacity on Demand

Quantity: 1200

License description: Partition

Quantity: 32

License description: Advanced Reporting

Quantity: 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

License description: Path Failover/Native Storage Networking

Quantity: 2

=====

Drive Information

Vendor: IBM, Model: ULTRIUM-TD8, Firmware version: Q386,
Type: LTO8, Interface: Fibre, Serial numbers: 0WT018159,
10WT018435, 10WT014605, 10WT024206, 10WT018122,
10WT016767, 10WT014591, 10WT016693, 10WT035187,
90WT010297, 10WT023479, 10WT016759, 10WT035668,
10WT023187, 10WT016736, 91WT007605, 10WT016753,

10WT035748, 10WT018141, 10WT016762, 10WT016746,
10WT024034, 10WT018424, 10WT016758, 10WT016758,

Vendor: IBM, Model: ULTRIUM-TD7, Firmware version: Q386,
Type: LTO7, Interface: Fibre, Serial numbers: 10WT045597,
10WT045600, 10WT045334, 10WT045593

4.2. Software de backup corporativo Commvault

4.2.1. Software de backup Commvault Versão 11.28;

4.2.2. Commcel ID 100A94;

4.2.3. 120 (cento e vinte) licenças do tipo "VM Socket" para ambiente de virtualização;

4.2.4. 16 (dezesseis) Licenças para servidores físicos;

4.2.5. Relatório de licenciamento conforme quadro abaixo.

License summary

Generated on: 14 de abr. de 2025 14:21:53

"CommCellID","CommCell","RegistrationCode","Version","TimeZo
ne""

"100A94","xxxxx_Node","xxx-xxx-0C40","11.28.129","E. South
America Standard Time""

"Last Collection Time","License Expiry""

"Apr 14, 2025, 12:00:00 AM","N/A""

Commvault Complete OI Licenses

"License","Available Total (instances)","Used
(instances)","Summary""

"Operating Instances","16","9","56.25%""



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

"Virtual Operating Instances,""24000"",""1194"",""4.98%""

Virtualization Licenses

"License,""Available Total"",""Used"",""Summary""

"VM Sockets,""120"",""112"",""93.33%""

4.3. Computadores servidores físicos conectados à rede de armazenamento por meio dos seguintes modelos de placas Fibre Channel HBA:

- 4.3.1. Qlogic QLE2692 Dual Port 16Gb;
- 4.3.2. QLogic QLE2662 16Gb;
- 4.3.3. Emulex LPe16002B-M6-D 2-Port 16Gb;
- 4.3.4. Emulex LPe35002 Dual Port FC32.

4.4. Switches de rede de armazenamento:

4.4.1. Switches do tipo “director” EMC modelo Connectrix DCX 8510-B, com portas FC de 16 Gbps e FOS (Fabric operating system) Brocade versão 8.2.3c1.

4.5. Subsistemas de armazenamento:

- 4.5.1. Hitachi, modelo G700, capacidade bruta de 1.710 TB em discos do tipo NL-SAS;
- 4.5.2. Huawei, modelo Dorado 5000 V6, com capacidade bruta de 1.474 TB em discos do tipo NVMe.

4.6. Sistemas Operacionais

- 4.6.1. Microsoft Windows Server 2016, 2019 e 2022;
- 4.6.2. Linux Red Hat Linux Enterprise versão 7.x ou superior;
- 4.6.3. VMWare VMWare ESX versão 7x e 8.x.

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



ANEXO 1-C
NÍVEIS DE SERVIÇO (GRUPOS 1, 2 E 3)

1. Os serviços executados a título de suporte técnico, manutenção e atualização descritos no subitem 5.17 e seguintes do Anexo 1-A serão assim aferidos:

1.1. após o encerramento de cada período mensal de referência, será apurado o atingimento dos níveis de serviços frente às exigências do subitem 5.17 do Anexo 1-A, que validará:

1.1.1. a qualidade dos serviços executados ao longo do período mensal de referência, por meio do cálculo do IQS (Índice de Qualidade dos Serviços), conforme subitem 1.2 deste Anexo; e

1.1.2. a disponibilidade dos equipamentos e ou softwares da solução durante todo o período mensal de referência, por meio do cálculo do IDS (Índice de Disponibilidade da Solução), aferido conforme subitem 1.3 deste Anexo.

1.1.3. O primeiro período mensal de referência inicia-se da data de emissão do aceite definitivo de ativação e os períodos subsequentes se iniciam sempre no mesmo dia dos meses seguintes.

1.2. **Índice de Qualidade dos Serviços (IQS):** o IQS esperado é de 100% e sofre abatimento, em caso de não observância plena, por parte da Contratada, das condições e/ou prazos especificados no subitem 5.17 e seguintes do Anexo 1-A. O abatimento é quantificado pelo Fator de Abatimento por Qualidade dos Serviços (**FAQS**), conforme expressão matemática (1).

$$\text{IQS} = 100\% - \text{FAQS} \quad (1)$$

1.2.1. O FAQS, é uma porcentagem de abatimento que incidirá sobre o valor do pagamento mensal previsto para os serviços e será calculado conforme expressão matemática (2), que resulta da soma dos seguintes componentes:

$$\text{FAQS} = \text{FAPA} + \text{FAPR} + \text{FAIA} + \text{FART} \quad (2)$$

onde:

1.2.1.1. FAPA (fator de Abatimento por inobservância do prazo de atendimento), definido no subitem 1.2.2 deste Anexo;

1.2.1.2. FAPR (fator de abatimento por inobservância do prazo de resolução), definido no subitem 1.2.3 deste Anexo;

1.2.1.3. FAIA (fator de abatimento por inobservância do requisito de instalação de atualizações), definido no subitem 1.2.4 deste Anexo; e

1.2.1.4. FART (fator de abatimento pela não entrega de relatório técnico), definido no subitem 1.2.5 deste Anexo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

1.2.2. A inobservância do prazo máximo de atendimento e/ou do prazo máximo de atendimento no local, definidos respectivamente no subitem 5.23, alíneas a) e b), do Anexo 1-A, enseja a aplicação do FAPA (fator de abatimento por inobservância do prazo de atendimento), calculado conforme expressão matemática (3):

$$\text{FAPA} = [1,4\% \text{ (um inteiro e quatro décimos por cento) por hora}] \times (\text{Núm.de horas acima do prazo de atendimento definido}) \text{ (3)}$$

1.2.2.1. a contagem do quantitativo de horas acima do prazo de atendimento e/ou do prazo de atendimento no local, conforme subitem 5.23, alíneas a) e b), do Anexo 1-A, será interrompida ao ser atingido o respectivo prazo máximo de resolução, definido no subitem 5.23, alíneas c) a e), do Anexo 1-A, observada a severidade do chamado.

1.2.3. A inobservância dos prazos máximos de resolução, definidos no subitem 5.23, alíneas c) a e), do Anexo 1-A, enseja a aplicação do FAPR (fator de abatimento por inobservância do prazo de resolução), conforme expressão matemática (4), que considera o nível de severidade do chamado por meio do parâmetro "Peso":

$$\text{FAPR} = (\text{Peso}) * (\text{Número de horas acima do prazo de resolução definido para cada severidade}) \text{ (4)}$$

1.2.3.1. O parâmetro "Peso" assumirá os valores do Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Peso das horas de atraso para o FAPR, por Item do objeto, para cada nível de severidade			
	Severidade alta	Severidade moderada	Severidade baixa
Grupo 1	Peso = 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) por hora	Peso = 0,7% (sete décimos por cento) por hora	Peso = 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) por hora
Grupo 2	Peso = 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) por hora	Peso = 0,84% (oitenta e quatro centésimos por cento) por hora	Peso = 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) por hora
Grupo 3	Peso = 0,84% (oitenta e quatro centésimos por cento) por hora	Peso = 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) por hora	Peso = 0,14% (quatorze centésimos por cento) por hora

1.2.4. A inobservância do requisito previsto definidos no subitem 5.17.5, do Anexo 1-A (fornecer ou instalar os pacotes de correção e atualização), considerando todas as exigências descritas nos subitens 5.17.5 a 5.17.7.4 e/ou os prazos previstos nos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

subitem 5.17.8, enseja a aplicação do FAIA (fator de abatimento por inobservância do requisito de instalação de atualizações), calculado conforme expressão matemática (5):

$$\text{FAIA} = (\text{Graduação}) \times (\text{Número de dias de atraso, conforme subitem 5.17.8, Anexo 1-A}) \quad (5)$$

1.2.4.1. O parâmetro “Graduação” assumirá os valores abaixo:

1.2.4.1.1. para o Grupo 1 do objeto: 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento);

1.2.4.1.2. para o Grupo 2 do objeto: 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento);

1.2.4.1.3. para o Grupo 3 do objeto: 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento).

1.2.5. A inobservância do requisito previsto no subitem 5.37 do Anexo 1-A (entregar relatório técnico de atendimento dentro do prazo previsto naquele subitem), enseja a aplicação do FART (fator de abatimento de relatório técnico), calculado conforme expressão matemática (6) abaixo, para cada relatório não entregue:

$$\text{FART} = [1,1\% \text{ (um inteiro e um décimo por cento) por dia}] \times (\text{número de dias de atraso}) \quad (6)$$

1.3. **Índice de Disponibilidade da Solução (IDS):** O IDS esperado é de 100% e sofre abatimento do Fator de Abatimento por Indisponibilidade da Solução (**FAIS**), segundo a expressão matemática (7), em caso de não atendimento, por parte da Contratada, da Taxa Útil Operacional (**TUO**), calculada mensalmente, segundo metodologia descrita no subitem 1.3.2 deste Anexo.

$$\text{IDS} = 100\% - \text{FAIS} \quad (7)$$

1.3.1. O **FAIS**, calculado conforme definição no subitem 1.3.3 deste Anexo, representa uma porcentagem de abatimento que incidirá sobre o pagamento mensal previsto para os serviços e seu valor máximo será limitado a 100%;

1.3.2. A Taxa Útil Operacional (**TUO**) é a porcentagem da disponibilidade real da solução, em relação ao total de horas do período mensal, descontados os períodos de paradas programadas. São consideradas como horas de indisponibilidade da solução, as interrupções de serviço decorrentes de problemas com nível de severidade alta, conforme definição do subitem 5.22.1 do Anexo 1-A.

1.3.2.1. A contagem do número de horas de indisponibilidade da solução será iniciada com a abertura do chamado técnico e encerrada com o restabelecimento do perfeito estado de funcionamento dos serviços;

1.3.2.2. A totalização das horas de indisponibilidade será realizada mensalmente pela Contratante, no final do período mensal de referência, a partir dos registros dos chamados técnicos;

1.3.2.3. A TUO esperada é de 100% (cem por cento) e será calculada por meio da expressão matemática (8), sendo considerada a parte inteira e duas casas decimais do resultado:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

$$TUO = \frac{THM - TPP - THP}{THM - TPP} \times 100 \quad (8)$$

Em que:

THM = Total de horas do período mensal (24 * número de dias do mês);

THP = Somatório do total de horas paradas devido a problemas com nível de severidade alta, durante o período mensal;

TPP = Total de horas paradas programadas durante o período mensal, por solicitação da Contratante ou ainda, por solicitação da Contratada em decorrência de necessidade de atendimento às regras de manutenção previstas pelo fabricante, sempre com abertura de chamado técnico.

1.3.3.O **FAIS** (Fator de Abatimento por Indisponibilidade), será calculado conforme expressão matemática (9):

$$\mathbf{FAIS} = (100\% - TUO) \times (\text{Impacto}) \quad (9)$$

1.3.3.1. O parâmetro “Impacto” aumenta conforme o tempo total de indisponibilidade, assumindo os valores mostrados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Peso da TUO no FAIS, por Item do Objeto, conforme faixa de TUO		
	TUO aferida seja menor do que 100% (cem por cento) e maior/igual a 96,66% (noventa e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento).	TUO aferida seja menor do que 96,66% (noventa e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento).
Grupo 1	Impacto = 4 (quatro)	Impacto = 8 (oito)
Grupo 2	Impacto = 4 (quatro)	Impacto = 8 (oito)
Grupo 3	Impacto = 2 (dois)	Impacto = 4 (quatro)

1.3.3.2. O FAIS será limitado ao valor calculado (resultante) de TUO mensal de 90% (noventa por cento).

1.3.3.3. O não atendimento da TUO, sem justificativa aceita pela Contratante, ensejará a aplicação de multa prevista no item 6 da tabela de sanções administrativas do subitem 12.5.2 do Contrato, sempre que o valor apurado de TUO for inferior a:

1.3.3.3.1. Para o Grupo 1 do objeto: 90% (noventa por cento);



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

1.3.3.3.2. Para o Grupo 2 do objeto: 92% (noventa e dois por cento);

1.3.3.3.3. Para o Grupo 3 do objeto: 85% (oitenta e cinco por cento);

1.3.3.4. Adicionalmente, em caso de reincidência do não atendimento da TUO, nos termos do subitem 1.3.3.3, está prevista a aplicação da sanção descrita no subitem 12.6.3 do Contrato.

1.3.4. Sempre que o IQS (Índice de Qualidade dos Serviços) e/ou o IDS (Índice de Disponibilidade da Solução) for(em) inferiores a 100% (cem por cento) será aplicado o Fator de Abatimento no Pagamento (**FAP**), em relação ao pagamento mensal previsto, calculado a partir da soma dos valores do FAQS e do FAIS, conforme expressão matemática (10).

$$\mathbf{FAP} = (\text{FAQS} + \text{FAIS}) \quad (10)$$

1.3.5. O FAP está limitado a 90% (noventa por cento), de maneira que, na ocorrência de resultado do FAP superior a 90% (noventa por cento), o valor assumido será de 90% (noventa por cento).

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

ANEXO 2
MODELO DA PROPOSTA

(Anexo disponível também em documento WORD (.doc), para edição.)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90046/2026

OBJETO: Aquisição de licenças de software de backup corporativo da marca **Commvault** incluindo serviços de suporte técnico e manutenção pelo período de 60 (sessenta) meses; subsistema de armazenamento de dados intermediário para backup incluindo capacitação operacional e serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; unidade interna de fita backup para fitoteca robotizada (Quantum Scalar i6000) incluindo serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; fitas magnéticas regraváveis do tipo LTO8 e fitas magnéticas de limpeza padrão LTO

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

À

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO /VERSÃO	PART NUMB ER	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
GRUPO 1 (Itens 1 e 2)	SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO COM SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO/ MANUTENÇÃO							
1	LICENÇAS DE SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO	COMMVAULT			CJ	1		
2	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO COMMVAULT				SV*	60		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO /VERSÃO	PART NUMB ER	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
PREÇO TOTAL DO GRUPO 1 (R\$)								
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:								
GRUPO 2 (Itens 3 a 5)	SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS INTERMEDIÁRIO PARA BACKUP, COM CAPACITAÇÃO OPERACIONAL E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO							
3	SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS				UN	1		
4	CAPACITAÇÃO OPERACIONAL EM SUBSISTEMAS DE ARMAZENAMENTO				SV	1		
5	GARANTIA DE FUNCIONAMENTO				SV*	60		
PREÇO TOTAL DO GRUPO 2 (R\$)								
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:								
GRUPO 3 (Itens 6 e 7)	UNIDADE INTERNA DE FITA DE BACKUP PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000, COM SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO							
6	UNIDADE INTERNA DE FITA DE BACKUP PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000				UN	6		
7	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000				SV*	60		
PREÇO TOTAL DO GRUPO 3 (R\$)								
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:								
ITENS NÃO AGRUPADOS								
8	FITAS MAGNÉTICAS REGRAVÁVEIS DO TIPO LTO8, COM ACESSÓRIOS – PARTICIPAÇÃO ABERTA – VINCULADO AO ITEM 9				UN	285		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:								
9	FITAS MAGNÉTICAS REGRAVÁVEIS DO TIPO LTO8, COM ACESSÓRIOS – PARTICIPAÇÃO				UN	95		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO /VERSÃO	PART NUMB ER	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
	EXCLUSIVA ME/EPP – VINCULADO AO ITEM 8							
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:								
10	FITAS MAGNÉTICAS DE LIMPEZA PADRÃO LTO – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP				PÇ	8		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:								

* Cada unidade de serviço dos itens 2, 5 e 7 do objeto se refere a um mês de prestação de serviço.

O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico e nesta proposta incluem todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega e prestação dos serviços do objeto na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

Declaramos que o(s) item(ns) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações e às condições de execução dos serviços descritas no Edital, às quais aderimos formalmente.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Edital).

PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO: CONFORME O DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA

PRAZO DE ENTREGA E ATIVAÇÃO/INSTALAÇÃO DO OBJETO (ITENS 1, 3 E 6): _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Termo de Referência).

PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO (ITENS 8, 9 E 10): _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Termo de Referência).

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME O DISPOSTO NO EDITAL.

Para os grupos 1, 2 e 3 do objeto:

Declaramos que seremos responsáveis pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços contratados – incluindo consumíveis, peças substituídas, embalagens e demais materiais – em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei n. 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a NBR 10.004 (classificação de resíduos sólidos).

Declaramos que os equipamentos ofertados, caso necessário, receberão atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante.

Declaramos que disponibilizaremos equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Declaramos que informaremos os preços unitários dos equipamentos, das peças e dos demais componentes que integram o objeto da licitação sempre que solicitado pela Câmara dos Deputados, para fins de registro patrimonial.

Declaramos que disponibilizaremos, na data da assinatura do Contrato, Centro de Suporte com atendimento em português do Brasil, indicando as formas de contato (número de telefone e/ou site Internet).

Declaramos que não possuímos restrição do fabricante dos equipamentos em tela para aquisição de peças de reposição.

Para o Grupo 2 do objeto:

Declaramos que ofereceremos garantia de funcionamento do fabricante pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses; que os equipamentos e os softwares constantes da solução proposta pertencem à atual linha de produção do fabricante, na data da abertura da licitação; e que não há publicação de anúncio, pelo fabricante, da descontinuidade dos serviços de suporte (*End of Support - EOS* ou *End of Service - EOS*) dentro de 60 (sessenta) meses, contados da data da abertura da licitação.

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO	
Nome do signatário	
Cargo	
Qualificação (naturalidade e domicílio)	
OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do Contrato.	

MODALIDADE DE GARANTIA PARA O ITEM 3 DO GRUPO 2 DO OBJETO:

De acordo com o disposto no Termo de Referência anexo ao Edital, informamos que, caso o objeto nos seja adjudicado, optaremos pela seguinte modalidade de garantia de execução do contrato (artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021):

REQUISITOS*	Comprovação (número da página da proposta que comprove o requisito)
1. GRUPO 1 do Objeto – Ampliação, suporte e manutenção do software de backup corporativo	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

1.1. Item 1 do objeto - Licenças de software de backup corporativo Commvault	
1.1.3. Será fornecido e ativado, pela Contratada, um conjunto de 39 (trinta e nove) licenças do tipo "VM Socket", em adição às 120 (cento e vinte) licenças atualmente existentes no licenciamento Commcel ID 100A94 da Câmara dos Deputados;	
1.1.4. As licenças fornecidas terão as mesmas características e funcionalidades das 120 licenças "VM Socket" já existentes, incluindo a modalidade de uso perpétuo.	
1.1.5. Todas as 120 (cento e vinte) licenças originais do Commcell ID 100A94 deverão ser mantidas inalteradas após a adição das 39 (trinta e nove) novas licenças, resultando no total de 159 (cento e cinquenta e nove) licenças do tipo "VM Sockets".	
2. GRUPO 2 do Objeto - Subsistema de armazenamento de dados intermediário para backup:	
2.1. Item 3 do objeto - Subsistema de armazenamento de dados com capacidade de armazenamento de 2.153 (dois mil cento e cinquenta e três) TiB líquidos:	
2.1.1. REQUISITOS GERAIS	
2.1.1.1. O equipamento deve ser novo, para primeiro uso, ainda em linha de fabricação, sem anúncio de descontinuidade (EOL – "End of Life") na data da abertura da licitação.	
2.1.1.2. O sistema operacional dos subsistemas de armazenamento deve ser desenvolvido, mantido e suportado pelo fabricante do equipamento. Não serão aceitos sistemas operacionais OEM ("Original Equipment Manufacturer").	
2.1.1.4. Todos os softwares e todas as funcionalidades exigidos deverão estar licenciados para a capacidade total de armazenamento fornecida, exceto nos casos em que houver especificação diversa.	
2.1.1.5. Todas as licenças de softwares oferecidas serão na modalidade de licenciamento perpétuo (definitivo) em nome da Câmara dos Deputados, assim como todas as atualizações ou novas versões de software instaladas durante o período de garantia de funcionamento.	
2.1.2. REQUISITOS TECNOLÓGICOS MÍNIMOS	
2.1.2.1. O subsistema de armazenamento deverá possuir controladoras redundantes, em número par, de modo que, na falha de uma controladora ou porta da controladora, outra controladora assuma, de forma automática, sem intervenção manual, o tráfego do elemento em falha, sem interrupção dos serviços, mantendo a operação normal na capacidade total de armazenamento, de número mínimo de LUNs ativas e de hosts conectados, considerando ainda:	
2.1.2.1.1. todos os discos de back-end sejam acessíveis por meio de qualquer uma das controladoras;	
2.1.2.1.2. qualquer interface de front-end seja capaz de apresentar qualquer volume lógico do subsistema de armazenamento com áreas de discos localizados em qualquer gaveta do back-end;	
2.1.2.1.3. não seja baseado em virtualização de componentes externos ao subsistema de discos.	
2.1.2.2. Arquitetura interna de alta disponibilidade, sem ponto único de falha, sendo que a falha de qualquer componente ativo não impedirá o completo funcionamento do subsistema.	
2.1.2.3. Acesso à totalidade dos dados armazenados por meio de um conjunto de portas externas e caminhos redundantes entre os servidores e o subsistema de armazenamento, suportando a recuperação automática de falhas nos caminhos, a fim de garantir o contínuo acesso dos servidores aos dados.	
2.1.2.4. Todos os volumes lógicos (LUNs) serão acessíveis por meio de, pelo menos, duas controladoras.	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.2.5. Possuir caminhos alternativos, em caso de falha de algum componente, configurados de forma automática e transparente, considerando os recursos definidos no subitem 2.1.2.18 do Anexo, sem perda de nenhuma funcionalidade, mesmo se tratando de componentes externos, tais como portas de switch e cabeamento, com implementação de fail-over automático para todos os componentes.	
2.1.2.6. Viabilizar atividades de manutenção técnica tais como substituição de discos, controladoras, fontes, ventiladores, cabos, bem como ampliação de capacidade, alteração de características funcionais e upgrade de código (firmware) de qualquer componente do subsistema, de forma não disruptiva, sem necessidade de desligamento de equipamentos nem interrupção dos serviços de produção.	
2.1.2.7. Os equipamentos deverão ser fornecidos juntamente com seus racks próprios, homologados pelo fabricante, além de todos os elementos necessários para sua correta fixação, como trilhos, parafusos, ferragens, bem como cabos de alimentação.	
2.1.2.8. Possuir tomadas elétricas organizadas em unidades de distribuição de força (PDUs) que atendam a todos os equipamentos a serem instalados nos racks, considerando que:	
2.1.2.8.1. a alimentação elétrica será em 220 (duzentos e vinte) Volts fase-neutro e 60 (sessenta) Hertz, por meio de, no mínimo, duas fontes de energia independentes, em circuitos monofásicos com capacidade de corrente máxima de 32 Amperes cada;	
2.1.2.9. Os itens fonte de alimentação, controladoras, ventiladores e discos rígidos devem ser redundantes, hot-pluggable/hot-swappable, permitindo manutenção, reparo, substituição e acréscimo desses componentes com o sistema em operação.	
2.1.2.10. Possuir redundância para fontes de alimentação, controladoras, processadores, cabos de interconexão, cache, baterias do cache e ventiladores, além de utilizar alimentação elétrica a partir de no mínimo duas fontes externas independentes.	
2.1.2.10. Possuir redundância para fontes de alimentação, controladoras, processadores, cabos de interconexão, cache, baterias do cache e ventiladores, além de utilizar alimentação elétrica a partir de no mínimo duas fontes externas independentes.	
2.1.2.11. Suportar configurações de redundância em RAID 5, RAID 6, RAID HA ou superiores.	
2.1.2.13. Para equipamentos híbridos, possuir funcionalidade de migração automática de dados entre camadas de armazenamento realizando, sem perda de acesso, a migração de blocos ou subáreas de LUNs entre diferentes camadas existentes no subsistema de armazenamento, considerando:	
2.1.2.14. Suportar recurso de hot-spare global para as unidades de disco, ou seja, havendo falha em qualquer disco do subsistema, qualquer área de hot-spare da mesma camada terá condições de substituir o disco em falha, sem perdas e sem intervenção manual.	
2.1.2.15. A proporção entre a área mínima de discos destinada a hot-spare global e a área total de discos de cada camada deverá seguir a recomendação do fabricante, obedecendo à razão maior ou igual a 1 (um) disco de hot-spare para cada 23 (vinte e três) discos instalados.	
2.1.2.16. Prover mecanismos de proteção dos volumes lógicos com "LUN Masking", objetivando restringir o acesso a determinado volume lógico (LUN) para um servidor ou conjunto de servidores específicos, físicos ou virtuais.	
2.1.2.17. Suportar a criação de LUNs com capacidade de até 128 (cento e vinte o oito) TB.	
2.1.2.18. Implementar recursos de multi-path para acesso via FC, com software para failover e balanceamento de carga, viabilizando mais de um caminho de acesso dos servidores ao subsistema de armazenamento, garantindo que, no caso de falha de um caminho, o outro assuma todo o tráfego, sem interrupção de acesso.	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.2.19. Implementar funcionalidade de cópias instantâneas, por meio de cópia física dos dados (cópia tipo “clone”) e de ponteiros (cópia tipo snapshot), licenciadas para a capacidade total fornecida no equipamento, considerando:	
2.1.2.19.1. a funcionalidade deverá ser implementada pelo subsistema de armazenamento, configurada em sua estação de gerência, sem a necessidade de equipamentos ou softwares externos adicionais para a realização das cópias;	
2.1.2.19.2. caso as cópias por meio de ponteiros necessitem de área adicional de armazenamento para estabelecimento inicial das cópias, deverá ser fornecida em acréscimo ao valor especificado no subitem 2.1.3.1 deste Anexo.	
2.1.2.20. Viabilizar a criação de snapshots imutáveis (protegidos contra remoção ou alteração), de forma a robustecer proteção contra remoção indevida de dados armazenados, contemplando:	
2.1.2.20.1. recursos para definição do período de tempo pelo qual os snapshots permanecem imutáveis após sua criação (período de imutabilidade ou retenção);	
2.1.2.20.2. implementação de exigência, para a remoção de snapshots antes do final do seu período de imutabilidade e para a redução do seu período de imutabilidade, da autorização de ao menos 2 (dois) administradores do subsistema ou, alternativamente, a autorização do fabricante (a ser obtida via chamado técnico).	
2.1.2.21. Prover funcionalidade de provisionamento dinâmico (thin provisioning ou provisionamento virtual), permitindo a criação de LUNs que consumam a capacidade de armazenamento especificada apenas sob demanda de novas gravações nos servidores, ou seja, a simples criação da LUN não pré-aloca a sua área total.	
2.1.2.22. Possuir funcionalidade de migração manual de LUNs inteiras entre áreas de dados diferenciadas existentes no subsistema (“pools de armazenamento”), sejam elas da mesma camada ou de camadas distintas, sem interrupção do acesso à LUN, incluindo a monitoração da evolução das migrações em andamento.	
2.1.2.24. Possuir funcionalidades de Qualidade de Serviço (QoS), viabilizando a priorização do desempenho de determinadas LUNs ou hosts, com base na quantidade de operações por segundo (IOPS) ou largura de banda.	
2.1.2.25. Possuir funcionalidade de migração de dados entre equipamentos de fabricantes distintos, permitindo a migração dos dados dos equipamentos descritos nos subitens 4.5 para nos equipamentos ofertados, com licenciamento válido por, no mínimo, 6 (seis) meses após a data do Aceite de Ativação da solução.	
2.1.2.26. Possuir funcionalidade de criptografia para os dados armazenados implementada de forma nativa pelo próprio equipamento, visando a proteção dos dados de acesso não autorizado quando os dispositivos de armazenamento forem removidos fisicamente do sistema de armazenamento.	
2.1.2.26.1. criptografia padrão AES ou superior, com chave de, no mínimo, 256 bits e tecnologia Encryption at Rest.	
2.1.3. REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE	
2.1.3.1. Capacidade líquida de armazenamento instalada, livre para uso com alocação convencional, sem considerar redução de dados com compressão e deduplicação ou ainda provisionamento virtual, de pelo menos de 2.153 (dois mil cento e cinquenta e três) TiB.	
2.1.3.1.1. da capacidade total de armazenamento solicitada, no mínimo 148 (cento e quarenta e oito) TiB deverão ser em drives do tipo SSD ou Flash, tecnologia SLC ou enterprise Flash, incluindo enterprise rate cMLC, eMLC (Enterprise Multi-Level Cell), 3D-TLC (Triple-Level Cell) ou SLC (Single-Level Cell), ou superiores;	
2.1.3.1.2. serão aceitos equipamentos do tipo All-flash e permitido, neste caso específico, o emprego de discos do tipo QLC (Quad-Level Cell), além dos tipos de discos elencados no subitem 2.1.3.1.1 acima;	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.3.1.3. proteção em RAID 6 (seis), em que cada grupo RAID é composto de, no máximo, 8 (oito) discos de dados e de, no mínimo, 2 (dois) discos de paridade, ou superior.	
2.1.3.2. A capacidade líquida de armazenamento instalada é a quantidade líquida disponível para armazenamento de dados, ou seja, as áreas extras (spare), as áreas de redundâncias para proteção RAID, as áreas de sistema, áreas de ponteiros e as áreas de controle das funcionalidades de compressão e deduplicação deverão ser providas em acréscimo.	
2.1.3.3. Possuir um conjunto de interfaces de front-end para conexões externas, considerando:	
2.1.3.3.1. mínimo de 16 (dezesseis) portas FC de front end, externas, nativas e independentes, com capacidade mínima de 32 (trinta e dois) Gbps full duplex cada, distribuídas igualmente entre todas as controladoras, destinadas à conexão, via rede de armazenamento, de servidores e de subsistemas de armazenamento;	
2.1.3.3.2. todas as portas FC com transceptores SFP instalados, de 32 (trinta e dois) Gbps, com conectividade também a 16 (dezesseis) Gbps, no padrão SWL, com conectores tipo LC, viabilizando conexão à SAN por meio de fibras óticas duplas multi-modo.	
2.1.3.4. Garantir, na configuração solicitada, taxa de transferência sustentada mínima de 2.145 (dois mil, cento e quarenta e cinco) MB/s, considerando:	
2.1.3.4.1. carga de trabalho com acesso 100% sequencial com 20% de leitura e 80% de escrita;	
2.1.3.4.2. blocos de 128 kB;	
2.1.3.4.3. cache hit de zero para escrita e leitura;	
2.1.3.4.4. algoritmo(s) de redução de dados (desduplicação e/ou compressão) não ativados;	
2.1.3.4.5. a comprovação se dará por meio de ferramenta de modelagem ("sizing") oficial do fabricante, em que conste o atendimento conjunto dos requisitos 2.1.3.4 a 2.1.3.4.4 acima, considerando a configuração de equipamento e software proposta.	
2.1.3.5. Possuir memória cache em volume e capacidade compatível com o desempenho requerido, protegida por ECC ou similar, considerando ainda:	
2.1.3.5.1. arquitetura com redundância de cache, viabilizando a gravação de todas as operações de escrita em, pelo menos, duas áreas de memória localizadas em controladoras distintas;	
2.1.3.5.2. área de memória de escrita, não volátil ou espelhada entre as controladoras, com mecanismo que garanta a integridade dos dados presentes em memória e ainda não gravados em disco em caso de falha de uma das controladoras ou falta súbita de energia;	
2.1.3.5.5. Possuir mecanismo de proteção que viabilize, em casos de falha de energia elétrica, a gravação dos dados de memória em disco ou área não volátil, garantindo a integridade e a disponibilidade dos dados após o restabelecimento da energia elétrica.	
2.1.3.6. Suportar conexão simultânea por meio da rede SAN de, no mínimo, 4.096 (quatro mil e noventa e seis) hosts (servidores físicos) de forma simultânea, com permissão de acesso a áreas específicas do subsistema de armazenamento.	
2.1.3.7. Suportar a criação de, no mínimo, 12.000 (doze mil) discos lógicos (LUNs), já excluídos aqueles gerados pelos recursos de cópias instantâneas especificados no subitem 2.1.2.19 deste Anexo.	
2.1.4. REQUISITOS DE GERENCIAMENTO	
Prover central de gerenciamento viabilizando as atividades de monitoração, controle e configuração do subsistema de armazenamento fornecido, a partir de servidor virtual de gerência já disponível na Câmara dos Deputados, nas plataformas Microsoft Windows Server 2019 ou Linux RedHat 7 (ou superiores), incluindo:	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.4.1.	disponibilidade de gerenciamento via interface gráfica e por meio de linha de comando (CLI).	
2.1.4.2.	envio de mensagens de e-mail ao administrador em caso de falhas de qualquer dos componentes e falhas iminentes dos discos.	
2.1.4.3.	criação e configuração, através do software de gerenciamento, de Raid Groups e volumes lógicos (LUNs).	
2.1.4.4.	visualização e configuração da distribuição de cada LUN pelas camadas de armazenamento.	
2.1.4.5.	balanceamento de carga entre as controladoras, permitindo a definição de controladora preferencial por LUN ou o funcionamento das controladoras em regime ativo/ativo.	
2.1.4.6.	monitoramento proativo que permita a detecção e isolamento de falhas antes mesmo que elas ocorram.	
2.1.4.7.	abrangerá a monitoração de condições físicas tais como de energia e de temperatura, detecção e isolamento de erros de memória, placas, processadores, controladoras e discos, gerando logs de erros e alertas, inclusive acionamento automático da reposição de discos ("hot-spare").	
2.1.4.8.	análise do desempenho instantâneo e histórico do equipamento com:	
2.1.4.8.1.	plotagem mínima para desempenho instantâneo de 3 (três) amostras por minuto;	
2.1.4.8.2.	retenção de, no mínimo, uma amostra a cada 5 (cinco) minutos para análise histórica, por período mínimo de 30 (trinta) dias.	
2.1.4.9.	contemplar em ambos os casos, no mínimo, as informações de:	
2.1.4.9.1.	taxas de I/O por segundo e bytes por segundo para leitura e para escrita por LUN;	
2.1.4.9.2.	taxas de transferência por porta de front-end;	
2.1.4.9.3.	tempos de resposta para leitura e para escrita por LUN;	
2.1.4.9.4.	percentual de acertos de cache; e	
2.1.4.9.5.	taxa de utilização dos discos.	
2.1.4.10.	suporte ao protocolo SNMP para gerenciamento e envio de alertas para a console de gerenciamento centralizada.	
2.1.4.11.	notificação de eventos críticos, pré-falhas e falhas ao administrador, além de geração de relatórios para todos os eventos relacionados ao subsistema de armazenamento, sejam eles de falhas, avisos ou configurações.	
2.1.4.12.	autenticação de usuários e definição de perfis distintos de permissões por meio de cadastramento de usuários no equipamento contemplando a criação de, no mínimo, 2 perfis de usuários distintos, com atribuições (roles) específicas.	
2.1.4.13.	controle, criação, alocação, realocação e expansão dos volumes lógicos para os servidores, de forma dinâmica, sem interrupção dos serviços vinculados ao servidor.	
2.1.4.14.	administração do provisionamento dinâmico de LUNs, com recursos para identificar o espaço efetivamente consumido por cada LUN.	
2.1.4.15.	configuração, monitoração e controle dos recursos de cópias instantâneas por meio de cópias físicas e de ponteiros, com identificação do espaço efetivamente consumido por cada cópia instantânea.	
2.1.4.15.1.	recursos de agendamento da ativação e da reativação de cópias instantâneas, com envio de mensagens aos administradores sobre o resultado da execução.	
2.1.4.16.	configuração, monitoração e controle de cópias manuais ou migração de dados entre grupos RAID ou entre áreas distintas do subsistema de armazenamento.	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.4.18. Realizar, de forma automática, os chamados ao fabricante para viabilizar atividades de manutenção, por meio de capacidade de call-home, que pode ser implementada via e-mail ou via VPN.	
2.1.5. REQUISITOS DE COMPATIBILIDADE	
2.1.5.1. Deverá possuir suporte nos Sistemas Operacionais Microsoft Windows Server, elencados no subitem 4.6.1, comprovado pela HCL ("Hardware Compatibility List") da Microsoft, por meio da por meio da figuração do modelo ou série do equipamento proposto na lista de compatibilidade "Windows Server Catalog".	
2.1.5.2. Deverá possuir compatibilidade com VMWare ESX nas versões elencadas no subitem 4.6.3, com suporte a VAAI, comprovado por meio da figuração do modelo ou série do equipamento no guia de compatibilidade do fabricante VMWare.	
2.1.5.3. Deverá possuir compatibilidade com RedHat Enterprise Linux versão 7 ou superior, com comprovação por meio de lista de compatibilidade do fabricante dos equipamentos ou do fabricante do sistema operacional mencionado.	
2.1.5.4. Compatibilidade plena com os switches de rede de armazenamento identificados no subitem 4.4, comprovada pela figuração destes equipamentos na matriz de compatibilidade do subsistema de armazenamento fornecido.	
3. GRUPO 3 DO OBJETO – AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO DA FITOTECA ROBOTIZADA	
3.1. Item 6 do Objeto - Unidades internas de fita de backup (drives) para fitoteca robotizada Quantum Scalar i6000	
3.1.2. Serão fornecidos, instalados e ativados pela Contratada, 6 (seis) "drives" do tipo LTO-8 novos, para primeiro uso, totalmente compatíveis com a fitoteca Quantum Scalar i6000 descrita no subitem 4.1, possuindo cada drive as seguintes características:	
3.1.2.1. drives do tipo "Full-height";	
3.1.2.2. taxa de transferência nativa (sem compressão) mínima de 360 (trezentos e sessenta) MB/s;	
3.1.2.3. Capacidade nativa (sem compressão) mínima de 12 (doze) TB;	
3.1.2.4. a compatibilidade do drive fornecido, com a fitoteca Quantum Scalar i6000 será comprovada pela figuração do modelo de drive fornecido na matriz de compatibilidade do fabricante da fitoteca robotizada.	
3.1.4. Juntamente com os drives, serão fornecidos todos os componentes necessários para sua perfeita interconexão à fitoteca robotizada, incluindo placas controladoras, softwares e licenças de uso perpétuo necessárias, de forma que os novos drives se integrem plenamente ao ambiente da fitoteca robotizada, sem perda de funcionalidades para a estrutura de hardware, software e licenciamento existentes, e que as características e funcionalidades dos drives novos sejam as mesmas dos drives LTO8 já existentes, sem qualquer restrição.	
3.1.6. Os drives LTO-8 fornecidos deverão ser totalmente compatíveis com o formato LTO7-M8, inclusive inicializando neste formato cartuchos LTO-7 padrão (novos, não pré-inicializados).	

Observação: Todos os requisitos que possuem os termos "Implementar", "ter capacidade", "deve permitir", "deve possibilitar" devem ser interpretados como funcionalidades a serem atendidas pelo objeto a ser contratado independentemente do fornecimento de licenças e/ou upgrades, sem custo adicional para a administração.

* Numeração dos itens e subitens correspondente aos requisitos técnicos constantes do Anexo 1-B.

Brasília, de de 2026.

Página 104 | 142

(Processo Administrativo 728144/2025)

PAD 11/26



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

ANEXO 3

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO (GRUPOS 1, 2 E 3 DO OBJETO)

Processo n. 728144/2025

Pregão Eletrônico: 90046/2026

Contrato n.

OBJETO

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: CÂMARA DOS DEPUTADOS		
CNPJ/MF: 00.530.352/0001-59		
Endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N. EDIFÍCIO ANEXO I 13º ANDAR		
Cidade: BRASÍLIA	UF: DF	CEP: 70160-900
Nome do Responsável:		
Cargo/Função:		

CONTRATADA:

Denominação/Nome por extenso:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Nome do Representante Legal:		
Cargo:		

DADOS DO CONTRATO

Data do orçamento estimado: 02/2026	Data de assinatura:	Data de vigência:
Preço:	Valor da Garantia (Grupo 2):	

Nota(s) de Empenho:

As partes, acima identificadas, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI; no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 206/2021, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO; e com o Edital da licitação acima referenciada e seus Anexos, daqui por diante denominado EDITAL, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de licenças de software de backup corporativo da marca **Commvault** incluindo serviços de suporte técnico e manutenção pelo período de 60 (sessenta) meses; subsistema de armazenamento de dados intermediário para backup incluindo capacitação operacional e serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; unidade interna de fita backup para fitoteca robotizada (Quantum Scalar i6000) incluindo serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; fitas magnéticas regraváveis do tipo LTO8 e fitas magnéticas de limpeza padrão LTO, de acordo com as quantidades e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e com as demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, para todos os efeitos e independentemente de transcrição:

- a) O Edital da licitação;
- b) O Termo de Referência anexo ao Edital;
- c) A Ata da Sessão Pública;
- d) A Proposta da CONTRATADA;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente Contrato terá vigência conforme datas definidas na Folha de Rosto, e poderá ser prorrogado, sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma do artigo 113 da LEI, observado o seguinte:

ETAPAS	PRAZOS
Início da vigência	Na data da assinatura do contrato
Entrega, instalação, configuração e aceites	Até 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do contrato
Execução dos serviços de suporte técnico e manutenção	60 (sessenta) meses, contados do aceite definitivo de ativação da solução
Vigência	De 62 (sessenta e dois) a 64 (sessenta e quatro) meses, aproximadamente, conforme o grupo do objeto

2.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.2. A prorrogação deste Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.1.3. Este Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

3.1. Este Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

3.1.1. Este Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

3.1.1.1. A extinção, nessa hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com, pelo menos, 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

3.1.1.2. Caso a notificação da não continuidade do Contrato de que trata este subitem 3.1.1 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

3.2. O presente Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da LEI, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.2.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma LEI.

3.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção, se não restringir sua capacidade de conclusão do Contrato.

3.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

3.4. O presente Contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade da CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da LEI).

3.4.1. O Contrato poderá, ainda, ser extinto no caso de ocorrência das demais situações previstas no art. 14 da LEI.

4. DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAIS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência anexo ao EDITAL.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação para execução do objeto contratual.

6. DO PREÇO

6.1. No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes estão definidos no Termo de Referência anexo ao EDITAL.

8. DO REAJUSTE

8.1. A cada período de 12 (doze) meses de vigência deste Contrato, poderá ser admitido, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, reajuste de preços, utilizando-se o ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), fornecido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

8.2. Para a definição do percentual de reajuste, será observada a variação acumulada do índice no interregno de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado.

8.3. O reajuste será precedido de solicitação da CONTRATADA, observado o seguinte:

- a) O pedido deverá indicar o percentual de reajuste pleiteado, detalhando o período de variação acumulada do índice, limitado a 12 (doze) meses;
- b) O pedido deverá ser apresentado à Coordenação de Contratos da CONTRATANTE, por meio do e-mail contratos@camara.leg.br;
- c) A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste dos preços deste Contrato em até 6 (seis) meses contados da anualidade prevista no item 8.1 deste Título ou até a data da assinatura do termo aditivo da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito de reajustar;
- d) Caso o Contrato não seja prorrogado, o direito ao reajuste precluirá na data do encerramento do Contrato vigente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

8.4. Os efeitos financeiros retroagirão à data em que a CONTRATADA adquirir o direito ao reajuste, nos termos do item 8.1 deste Título.

8.5. Ao ser questionada sobre o interesse em prorrogar o Contrato, a CONTRATADA já deverá se manifestar a respeito de eventual reajuste de preços, o que será levado em consideração para a decisão da CONTRATANTE quanto à prorrogação.

8.5.1. Manifestada a intenção em reajustar os preços para o período da próxima vigência contratual:

- a) Caso o índice previsto em Contrato esteja disponível, a CONTRATADA deverá apresentar os preços reajustados em sua resposta sobre a prorrogação;
- b) Caso o índice não esteja disponível, o direito ficará resguardado, devendo a CONTRATADA posteriormente solicitar o reajuste quando da sua divulgação, observado o disposto no item 8.3 deste Título.

8.6. O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento.

8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE, preferencialmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do pedido junto à Coordenação de Contratos, acompanhado de toda a documentação e de todas as informações necessárias.

8.8.1. O prazo estabelecido neste item 8.8 não se aplica aos casos em que o pedido de reajuste tramitar em conjunto com a prorrogação da contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Contrato;
- b) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a suas expensas;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- d) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia da Câmara dos Deputados para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- h) Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - i. Concluída a instrução do requerimento, a CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
 - i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, não decorrentes de reajustamento em sentido estrito, preferencialmente no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contado da data do protocolo do pedido completo junto à Coordenação de Contratos, com os respectivos documentos comprobatórios, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
 - j) Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da LEI) e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- b) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, por exigência da Unidade Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, apresentar à CONTRATANTE, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 3) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto deste Contrato;
- f) Comunicar, verbal e imediatamente, ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual, reduzir a escrito a comunicação verbal **em até 2 (dois) dias úteis após o ocorrido**, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregar o termo ao Fiscal do contrato;
- g) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- h) Manter, durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- k) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

10.2. Além do estatuído no EDITAL e neste Contrato, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares da Unidade Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos locais de execução dos serviços.

10.3. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.

10.4. Os empregados da CONTRATADA, além de portar identificação, deverão se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação da Unidade Responsável.

10.5. Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

10.6. A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

10.7. A CONTRATADA deverá atender às disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.

10.8. A CONTRATADA se compromete a adotar e utilizar solução tecnológica que venha a ser disponibilizada pela CONTRATANTE, sem gerar custos adicionais diretos para a CONTRATADA, para mensuração, controle e/ou monitoramento da produtividade da execução contratual.

10.9. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n. 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

10.10. A CONTRATADA deverá conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.11. A CONTRATADA deverá submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.12. A CONTRATADA não deverá permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.13. A CONTRATADA não deverá contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor deste Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da LEI.

10.14. Caberá à CONTRATADA, ao término de todas as manutenções, a critério da Unidade Responsável, a remoção e a destinação ambientalmente adequada de peças, componentes e produtos a serem descartados que sejam classificados como “lixo especial”, ou seja, que por suas características não possam ser descartados junto com o lixo tradicional ou com materiais recicláveis.

10.14.1. Ficará a cargo da CONTRATADA, quando for o caso, a comprovação do encaminhamento dos produtos pós-uso, originários da contratação, para o respectivo fabricante ou importador responsável ou para destinação ambientalmente adequada, sujeita à fiscalização e verificação de sua validade.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (PARA O ITEM 3 DO GRUPO 2 DO OBJETO)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Item 3 do Grupo 2 do objeto deste Contrato.

11.2. A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- c) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;
- d) Seguro-garantia.

11.2.1. No caso de opção pelo **seguro-garantia**, deverá ser apresentado, no prazo de 1 (um) mês da data da homologação.

11.2.1.1. No caso de prorrogação, mantendo-se a opção pela modalidade de seguro-garantia, o prazo para apresentação da garantia será o mesmo do subitem 11.2.2 deste Título.

11.2.2. A garantia, nas modalidades **caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização**, deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data de entrega da via contratual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

11.2.2.1. Poderão ser consideradas como a data da entrega:

- a) em caso de contrato assinado fisicamente: a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou a data da retirada do instrumento *in loco*;
- b) em caso de contrato assinado eletronicamente: a data do envio, por e-mail, do instrumento assinado por ambas as partes.

11.3. A assinatura deste Contrato não importa em aprovação da garantia apresentada, podendo a Câmara dos Deputados exigir a retificação ou a substituição nos prazos previstos no Termo de Referência anexo ao EDITAL.

11.4. Apresentada a garantia contratual e existindo qualquer pendência que impeça o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para regularizá-la ou substituí-la, sendo-lhe assinalado o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da notificação, que poderá ser realizada por e-mail.

11.4.1. Recebida a garantia para reexame e remanescendo a necessidade de ajuste, a CONTRATADA será novamente comunicada, sendo-lhe assinalado o prazo cabal de 5 (cinco) dias úteis para sanear a(s) pendência(s), contado da data da notificação.

11.4.2. Ultimadas as medidas constantes deste item sem que a garantia esteja em plenas condições de ser aceita definitivamente, serão tomadas as providências para a aplicação de sanções à CONTRATADA, de acordo com as regras previstas no EDITAL e neste Contrato.

11.5. O atraso na prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o exigido no EDITAL e neste Contrato, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, limitada ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sem prejuízo do disposto no item 11.6 deste Título.

11.6. Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

11.7. A falta de prestação de garantia válida, após esgotados os prazos previstos no item 11.4 deste Título, poderá ensejar a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do Sicaf, pelo prazo máximo de 3 (três) anos e a extinção unilateral deste Contrato por inexecução da obrigação.

11.8. A garantia, ou os documentos que a representam, deverá ser apresentada na Coordenação de Contratos da CONTRATANTE, localizada no Edifício Anexo I, 13º andar, sala 1308 ou pelo e-mail contratos@camara.leg.br.

11.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste Contrato;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.10. Não serão aceitas minutas de garantias.

11.11. Caso utilizada a modalidade de **seguro-garantia**, a apólice deverá ter validade durante a vigência deste Contrato, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.11.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.11.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem seguinte.

11.11.3. Na hipótese de suspensão deste Contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.11.4. O seguro-garantia deve ser emitido por seguradora em situação regular na Superintendência de Seguros Privados e estar em conformidade com a Circular SUSEP n. 662/2022, ou norma que vier a substituí-la.

11.11.5. No instrumento do seguro-garantia a CONTRATANTE deverá constar como beneficiária do seguro.

11.11.6. É vedada a inclusão de cláusulas particulares no seguro-garantia, salvo permissão expressa da CONTRATANTE, que poderá ocorrer em momento posterior ao efetivo recolhimento da garantia, mediante consulta da CONTRATADA.

11.11.7. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662/2022.

11.12. A garantia na modalidade **caução em dinheiro** deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

11.12.1. A garantia prestada na modalidade caução em dinheiro, após 5 (cinco) anos do término de sua vigência, será transferida para o Fundo Rotativo da CONTRATANTE, após notificação prévia da CONTRATADA, mediante edital publicado no Diário Oficial da União.

11.13. Caso a opção seja por utilizar **títulos da dívida pública**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.14. No caso de garantia na modalidade de **fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar do documento renúncia expressa aos benefícios da ordem previstos no artigo 827 da Lei n. 10.406/2002 (Código Civil).

11.15. No caso de garantia na modalidade de **título de capitalização**, esse deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.16. No caso de alteração do valor do presente Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo estabelecido no subitem 11.2.2 deste Título, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação.

11.18. No caso de extinção deste Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no EDITAL e neste Contrato.

11.19. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da LEI).

11.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas deste Contrato.

11.21. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução deste Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.23. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

11.24. Não serão admitidas garantias contendo cláusula que fixe prazos prescricionais distintos daqueles previstos na lei civil.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa, respeitando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da indisponibilidade e supremacia do interesse público, conforme o disposto na LEI e no REGULAMENTO.

12.2. Serão consideradas infrações administrativas, nos termos da LEI e do REGULAMENTO:

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total deste Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

12.3. Serão aplicadas à CONTRATADA quando incorrer nas infrações descritas no item anterior as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa:
 - i. moratória;
 - ii. compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

12.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme REGULAMENTO:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE, para o funcionamento dos seus serviços ou para o interesse coletivo;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3.2. No processamento das sanções, primeiro serão consideradas as circunstâncias atenuantes seguidas das agravantes.

12.3.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

12.3.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

12.4. Advertência

12.4.1. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme REGULAMENTO:

- a) inexecução parcial de obrigação, desde que não tenha havido dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo, que justifique a aplicação de sanção mais gravosa;
- b) descumprimento de pequena relevância, assim considerados aqueles que não impactam objetivamente na execução deste Contrato e não causem prejuízos à CONTRATANTE.

12.5. Multas de Mora e Compensatória

12.5.1. O atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE para entrega e/ou ativação e execução do objeto sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas, calculadas sobre o valor do objeto entregue e/ou ativado com atraso:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

12.5.1.1. A CONTRATADA será também considerada em atraso se entregar e/ou ativar o objeto e executar os serviços em desacordo com as especificações e não substituir e/ou refazer o serviço dentro do período remanescente do prazo fixado na proposta.

12.5.1.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral deste Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente instrumento.

12.5.1.3. Somente será aceita a entrega dos equipamentos em sua totalidade, bem como a ativação da solução como um todo, não sendo aceitas entregas ou ativações parciais.

12.5.2. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, não podendo, cada uma delas, ser inferior a 0,5% ou superior a 30% do valor anual deste Contrato, ou do valor total, se por escopo, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:

INFRAÇÃO	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
1. Deixar de realizar a reunião preparatória no prazo estipulado, sem que haja justificativa aceita pela CONTRATANTE:			
1.1. a cada semana de atraso, até o limite de 2 (duas) semanas	Advertência	Advertência	Advertência
1.2. após atraso de 3 (três) semanas ou mais, a cada semana adicional de atraso	0,5% do valor para o Item 1 do objeto	0,5% do valor para o Item 3 do objeto	0,5% do valor para o Item 6 do objeto
2. Deixar de entregar projeto executivo da implantação conforme subitem 5.10 do Anexo 1-A, a cada semana de atraso	Advertência	Advertência	Advertência
3. Deixar de cumprir prazo para finalização da capacitação operacional, conforme o disposto no subitem 2.2.1 do Anexo 1-B:			



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

3.1 a cada semana de atraso até o limite de 2 (duas) semanas:		Advertência	
3.2. com atraso de 3 (três) semanas ou mais, a cada semana adicional de atraso.		2% do valor para o Item 4 do objeto	
4. Deixar de fornecer ou instalar pacote de correção/atualização, deixando de atender qualquer exigência ou prazo estabelecido nos subitens 5.17.5 a 5.17.8 do Anexo 1-A:			
4.1 com uma semana de atraso	Advertência	Advertência	Advertência
4.2. com atraso de 2 (duas) semanas ou mais, a cada semana adicional de atraso	6% do valor mensal para o Item 2 do objeto	6% do valor mensal para o Item 5 do objeto	3% do valor mensal para o Item 7 do objeto
5. Não atingimento do índice de qualidade dos serviços (IQS), descrito no subitem 1.2 do Anexo 1-C, devido a valor de FAQS diferente de zero por 3 (três) períodos mensais de referência consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE. A infração ocorre sempre que se verificar o terceiro mês com FAQS diferente de zero e se repete nos meses subsequentes, até o atingimento de FAQS igual a zero	15% do valor mensal para o Item 2 do objeto	15% do valor mensal para o Item 5 do objeto	8% do valor mensal para o Item 7 do objeto
6. Manter TUO (Taxa Útil Operacional) mensal de qualquer componente crítico da solução, apurada conforme subitem 1.3.2 do Anexo 1-C, em valor inferior ao definido no subitem 1.3.3.3, por hora de atraso	2% do valor mensal para o Item 2 do objeto	2% do valor mensal para o Item 5 do objeto	1% do valor mensal para o Item 7 do objeto
7. Inobservância das condições estabelecidas no Termo de Confidencialidade, em que a CONTRATADA deixe de prover a necessária e adequada proteção de informações confidenciais, sigilosas ou de acesso restrito a que venha a ter acesso, por qualquer meio, em razão do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais, por ocorrência	5% do valor total do Contrato para o Item	5% do valor total do Contrato para o Item	5% do valor total do Contrato para o Item
8. Descumprir qualquer outra exigência ou obrigação contratual, ou legal, ou incorrer em qualquer outra falta para a qual não se previu multa diversa, por ocorrência			
8.1 até o limite de 3 (três) ocorrências últimos 12 meses	Advertência	Advertência	Advertência



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

8.2 a partir de 4 (quatro) ocorrências nos últimos 12 meses, a cada ocorrência adicional	8% do valor mensal para o Item 2 do Grupo 1 do objeto	8% do valor mensal para o Item 5 do Grupo 2 do objeto	8% do valor mensal para o Item 7 do Grupo 3 do objeto
--	---	---	---

12.5.3. A sanção de multa compensatória poderá ser reduzida ou aumentada, em conformidade com o disposto no REGULAMENTO.

12.5.4. Na hipótese de inexecução total do Contrato e/ou abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, limitado a 12 (doze) meses no caso dos serviços continuados (itens 2, 5 e 7), sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

12.5.4.1. Considerar-se-á inexecução total deste Contrato a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada.

12.6. A penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** será proposta pela prática das seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento de seus serviços ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total deste Contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

12.6.1. A sanção base será de 6 (seis) meses, sendo acrescidos 6 (seis) meses por agravante constatada, limitado ao máximo de 3 (três) anos.

12.6.2. A penalidade será reduzida em 1/3 (um terço) por atenuante constatada.

12.6.3. A recorrência nas condutas infracionais relacionadas abaixo, constantes da tabela de sanções administrativas do subitem 12.5.2, durante a vigência contratual, poderá ensejar a aplicação da penalidade de impedimento:

- infração do item 4 da tabela (deixar de fornecer ou instalar pacote de correção/atualização), com atraso superior a 80 (oitenta) dias, em duas ou mais ocorrências distintas;
- infração do item 6 da tabela (manter TUO em valor inferior ao definido), por 3 (três) períodos mensais de referência consecutivos, ou por 6 (seis) períodos mensais de referência intercalados;
- infração do item 5 da tabela (não atingimento do índice de qualidade dos serviços - IQS), devido a valor de FAQs diferente de zero por 4 (quatro) períodos mensais de referência consecutivos ou por 6 (seis) períodos mensais de referência intercalados.

12.7. Em caso de ocorrência das infrações previstas no subitem 12.6.3, alínea (b) e/ou no subitem 12.6.3, alínea (c) deste Contrato, sem a apresentação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

justificativas pela CONTRATADA, aceitas pela CONTRATANTE, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, será aplicada pela prática das seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução deste Contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013;
- f) nas condutas previstas no item anterior, quando se justificar a imposição da penalidade mais gravosa.

12.9. As circunstâncias consideradas atenuantes e agravantes, bem como as hipóteses de reabilitação e da desconsideração da personalidade jurídica estão dispostas no REGULAMENTO.

12.10. O valor da multa aplicada ou das indenizações cabíveis será, nesta ordem:

- a) desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do presente Contrato ou de contratos diversos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- b) recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);
- c) desconto de eventual garantia prestada, sem prejuízo da cobrança do valor remanescente.

12.10.1. Inexistindo pagamentos devidos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA será notificada para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU.

12.10.2. Esgotado o prazo de pagamento da GRU, havendo garantia prestada na forma do Título 11 deste Contrato, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública ou títulos de capitalização.

12.10.3. A compensação total ou parcial dos débitos de que trata este item 12.9, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de contratos diversos,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

poderá ser formalizada de ofício pela CONTRATANTE ou mediante requerimento do interessado, acompanhado da relação de contratos vigentes que serão objeto de compensação.

12.11. Os atos previstos como infrações na LEI, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida LEI.

12.12. As sanções aplicadas serão registradas pela CONTRATANTE, para fins de publicidade:

- a) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) nos cadastros instituídos no âmbito do Poder Executivo;
- c) no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos casos das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade.

12.12.1. O prazo para registro das penalidades será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção.

12.13. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório da CONTRATADA, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.13.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Administração Legislativa
 - Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 - 3.3.90.30 – Material de Consumo
 - Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
- 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
- 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Pessoa Jurídica

Natureza da Despesa:

- 4.0.00.00 – Despesas de Capital
- 4.4.00.00 – Investimentos
- 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
- 4.4.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Pessoa Jurídica

- Natureza da Despesa:

- 4.0.00.00 – Despesas de Capital
- 4.4.00.00 – Investimentos
- 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
- 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na LEI, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da LEI.

15.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

15.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

15.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da LEI.

16. DA PUBLICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como disponibilizá-lo na seção de transparência no sítio oficial da Câmara dos Deputados, nos termos da LEI.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709/2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152/2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e aos padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às disposições anexas ao EDITAL.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, de de 2026.

Pela CONTRATANTE:
Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor Administrativo

Pela CONTRATADA:
(nome)
(cargo)

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

ANEXO 4 - A
MODELO DE TERMO DE VISTORIA
GRUPOS 1, 2 E 3

TERMO DE VISTORIA

Declaramos _____ que o(a) Sr(a) _____, representante da empresa _____, CNPJ _____, onde ocupa o cargo de _____, vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento integral do ambiente de TI e das condições de execução dos serviços, referentes ao Pregão Eletrônico n. 90046/2026, cujo objeto é a aquisição de licenças de software de backup corporativo da marca **Commvault** incluindo serviços de suporte técnico e manutenção pelo período de 60 (sessenta) meses; subsistema de armazenamento de dados intermediário para backup incluindo capacitação operacional e serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; unidade interna de fita backup para fitoteca robotizada (Quantum Scalar i6000) incluindo serviços de suporte técnico e manutenção, pelo período de 60 (sessenta) meses; fitas magnéticas regraváveis do tipo LTO8 e fitas magnéticas de limpeza padrão LTO, referentes ao Pregão Eletrônico 90046/2026, para fins de participação no referido certame.

(PARA USO DA SEÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS)

Brasília, DF, ____ de _____ de 2026.

Representante da Câmara dos Deputados

Nome: _____

Ponto: _____

Assinatura: _____

Representante da Empresa

Assinatura: _____

Brasília, 08 de maio de 2026.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

ANEXO 4 – B
MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, responsável técnico da empresa
_____, CNPJ _____, declaro que conheço
plenamente as condições e peculiaridades da contratação referente ao Pregão
Eletrônico n. 90046/2026, para fins de participação no referido certame.

Brasília, DF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável técnico da empresa

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

ANEXO 5
ORÇAMENTO ESTIMADO

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
GRUPO 1 (Itens 1 e 2)	SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO COM SUPORTE TÉCNICO/ MANUTENÇÃO				
1	LICENÇAS DE SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO	CJ	1	486.193,50	486.193,50
2	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA SOFTWARE DE BACKUP CORPORATIVO COMMVAULT	SV*	60	24.251,28	1.455.076,80
PREÇO TOTAL DO GRUPO 1 (R\$)					1.941.270,30
GRUPO 2 (Itens 3 a 5)	SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS INTERMEDIÁRIO PARA BACKUP, COM CAPACITAÇÃO OPERACIONAL E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO				
3	SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS	UN	1	3.340.867,48	3.340.867,48
4	CAPACITAÇÃO OPERACIONAL EM SUBSISTEMAS DE ARMAZENAMENTO	SV	1	34.947,12	34.947,12
5	GARANTIA DE FUNCIONAMENTO	SV*	60	20.178,00	1.210.680,00
PREÇO TOTAL DO GRUPO 2 (R\$)					4.586.494,60
GRUPO 3 (Itens 6 e 7)	UNIDADE INTERNA DE FITA DE BACKUP PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000, COM SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO/ MANUTENÇÃO				
6	UNIDADE INTERNA DE FITA DE BACKUP PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000	UN	6	61.114,91	366.689,46
7	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA FITOTECA ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I6000	UN*	60	18.530,70	1.111.842,00
PREÇO TOTAL DO GRUPO 3 (R\$)					1.478.531,46
ITENS NÃO AGRUPADOS					
8	FITAS MAGNÉTICAS REGRAVÁVEIS DO TIPO LTO8- PARTICIPAÇÃO ABERTA – VINCULADO AO ITEM 9	UN	285	440,08	125.422,80
9	FITAS MAGNÉTICAS REGRAVÁVEIS DO TIPO LTO8 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP – VINCULADO AO ITEM 8	UN	95	440,08	41.807,60
10	FITAS MAGNÉTICAS DE LIMPEZA PADRÃO LTO –	UM	8	355,00	2.840,00



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP				
PREÇO TOTAL DA LICITAÇÃO (R\$)					8.176.366,76

* Cada unidade de serviço dos itens 2, 5 e 7 do objeto se refere a um mês de prestação de serviço.

Observação: Os preços unitários constantes deste Anexo são os máximos aceitáveis

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



ANEXO 6
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152, de 16 de dezembro de 2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e os padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às seguintes disposições:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á exclusivamente de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 e do artigo 23 da Lei n. 13.709, de 2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do CONTRATO, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Agência Nacional de Proteção de Dados;
- b) A CONTRATADA compromete-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público, devendo observar requisitos e práticas de segurança da informação para garantir a confidencialidade dos dados pessoais, inclusive no seu armazenamento, transmissão ou compartilhamento;
- c) Caso seja necessário coletar dados pessoais não abrangidos pelo item 1 e não previamente informados pela CONTRATANTE, indispensáveis para o atendimento de eventual demanda específica decorrente do CONTRATO, a coleta deverá ser realizada mediante a prévia autorização do Encarregado de Proteção de Dados da Câmara dos Deputados, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção do consentimento dos titulares;
- d) Nas hipóteses em que a CONTRATADA (operadora), por força de suas atividades, tenha que repassar dados pessoais para tratamento de outra empresa/entidade (suboperadora), obtidos em razão deste contrato, deve obter autorização formal da CONTRATANTE, responsabilizando-se ambas (operadora e suboperadora) de forma solidária, na forma do art. 42, §1º, I da Lei n. 13.709, de 2018;
- e) As partes devem permitir aos titulares o acesso aos seus respectivos dados pessoais, bem como a promover alterações e cancelamentos e conceder informações quanto ao tratamento, quando solicitado expressamente;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- f) Não ocorrerá transferência da propriedade ou controle dos dados pessoais pela CONTRATADA, sendo que os dados eventualmente gerados, obtidos ou coletados na execução contratual serão de propriedade dos respectivos titulares, sendo vedado o compartilhamento ou a comercialização de quaisquer elementos de dados, produtos ou subprodutos que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais, exceto para o caso de dados anonimizados, mediante expressa e específica autorização do Controlador;
- g) As partes não fornecerão ou compartilharão, em qualquer hipótese, dados pessoais sensíveis de seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou terceiros, salvo se expressamente solicitado por uma parte à outra, caso o objeto do CONTRATO justifique o recebimento de tais dados pessoais sensíveis, estritamente para fins de atendimento de legislação aplicável;
- h) As partes informarão e instruirão os seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou terceiros sobre o tratamento dos dados pessoais, observando todas as condições deste Termo, nunca cedendo ou divulgando tais dados a terceiros, salvo se expressamente autorizado pelo titular, por força de lei ou por determinação judicial; e garantindo a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais, mantendo controle rigoroso de acesso;
- i) A CONTRATADA deverá implementar e manter controles e procedimentos específicos para detecção, coleta, registro, tratamento, preservação de evidências e resposta a incidentes de segurança da informação e de privacidade, bem como monitorar sua própria conformidade, de colaboradores, de prestadores de serviços e/ou de terceiros;
 - i.1) A CONTRATADA deverá, ainda, fornecer à CONTRATANTE, sempre que lhe seja solicitado, relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente às operações de tratamento de dados pessoais que realizar, com análise e avaliação de riscos aos quais a Solução de TIC está exposta, bem como as medidas adotadas de salvaguarda e de mitigação de riscos, mormente em relação à proteção de dados pessoais, conforme metodologia indicada pela CONTRATANTE;
 - i.2) A CONTRATADA deverá apresentar outros relatórios, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, com informações como o “status” dos sistemas de processamento de dados pessoais, as medidas de segurança, o tempo de inatividade registrado das medidas técnicas de segurança, a conformidade estabelecida com as medidas organizacionais, eventuais violações de dados e/ou incidentes de segurança, as ameaças percebidas à segurança e aos dados pessoais e as melhorias exigidas e/ou recomendadas;
- j) A CONTRATANTE, ou representantes por ela indicados, poderá acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade das obrigações de proteção de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

dados pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição de responsabilidade da CONTRATADA, podendo, ainda, notificar e fornecer informações, para atendimento em 48 (quarenta e oito) horas, sobre qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais ou contratuais relativas à proteção de dados pessoais, de qualquer violação de segurança ou de exposições/ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados pessoais, ou em período menor, se necessário, para atender a qualquer ordem judicial, de autoridade pública ou de regulador competente;

- k) A CONTRATADA corrigirá, completará, excluirá e/ou bloqueará os dados pessoais, quando solicitado pela CONTRATANTE, devendo, ainda, comunicar sobre reclamações e solicitações dos titulares de dados pessoais;
- l) A CONTRATADA manterá registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como implementará medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação, transferência, difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente utilizado por ela (seja ele físico ou lógico) seja estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança, aos princípios gerais previstos na Lei n. 13.709, de 2018, e às demais normas regulamentares aplicáveis, para garantir, além da segurança, a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais;
- m) A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE sobre qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, relacionado ao presente instrumento, em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do momento em que tomou conhecimento, por quaisquer meios, do respectivo incidente;
- n) A operadora excluirá, de forma irreversível, os dados pessoais retidos em seus registros, mediante solicitação da Controladora ou dos titulares dos dados, ressalvadas determinações legais ou judiciais;
- o) Os petições relacionados ao tratamento de dados serão endereçados à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados para apreciação do Encarregado de Proteção de Dados, através do correio eletrônico dadospessoais@camara.leg.br, e serão atendidos dentro de prazo razoável;
- p) Encerrada a vigência do instrumento contratual ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais coletados no decorrer da execução contratual, bem como daqueles disponibilizados pela CONTRATANTE, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal, ou outra hipótese determinada pela Lei n. 13.709, de 2018;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

- q) O tratamento dos dados coletados, somente quando autorizado pela Controladora, poderá ser conservado pelo período de 5 (cinco) anos após o término do CONTRATO, com sua posterior eliminação, sendo autorizada sua conservação nas hipóteses descritas no artigo 16 da Lei n. 13.709, de 2018;
- r) Os sistemas que servirão de base para o armazenamento dos dados pessoais coletados devem seguir o conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação na Câmara dos Deputados e, subsidiariamente, no que couber, no Governo Federal;
- s) Independentemente do disposto em qualquer outra cláusula deste Termo, a CONTRATADA é a única responsável por todo e qualquer dano decorrente do descumprimento da Lei n. 13.709, de 2018, pela CONTRATADA, por seus colaboradores, prepostos, subcontratados, parceiros comerciais, empresas afiliadas ou qualquer agente ou terceiro a ela vinculado ou que atue em seu nome;
- t) Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei n. 13.709, de 2018;
- u) Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Termo.

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

ANEXO 7
MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE COMPROMISSO QUANTO À
CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES
DECORRENTES DO CONTRATO *[NÚMERO DO
CONTRATO PRINCIPAL]* CELEBRADO ENTRE A
CÂMARA DOS DEPUTADOS E *[NOME DA
EMPRESA]*

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 005.303.520.001-59, neste ato representada por seu Diretor Administrativo, o Senhor MAURO LIMEIRA MENA BARRETO, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e *[RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL]*, pessoa jurídica com sede na *[ENDEREÇO]*, inscrita no CNPJ/MF sob o n. *[N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF]*, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** relativo às informações decorrentes do Contrato nº *[NÚMERO DO CONTRATO PRINCIPAL]*, doravante denominado simplesmente CONTRATO PRINCIPAL, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo é prover a necessária e adequada proteção da **CONTRATANTE** quanto ao tratamento e divulgação de informações confidenciais, sigilosas ou de acesso restrito a que a **CONTRATADA** venha a ter acesso, por qualquer meio, em razão do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1. Muito embora não seja objeto do CONTRATO PRINCIPAL a transferência de informações, a **CONTRATADA** poderá, eventualmente, vir a tomar conhecimento de informações sigilosas ou de uso restrito da **CONTRATANTE** em função da execução do objeto do referido Contrato.

2.2. Em função da possibilidade de a **CONTRATADA** vir a conhecer tais informações, firma-se o presente Termo visando a resguardar a **CONTRATANTE** de eventual má-utilização ou repasse a terceiros não autorizados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, sob pena de responder por suas responsabilidades nos termos da lei.

2.3. A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que venha a ter acesso, que deverá ser tratada como informação sigilosa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

2.4. Deverá ser considerada como informação confidencial, toda e qualquer informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: cópias, relatórios, documentos, arquivos, configuração do equipamento, programas de computador, senhas, dispositivos de armazenamento e outras informações que de algum modo possam ser obtidas através da Câmara dos Deputados, doravante denominados “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS”, a que, diretamente ou indiretamente, a **CONTRATADA** venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das tratativas realizadas e do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

2.5. Compromete-se, outrossim, a **CONTRATADA** a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso dessas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de forma diversa ao estritamente necessário à execução do CONTRATO PRINCIPAL.

2.6. A **CONTRATADA** deverá cuidar para que as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS fiquem restritas ao conhecimento de seus diretores, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões, nos negócios, na manutenção dos equipamentos e na operação dos programas de computador, devendo dar-lhes ciência da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

3.1. As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento não serão aplicadas a nenhuma informação que:

3.1.1. Seja comprovadamente de domínio público, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão da **CONTRATADA**;

3.1.2. Tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos, de toda forma, ao presente Termo e ao CONTRATO PRINCIPAL;

3.1.3. Seja revelada em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Estado, somente até a extensão de tais ordens, desde que a **CONTRATADA** cumpra qualquer medida de proteção pertinente e tenha notificado a existência de tal ordem, previamente e por escrito, à **CONTRATANTE**, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabível.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

4.1. A **CONTRATADA** se compromete e se obriga a utilizar toda e qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL exclusivamente para os propósitos deste Termo e da execução do CONTRATO PRINCIPAL, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

4.2. A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia da informação confidencial sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

4.3. O consentimento mencionado no item 4.2 supra, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno, para os fins acima referidos, pelos diretores, empregados e/ou prepostos que necessitem



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

conhecer tal informação, para os objetivos do CONTRATO PRINCIPAL, conforme cláusulas abaixo.

4.4. A **CONTRATADA** compromete-se a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações.

4.5. A **CONTRATADA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da **CONTRATANTE**, bem como para evitar e prevenir sua revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **CONTRATANTE**.

4.6. A **CONTRATADA** deverá firmar acordos por escrito com seus empregados, funcionários e consultores, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

4.7. A **CONTRATADA** compromete-se a separar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

5.1. Todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que a **CONTRATADA** venha a tomar conhecimento permanecem como propriedade exclusiva da **CONTRATANTE**, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor a partir da data de assinatura do CONTRATO PRINCIPAL, ao qual este é vinculado e enquanto perdurar a natureza sigilosa ou restrita da informação, inclusive após a cessação da razão que ensejou o acesso à informação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A violação de qualquer das obrigações mencionadas neste instrumento sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades cabíveis, cíveis e criminais, nos termos da lei, obrigando-a ainda a indenizar a **CONTRATANTE** a todo e qualquer dano, perda ou prejuízo decorrente de tal violação.

7.2. A **CONTRATANTE** poderá ainda, propor qualquer medida, administrativa ou judicial, para impedir ou invalidar tais violações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O presente Termo constitui acordo entre as partes, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos os acordos, promessas, propostas, declarações, entendimentos e negociações anteriores ou posteriores, escritas ou verbais, empreendidas pelas partes contratantes no que diz respeito ao CONTRATO PRINCIPAL, sejam estas ações feitas direta ou indiretamente pelas partes, em conjunto ou separadamente, e, será igualmente aplicado a todo e qualquer acordo ou entendimento futuro, que venha a ser firmado entre as partes.

8.2. Este documento constitui termo vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, sendo parte independente e regulatória daquele.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

8.3. Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste Termo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, as partes solucionarão tais divergências, de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, e da economicidade e preencherão as lacunas com estipulações que, presumivelmente, teriam correspondido à vontade das partes na respectiva ocasião.

8.4. O disposto no presente Termo prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações confidenciais, tais como aqui definidas.

8.5. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, DF, ____ de _____ de 2026.

Pela CONTRATANTE

MAURO LIMEIRA MENA BARRETO
Diretor Administrativo

Pela CONTRATADA

Nome do representante legal
Cargo

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



ANEXO 8
MODELO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E USO PARA ACESSO
REMOTO A SERVIÇOS DA REDE CÂMARA

TERMO DE RESPONSABILIDADE E USO PARA ACESSO REMOTO A
SERVIÇOS DA REDE CÂMARA

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão social:
CNPJ:
Endereço da Sede:
Endereço da Filial em Brasília:
N. do Contrato (se houver):

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

Nome do responsável:
Identidade:
Endereço do local de trabalho:
Telefone:
E-mail:

DECLARAMOS ACEITAR e nos COMPROMETEMOS a cumprir as condições de uso e assumir RESPONSABILIDADE pelos efeitos decorrentes do acesso remoto autorizado pela Câmara dos Deputados a esta empresa, aqui representada pelo responsável acima identificado e pelos funcionários, abaixo assinados, que terão permissão de fazer uso do acesso remoto.

DECLARAMOS estar CIENTES das normas que se referem ao uso dos recursos computacionais providos pela Câmara dos Deputados, em especial do Ato da Mesa n. 47 de 16/07/2012 e da Portaria n. 34 de 31/03/2009.

DECLARAMOS estar CIENTES e ACEITAR que o órgão gestor dos recursos computacionais da Câmara dos Deputados poderá, a qualquer momento, suspender ou revogar a permissão de acesso remoto concedida aos funcionários desta empresa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

DECLARAMOS estar CIENTES e ACEITAR que, a fim de garantir o uso adequado do acesso remoto e para fins de apuração de possíveis ilícitos administrativos ou penais, o órgão gestor dos recursos computacionais da Câmara dos Deputados poderá monitorar sua utilização, na forma do que dispõem os artigos 10, 11 e 17 Portaria n. 34 de 31/03/2009, abaixo transcritos, com o que CONCORDAMOS expressamente ao subscrever este Termo.

"Art. 10. O monitoramento de equipamentos, de sistemas e da rede de dados da Câmara dos Deputados será feito pelo órgão gestor dos recursos computacionais, por meios eletrônicos, preservando-se, em todos os casos, o sigilo das comunicações, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Art. 11. A Câmara dos Deputados poderá auditar os recursos computacionais por ela providos, a fim de verificar o cumprimento das disposições previstas em normas e leis aplicáveis, bem como assegurar-lhes adequada utilização.

(...)

Art. 17. O órgão gestor dos recursos computacionais, ao tomar conhecimento de fato que contrarie as disposições e normas que disciplinam o uso desses recursos, coletará evidências acerca da irregularidade praticada e, considerando o dano causado e o risco à integridade do ambiente computacional da Casa, comunicá-lo-á à autoridade superior."

COMPROMETEMO-NOS a manter atualizada a lista de funcionários da empresa aos quais tenha sido concedida a autorização de acesso remoto e a INFORMARMOS imediatamente ao gestor responsável pela concessão do acesso remoto e ao órgão gestor dos recursos computacionais da Câmara dos Deputados todo afastamento temporário ou desligamento definitivo de qualquer dos funcionários aos quais for concedida esta autorização de acesso.

COMPROMETEMO-NOS a SOMENTE FAZER USO do acesso remoto NA FORMA RECOMENDADA na orientação de uso dada pela Câmara dos Deputados, e declaramos estar CIENTES de que o uso do acesso remoto de forma distinta da recomendada implicará a revogação do direito de acesso aqui concedido, sem prejuízo de sanção e responsabilização em acordo com a legislação vigente.

Prazo durante o qual o acesso remoto será necessário	
Assinatura do Representante da Empresa	Data

3. RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS AUTORIZADOS A ACESSAR REMOTAMENTE A SISTEMA OU SERVIÇO DA REDE CÂMARA

Nome	Matrícula na empresa	Identidade
------	----------------------	------------



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90046/2026

Assinatura		
Nome	Matrícula na empresa	Identidade
Assinatura		
Nome	Matrícula na empresa	Identidade
Assinatura		

4. AUTORIZAÇÃO DO GESTOR DE NEGÓCIO OU FISCAL DE CONTRATO RESPONSÁVEL PELA CONCESSÃO DO ACESSO REMOTO

Nome	Ponto
Assinatura	Data

Brasília, 08 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro